



RELATÓRIO E CONTAS

EXERCÍCIO DE 2014

APROVADO EM ASSEMBLEIA GERAL

DE 27/03/2015

ÍNDICE

A – RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO

A1 – Introdução, pág. 3

A2 – Estrutura orgânica, pág. 4

A3 – Programa de redução de custos, pág. 4

A4 – Recursos Humanos, pág. 5

A5 – Qualificação, pág. 5

A6 – Formação profissional, pág. 5

A7 – Atividade Editorial, pág. 5

A8 – Evolução de negócios, pág. 8

A9 – Cooperação, pág. 10

A10 – Atividade internacional, pág. 10

A11 – Inovação/Modernização, pág. 11

A12 – Investimento, pág. 12

A13 – Análise económica e financeira, pág. 12

A14 – Demonstrações financeiras, pág. 17

B – ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DEZEMBRO 2014, pág. 22

C – PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS, pág. 50

D – CUMPRIMENTO DE ORIENTAÇÕES LEGAIS, pág. 51

E – GRELHA DE PRÁTICAS DE BOA GOVERNAÇÃO SOCIETÁRIA, pág. 59

F – RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

G – CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

77 JSC
JSC
JSC

A – RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO

A1 – Introdução

O Conselho de Administração da Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S. A. (Lusa) cumpre o dever de relatar a gestão e apresentar contas do exercício de 2014 que, através do presente relatório, submete aos órgãos competentes da sociedade.

O exercício de 2014 foi, à semelhança de 2013, fortemente influenciado pela redução de 31,3% no valor do Contrato de Prestação de Serviço Noticioso e Informativo de Interesse Público, celebrado com o Estado em 21 de dezembro de 2012, para vigorar no triénio 2013-2015.

Apesar das medidas de racionalização de custos e dos esforços comerciais desenvolvidos, que se traduziram num aumento de 251 mil euros nas vendas, não foi possível ultrapassar o impacto que o fim da suspensão do pagamento do subsídio de férias teve nas contas da Empresa e o agravamento registado no imposto do exercício, como consequência do desreconhecimento de impostos diferidos relativos a exercícios anteriores.

Neste contexto, pelo segundo ano consecutivo, a Lusa registou resultados operacionais e resultados líquidos negativos, de 84.524,55 euros e 802.415,11 euros, respetivamente.

Não obstante estes resultados, a Empresa, à semelhança dos anos anteriores, prosseguiu com as políticas de consolidação e reforço como agência multimédia produtora e distribuidora de conteúdos noticiosos e de informação para múltiplas plataformas.

No âmbito da produção de conteúdos deve registar-se, também, que a Lusa cumpriu as obrigações de serviço público inscritas na Cláusula Quarta do Contrato de Prestação de Serviço Noticioso e Informativo de Interesse Público celebrado com o Estado, relativamente à produção do serviço de notícias global em notícias de texto e ultrapassou largamente os níveis exigidos para a produção de fotos, áudios e vídeos.

A Lusa constituiu-se, ainda, como um importante fator de afirmação da Língua Portuguesa no Mundo, pela intensificação e afirmação da presença da Agência no espaço da Lusofonia e nos países onde essa presença é exigida por força do contrato de prestação de serviço noticioso e informativo de interesse público.

Para 2015, o principal desafio que se coloca à Empresa será o de elaborar a proposta a apresentar ao Estado para um novo Contrato de Prestação de Serviço Noticioso e Informativo de Interesse Público, para vigorar no triénio 2016-2018, que se centrará na reapreciação das obrigações inerentes à prestação do serviço noticioso e informativo de interesse público e respetiva contrapartida financeira, permitindo à Empresa reencontrar o equilíbrio económico e financeiro, necessário ao desenvolvimento da sua atividade.

T7 JSC
↓
JSC
↓

A2 – Estrutura orgânica

A organização da empresa está centrada na produção de conteúdos noticiosos, em torno de editorias, delegações e correspondentes, enquadrados pela Chefia da Redação e pela Direção de Informação.

A macroestrutura orgânica da empresa assenta no/a Presidente do Conselho de Administração (PCA), que é simultaneamente o administrador/a-delegado/a, a quem compete a coordenação da atividade geral e a direção das relações institucionais e internacionais.

Os restantes órgãos de estrutura de primeira linha são as três direções operacionais – Informação, que assegura a produção de conteúdos noticiosos; Operações e Mercado, que controla a gestão dos sistemas de informação e promove a venda de serviços e a sua imagem; e Administrativa e Financeira, que reúne as funções de contabilidade, tesouraria, informação de gestão, recursos humanos, compras, gestão de frota e secretariado de apoio aos órgãos sociais.

A Lusa tem a Redação central em Lisboa, dispondo de três delegações em território nacional e oito no estrangeiro, e conta também com uma rede de correspondentes em todos os distritos de Portugal e em cerca de 30 países de todo o mundo.

Organograma da macroestrutura e órgãos de estrutura de primeira linha



O lugar de Secretário Geral, apesar de previsto na organização, não se encontra preenchido.

A3 – Programa de redução de custos

Durante o exercício de 2014, a Lusa prosseguiu os esforços de redução de custos em todas as áreas, nomeadamente, aplicando as determinações da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2014), continuando a renegociação de contratos com fornecedores. Os gastos com o pessoal e os fornecimentos e serviços

TM JSC
JPA
D

externos registaram, face ao período homólogo, diminuições de 6,5% e 0,9%, respetivamente.

A4 – Recursos Humanos

Em 31 de dezembro de 2014, o total de efetivos da Agência é de 264, igual ao do ano anterior.

Entre os 264 trabalhadores no quadro de efetivos incluem-se 12 requisitados e licenças sem retribuição e 30 em situação de pré-reforma. O efetivo médio ao serviço foi de 221, que compara com 222 em 2013.

Do efetivo total, 29,55% dos trabalhadores têm menos de 40 anos de idade (compara com 33,71% em 2013), 27,65% trabalham na Lusa há menos de dez anos (compara com 32,20% em 2013), e 50% são mulheres (compara com 49,6% em 2013).

O grupo profissional mais expressivo é o dos jornalistas com 209 elementos, correspondente a 79,16% de todos os trabalhadores, dos quais 181 elementos pertencem ao efetivo ao serviço (compara com 177 em 2013), 16 estão em situação de pré-reforma e 12 estão requisitados ou com licenças sem retribuição.

A5 – Qualificação

No universo de 264 trabalhadores da Lusa, 50,37% têm como qualificações o nível do ensino superior, 39,77% o nível do ensino secundário, 7,58% o 3.º ciclo do ensino básico, e 2,28% distribuem-se pelos 1.º e 2.º ciclos do ensino básico.

A6 – Formação profissional

A Lusa mantém um protocolo com a Ciberdúvidas, Conteúdos Multimédia Lda., que garante a formação contínua dos jornalistas em redação de texto jornalístico e a monitorização permanente do fio noticioso da Agência para deteção e correção de quaisquer anomalias.

Em 2014 foram também efetuadas as seguintes ações de formação: “Língua Portuguesa”, que envolveu 36 jornalistas; “Orçamento do Estado 2014, Reforma de IRC, Encerramento de Contas/Aspetos Contabilísticos/Fiscais, Perdas por Imparidade e Créditos Incobráveis em IVA/IRS, Tributação não residentes/enquadramento fiscal em IRS/IRC”, a uma Técnica Superior; “Pós-Graduação em Jornalismo Internacional de Língua Portuguesa”, a um jornalista; “Jornalismo de Agência”, a 158 jornalistas; e “Fotografia para Jornalistas”, a um trabalhador do Centro de Documentação e Imagem.

A7 – Atividade Editorial

A Direção de Informação (DI) acelerou em 2014 o esforço editorial em áreas consideradas prioritárias, nomeadamente no que diz respeito à Lusofonia e à Agenda.

TT JSL
 JSL
 A

No que respeita à Lusofonia, os correspondentes da Lusa em Angola, Moçambique e Timor-Leste foram substituídos, através do processo de rotação normal e foi feito um acerto sobre a linha editorial pretendida. Pede-se agora uma maior aposta nos temas de Sociedade, Cultura e Economia. Solicitou-se também uma maior atenção aos itens de Agenda, de forma a “alimentar” o novo serviço de Agenda Online.

Com uma produção maior, mais diversificada e coerente na área da Lusofonia, a DI iniciou também a publicação de boletins noticiosos dirigidos para alguns países e territórios de língua oficial portuguesa (Angola, Moçambique e Macau).

O aumento da oferta de itens de agenda também levou a um reforço editorial nesta área com a criação do lugar de editor adjunto, na sede.

A DI introduziu também um sistema de transmissão em direto de imagens de TV (tecnologia Teradek) para a redação da Lusa, de forma a encurtar os tempos para a entrega das imagens aos clientes de LusaTV.

Todos os jornalistas da Lusa tiveram oportunidade de frequentar um programa de formação sobre jornalismo de agência, em Lisboa, que incidiu nas áreas de Técnicas e Linguagem de Jornalismo de Agência, Jornalismo Multimédia e Estratégia Editorial.

A DI iniciou em 2014 a prática de convidar jornalistas de Órgãos de Comunicação Social (OCS) clientes dos seus serviços para perceber melhor as necessidades dos seus utilizadores.

A DI obteve excelentes resultados editoriais na cobertura noticiosa em diversas áreas, com destaque para o Mundial de Futebol, no Brasil, e as Eleições Europeias.

A DI arrancou com os projetos de duas pós graduações, em parceria com dois estabelecimentos de ensino superior: pós graduação em Jornalismo Internacional em Língua Portuguesa, com o ISCTE, em Lisboa; pós graduação em Jornalismo Especializado, com a Universidade Fernando Pessoa, no Porto.

Produção editorial

A produção editorial da Lusa ascendeu a 225.453 conteúdos únicos, sendo a média diária de 618, conforme quadro seguinte:

Tipo	2014		
	N.º (Ano)	Média/dia	Peso (%)
Fotos	48.623	133	21,6%
Conteúdos mistos	33.288	91	14,8%
Vídeos	5.491	15	2,4%
Notícias texto	118.986	326	52,8%
Outros conteúdos texto	6.710	18	3,0%
Áudio	10.685	29	4,7%
SMS	1.602	4	0,7%
Gráficos/Infografias	68	0	0,0%
Total	225.453	618	100,0%

T7 JSL
JSL
P

Relativamente ao ano anterior, regista-se um decréscimo na produção anual de conteúdos (225.453 compara com 231.276 em 2013), ou seja, uma diminuição de 2,5%.

É de assinalar o crescimento de cerca de 7% na fotografia. As maiores diminuições notam-se na produção de infografias (volume pouco significativo), de SMS (-22%), de vídeos (-17%) e de áudio (-16%). As notícias de texto, que representam mais de metade da produção, desceram cerca de 4%.

Como se demonstra pelo quadro abaixo, a Lusa cumpriu as obrigações de serviço público inscritas na Cláusula Quarta do Contrato de Prestação de Serviço Noticioso e Informativo de Interesse Público celebrado entre o Estado e a Lusa, em 21 de dezembro de 2012, relativamente à produção do serviço de notícias global em notícias de texto e ultrapassou largamente os níveis exigidos para a produção de fotos, áudios e vídeos.

Tipo	Média por dia	
	Produção em 2014	Contrato Serviço Público
Áudio	29,3	10-20
Fotos	133,2	30-50
Notícias texto	326,0	300-400
Vídeos	15,0	5-10

O quadro seguinte reflete a produção noticiosa da Agência em 2014 comparativamente com a registada em 2013 e 2012, agrupada segundo a classificação temática do IPTC (International Press Telecommunication Council) onde se inscreve a diversidade de assuntos tratados no fio noticioso – notícias distribuídas – em valores que resultam da própria classificação temática.

Temas	Texto			Foto			Vídeo			Áudio		
	2014	2013	2012	2014	2013	2012	2014	2013	2012	2014	2013	2012
Acidentes e desastres	8.930	9.210	8.496	1.592	1.986	2.017	167	195	214	271	354	272
Ambiente	6.168	4.665	4.012	1.070	710	714	195	222	177	505	416	330
Artes, cultura e entretenimento	14.089	13.294	12.309	6.866	6.519	6.782	967	1.150	1.344	821	871	814
Ciência e tecnologia	3.019	3.254	2.751	311	306	388	89	105	93	248	272	219
Crime, lei e justiça	19.208	20.312	18.482	1.670	1.262	1.870	297	351	464	841	1.043	802
Desporto	30.457	29.322	28.387	15.253	12.781	14.235	1.525	1.659	2.041	1.341	1.551	1.503
Economia, negócios e finanças	55.509	55.783	59.191	6.364	5.404	6.276	1.799	2.300	2.567	4.164	4.996	4.964
Educação	7.701	6.610	5.306	1.260	1.460	1.170	239	332	359	597	808	651
Estilo de vida e lazer	5.849	4.086	2.981	526	735	625	194	257	259	286	235	159
Guerras e conflitos	14.235	13.422	12.695	1.837	1.967	1.365	277	294	371	450	498	401
Interesse humano	6.591	5.987	3.833	834	1.697	1.734	224	263	197	251	313	176
Política	65.862	67.942	66.046	17.738	15.806	17.339	2.052	2.643	3.312	6.660	7.724	7.269
Religião	2.546	2.970	1.927	898	957	912	77	131	138	142	214	149
Saúde	8.927	7.495	7.064	1.297	895	920	242	252	316	697	720	780
Sociedade	29.530	27.070	24.177	2.150	2.094	1.522	946	1.313	1.639	1.901	2.270	2.287
Trabalho	8.773	11.045	11.162	1.739	1.979	2.391	409	626	826	1.022	1.399	1.316
Outros	12.745	13.047	13.450	1.061	915	663	228	445	490	838	724	709
Total	300.139	295.514	282.269	62.466	57.473	60.923	9.927	12.538	14.807	21.035	24.408	22.801

Tendo em conta que a mesma notícia pode ser classificada em vários temas, o número de notícias distribuídas não coincide com o número de notícias produzidas.

Além da diversidade de conteúdos distribuídos pela Lusa, entre os 17 temas inscritos no quadro acima, em termos de textos destacam-se a Política (22%), Economia (18%), Desporto (10%) e Sociedade (10%) que, no conjunto, representam 60% do texto

TM JSC
JZL
P

noticioso. Comparando com 2013, este agrupamento de temas mantém a liderança na distribuição de notícias/texto, registando face ao valor global um ligeiro decréscimo de menos de 1%, relacionado com a redução do noticiário de Política e Trabalho. Trata-se, enfim, de uma variação materialmente irrelevante uma vez que em nada altera a estabilidade do fio noticioso da Agência.

Quanto à Fotografia, os temas de Política (28%) e de Desporto (24%) representam mais de 50% do serviço de fotos distribuído. O acréscimo global de 9%, comparando com 2013, deve-se sobretudo ao aumento nos temas Desporto (+19%), Economia (+18%) e Política (+12%). Em sentido contrário, verificam-se descidas nos temas de Acidentes, Educação, Trabalho, Guerras e Interesse Humano.

A8 – Evolução de negócios

A evolução de negócios em 2014, à semelhança dos anos imediatamente anteriores, foi condicionada por conjunturas económicas, financeiras e sociais adversas que afetaram o mercado da Comunicação Social, onde se inserem os principais clientes da Agência. No entanto, com a reestruturação interna ocorrida através da criação da Direção de Operações e Mercado, por fusão das anteriores Direções Comercial e Técnica, bem como pelos novos processos de trabalho implementados, foi possível fazer crescer os valores globais das vendas.

A abordagem ao mercado passou de uma forma essencialmente reativa, para uma postura de proatividade e de antecipação de necessidades dos vários clientes ou de potenciais novos clientes. Foram lançados alguns novos produtos, para diferentes segmentos de mercado, assim como campanhas específicas para determinados setores ou eventos. Exemplos disso são a campanha efetuada junto das autarquias locais, do Mundial de Futebol ou das Eleições Europeias.

O quadro seguinte indica o incremento da receita total da Lusa, em 2%, resultante principalmente do crescimento das receitas fora do contrato com o Estado, que representam 89% do aumento global registado. Destacam-se as áreas de negócio ligadas à comunicação social, nomeadamente os Grandes Órgão de Comunicação Social (GOCS) com um crescimento superior a 12% em relação a 2013, e ainda o Mercado Externo com um crescimento de mais de 13%. Excluindo o contrato com o Estado, nota-se um crescimento global das receitas de 7% em 2014, por contraponto com as quedas acentuadas nos três exercícios anteriores, de 20% entre 2010 e 2013.

TM JSL
 JSL
 JSL

(Valores em Euros)

ÁREAS DE NEGÓCIOS	2014	2013	VARIÇÃO 2013/2014	
			VALOR	%
GRANDES ÓRGÃOS DE C. SOCIAL	1.729.690,31	1.540.534,49	189.155,82	12,3%
PEQUENOS ÓRGÃOS DE C. SOCIAL	238.994,43	225.416,43	13.578,00	6,0%
EMPRESAS	902.266,24	893.706,66	8.559,58	1,0%
INSTITUCIONAL	11.052.234,46	11.045.920,48	6.313,98	0,1%
Contrato com o Estado	10.732.100,04	10.700.000,00	32.100,04	0,3%
Outros	320.134,42	345.920,48	-25.786,06	-7,5%
GRANDE PÚBLICO	8.003,16	8.647,87	-644,71	-7,5%
OUTROS	64.532,68	67.685,96	-3.153,28	-4,7%
SUBTOTAL	13.995.721,28	13.781.911,89	213.809,39	1,6%
MERCADO EXTERNO	598.503,08	529.222,29	69.280,79	13,1%
TOTAL	14.594.224,36	14.311.134,18	283.090,18	2,0%

Clientes e serviços

Atenta aos sinais do mercado, a Lusa definiu em 2014 uma estratégia comercial muito focada nas necessidades dos clientes e do mercado, tendo para isso definido os seguintes princípios orientadores:

- Fidelização dos clientes existentes através da intensificação do apoio prestado, por forma a encontrar soluções adequadas às suas crescentes dificuldades, continuando a fornecer-lhes um serviço de qualidade;
- Prospecção de outros mercados, sobretudo em novas plataformas multimédia, com a oferta de formatos mais adaptáveis à conjuntura;
- Prospecção de novos produtos que se adaptem às necessidades e novas tecnologias solicitados pelos principais clientes;
- Política de preços e produtos adequada ao mercado;
- Melhores meios de distribuição e com menores custos;
- Adaptação da oferta de produtos, especialmente aos pequenos nichos de mercado e aos meios mais especializados.

Para além dos resultados evidenciados no mapa de receitas acima, é de salientar que foram efetuados cerca de 70 novos contratos de venda de serviços por avença, seja para clientes que já tinham uma relação com a empresa ou novos. O valor desses novos contratos, em velocidade cruzeiro (num ano completo e sem descontos iniciais), já reduzido dos valores dos contratos e clientes perdidos no mesmo período de 2014, equivale a cerca de 492 mil Euros. Este valor, por sua vez, corresponde a 13,6% das vendas totais de 2013, sem o contrato com o Estado.

T
JSL
JZA
A
H

Prestação de serviços

A estratégia comercial e de marketing prosseguida, juntamente com os novos processos de trabalho, e ainda as sinergias aferidas entre as áreas técnicas e comerciais, permitiram um crescimento de vendas muito acentuado, nos vários setores, mas em particular no mercado tradicional (GOCS e Pequenos Órgão de Comunicação Social - POCS). A exceção verificou-se na área institucional, fora do contrato com Estado, devido, sobretudo, à desistência do contrato por parte do CEGER (Centro de Gestão da Rede Informática do Governo).

A9 – Cooperação

A Lusa intensificou, em 2014, a afirmação da sua presença no espaço da Lusofonia e nos países onde essa presença é exigida por força do contrato de prestação de serviço noticioso e informativo de interesse público e aprofundou o relacionamento multilateral com agências noticiosas de países de língua oficial portuguesa, numa lógica de continuidade da cooperação histórica e, simultaneamente, na identificação de novas áreas de intervenção. Neste âmbito destaca-se o apoio continuado na manutenção do sítio da Inforpress – Agência Cabo-Verdiana de Notícias.

No âmbito do aprofundamento das relações de cooperação com entidades do mundo da Lusofonia devem, ainda, destacar-se as seguintes ações:

- Participação da Lusa, representada pelo Vice-presidente do Conselho de Administração, a convite do Governo de Timor, na conferência sobre a criação de uma agência de notícias em Timor, realizada em Díli, em agosto;
- Visita à sede da Lusa da Gerente executiva da Inforpress – Agência Cabo-Verdiana de Notícias, Dra. Joana Olinda Miranda, em setembro.

A10 – Atividade internacional

A Lusa prosseguiu, em 2014, a afirmação da sua presença em instituições internacionais de que faz parte: EPA – European Pressphoto Agency (de que a Lusa é acionista fundadora); AMAN – Alliance of Mediterranean News Agencies; EANA – European Alliance of News Agencies; Minds International (de que a Lusa é acionista fundadora); e IPTC – International Press Telecommunications Council.

No âmbito da atividade internacional, devem, ainda, destacar-se as seguintes ações:

- Entrega do prémio europeu “Carlos V”, em Cáceres, em janeiro;
- Visita de cortesia, à sede da Lusa, da Embaixadora da Tunísia, Senhora Saloua Báhri, em fevereiro;

TH JSL
JSL

- Participação, como membro do júri, do Presidente do Conselho de Administração, nos Prémios Internacionais de Jornalismo “Rei de Espanha” e “D. Quixote de Jornalismo”, em março;
- Reunião, em abril, com Delegação da CCTV (China Central Television) na sede da Lusa;
- Participação, em maio, do Presidente do Conselho de Administração, no XIV World Economic Forum, que se realizou em São Petersburgo, a convite da ITAR – TASS (Agência de Informação e Telegrafia da Rússia);
- Acompanhamento da vista oficial do Presidente da República à China, em maio;
- Visita à Lusa do (novo) Embaixador da Indonésia, Senhor Mulya Wirana, em junho;
- Visita de uma Delegação da CCTV (China Central Television) para a assinatura de Protocolo da CCTV News Content (subsidiária da CCTV) com a Lusa, em junho;
- Visita do Presidente da Agência Indonésia ANTARA, em setembro, para a assinatura do Memorandum of Understanding entre a Antara e a Lusa durante um Fórum Empresarial bilateral em Lisboa.

A11 – Inovação/Modernização

No âmbito da inovação/modernização, na área Multimédia, a Agência lançou no início de 2014 novas aplicações móveis para iOS e Android, para funcionamento tanto em equipamentos *smartphone* como *tablet*. As aplicações permitem a subscrição por parte dos utilizadores finais, a partir das lojas da Apple e do Google, bem como a incorporação de publicidade.

A Lusa manteve a sua participação na Minds International, organização que congrega representantes de agências noticiosas mundiais para acompanhamento de temas relevantes do futuro da indústria.

No campo da modernização tecnológica, manteve-se a estratégia de atualização dos computadores pessoais dos jornalistas para uso de um novo ambiente de trabalho, e foram descontinuados o sistema operativo Windows XP, bem como versões anteriores de Office.

Em 2014, foi implementado o projeto do novo contrato de *outsourcing*, que incluiu várias melhorias nas plataformas e operações da Lusa, nomeadamente nas capacidades das suas redes, funcionalidades de trabalho em equipa e segurança; com este novo contrato foi igualmente possível uma redução significativa dos custos para a Lusa.

TM
JSL
JSL
JSL

A Lusa adquiriu e começou a utilizar equipamentos para gravação de vídeo em direto, permitindo uma aceleração significativa do processo de edição do vídeo (desde a captura da imagem até à entrega ao cliente), sendo essa redução de tempo evidente para os clientes. Adicionalmente este sistema pode ser utilizado no futuro para emissão de TV em direto, seja para canais *internet* seja para canais de televisão.

Foram feitas remodelações na sala usada como estúdio para gravação de entrevistas de vídeo, de modo a torná-la mais efetiva, tanto em termos de qualidade técnica como de aspeto para os visitantes.

O processo de distribuição de conteúdos, em particular o texto e fotografia onde o volume é mais significativo, passou a ser feito na totalidade diretamente pela Lusa, em vez da utilização de uma empresa de distribuição (satélite/ftp) externa. Esta operação, para além da redução de custos obtida, permitiu eliminar a antiga distribuição por satélite, tecnologia VSAT.

A12 – Investimento

O investimento em 2014 atingiu 193 mil euros, o que representou um decréscimo de 22,4% em relação ao período homólogo, sendo essencialmente aplicado em equipamento informático, multimédia e de fotografia, na melhoria de cablagem e numa viatura para a Delegação de Macau.

A13 – Análise económica e financeira

Situação Económico-Financeira

A análise económico-financeira, que se apresenta, sintetiza os resultados alcançados pela Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S.A., no ano de 2014 e a situação patrimonial e financeira no final do exercício.

Proveitos

O total de proveitos e ganhos ascendeu a 14,8 milhões de euros, o que traduz um acréscimo de 181 mil euros (+1,2%) relativamente a 2013, resultante, sobretudo, do aumento observado nas prestações de serviços.

Custos

O total de custos e perdas ascendeu a 14,9 milhões de euros, refletindo uma diminuição de 797 mil euros (-5,1%) em relação ao período homólogo, como resultado das seguintes variações:

- Diminuição de 34 mil euros (-0,9%) nos fornecimentos e serviços externos, decorrente, sobretudo, da interação entre a diminuição de custos por via da celebração de um novo contrato de *outsourcing* com o consórcio PT/TMN, em

17 JSL
 JSL
 JSL

outubro de 2013, no montante de 156 m€, e o aumento registado em “Deslocações, estadas e transportes” (112 m€);

- Evolução favorável de 719 mil euros (-6,5%) nos gastos com o pessoal, pelo facto de, em 2013, por efeito da revogação da suspensão do pagamento do subsídio de férias prevista na LOE/2013, ter sido reconhecido mais um mês de salários, a que acresceu o custo com a rescisão amigável de 4 contratos de trabalho;
- Aumento de 36 mil euros nas perdas por imparidade relativas a dívidas de clientes nacionais e estrangeiros;
- Diminuição de 42 mil euros nos outros gastos e perdas, essencialmente por efeito das reduções ocorridas em serviços bancários, diferenças de câmbio desfavoráveis, perdas em inventários e diferenças de estimativas.

Resultados

O resultado líquido foi negativo e na ordem de 802 mil euros, por efeito de:

(milhares de euros)			
RESULTADOS	2014	2013	VAR.
Operacionais	-85	-1.077	992
Financeiros	-37	-22	-15
Antes de impostos	-121	-1.099	978
Imposto sobre o rendimento do período	-681	81	-762
Líquidos	-802	-1.018	215

O forte agravamento do imposto sobre o rendimento do exercício resultou, sobretudo, do efeito do desreconhecimento do imposto diferido relativo a exercícios anteriores.

Situação Patrimonial e Financeira

O ativo líquido, na ordem de 12,4 milhões de euros, registou uma redução de 1,3 milhões de euros relativamente a 31 de dezembro de 2013, como resultado de: abates de imobilizado e amortizações do exercício (Ativos fixos tangíveis); desreconhecimento dos valores relativos aos prejuízos fiscais de 2011 e 2013 que a Empresa não prevê utilizar em 2015 e nos exercícios seguintes, respetivamente, e o efeito da alteração da taxa de IRC de 23% para 21% (Ativos por impostos diferidos); e, ainda, o decréscimo verificado nos excedentes de tesouraria.

O capital próprio evidenciou um decréscimo na ordem de 761 mil euros, por via do resultado líquido do exercício.

A redução evidenciada pelo passivo, na ordem de 519 mil euros, ocorre em grande medida por efeito dos reembolsos de empréstimos bancários.

M JSL
↓
↓
↓

(milhares de euros)			
BALANÇO	2014	2013	VAR.
Ativo não corrente	8.837	9.667	-830
Inventários	0	0	0
Dívidas de terceiros	1.718	1.800	-82
Diferimentos	340	384	-44
Caixa e depósitos bancários	1.455	1.779	-324
TOTAL DO ATIVO	12.350	13.630	-1.280
CAPITAL PRÓPRIO	5.440	6.201	-761
PASSIVO:	6.910	7.429	-519
Passivo não corrente	3.700	4.015	-315
Dívidas a terceiros	3.174	3.342	-168
Diferimentos	37	72	-35
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO	12.350	13.630	-1.280

Principais indicadores

<i>Indicadores económico-financeiros (Unidade: milhares de euros)</i>	2014	2013	$\Delta\%$ 14/13
Proveitos operacionais	14.765	14.556	1
EBITDA	357	-626	n.a.
Resultado operacional	-85	-1.077	n.a.
Resultado líquido	-802	-1.018	n.a.
Resultado líquido por acção (euro)	-0,38	-0,48	n.a.
VAB	10.727	10.409	3
Investimento	193	248	-22
Margem EBITDA	2%	-4%	n.a.
Margem Operacional	-1%	-7%	n.a.
Margem líquida	-5%	-7%	n.a.
VAB / Efectivo médio (euro)	48.536	46.889	4
Activo líquido	12.350	13.630	-9
Capital próprio	5.440	6.201	-12
Capital social	5.325	5.325	-
Rendibilidade do Capital Próprio (ROE)	-15%	-16%	n.a.
Liquidez Geral	109%	116%	- 7 p.p.
Autonomia Financeira	44%	45%	- 1 p.p.
Solvabilidade	79%	83%	- 4 p.p.
Cobertura do imobilizado	103%	106%	- 3 p.p.
Recursos humanos	2014	2013	$\Delta\%$ 14/13
Número de trabalhadores a 31 de dezembro	264	264	-
Jornalistas	181	177	2,3
Assessores	2	3	-33,3
Técnicos Superiores	12	12	-
Assistentes Administrativos	23	26	-11,5
Assistentes Técnicos	1	1	-
Pessoal de Apoio	3	3	-
Requisitados e Licenças sem Retribuição	12	12	-
Pré-reformados	30	30	-
Efectivo médio ao serviço	221	222	-0,5
Produção de notícias	2014	2013	$\Delta\%$ 14/13
Áudio	10.685	12.721	-16,0
Conteúdos mistos	33.288	33.641	-1,0
Fotos	48.623	45.631	6,6
Gráficos	68	106	-35,8
Notícias texto	118.986	123.660	-3,8
Outros conteúdos texto	6.710	6.866	-2,3
Vídeos	5.491	6.607	-16,9
SMS	1.602	2.044	-21,6
Total	225.453	231.276	-2,5

TM
JSC
[Handwritten signature]

Pendências judiciais

À data de 31 de dezembro de 2014, existiam pendentes os seguintes processos judiciais:

- a) No Tribunal Administrativo e Fiscal de Lisboa, uma ação administrativa comum intentada, em 12 de maio de 2010, a reclamar a titularidade de créditos, vencidos e não pagos, no montante global de 3.906.400,05 euros, incluindo juros de mora vencidos e vincendos, referente a créditos da Lusa sobre o Estado correspondentes aos custos incorridos pela Lusa com a manutenção em funcionamento das delegações de Macau e Pequim em 2000, créditos correspondentes à manutenção das delegações de Jacarta e Díli em 1999 e 2000, créditos correspondentes ao desconto de 50 % efetuado sobre o preço dos serviços prestados às rádios locais e à Imprensa Regional e créditos correspondentes a serviços prestados a agências noticiosas dos PALOP e à Rádio Televisão da Guiné-Bissau;
- b) No Tribunal Tributário de Lisboa sob o n.º 456/05.BELSB, o processo de impugnação judicial do IVA de 2001 e 2002, respetivamente, nos valores de 1.319.895,92 euros e de 1.281.494,08 euros. Este processo foi objeto de decisão em julho de 2011, tendo o Tribunal julgado improcedente a impugnação judicial apresentada pela Lusa. Em setembro de 2011, a Lusa procedeu à interposição de recurso que mereceu a admissão do Supremo Tribunal Administrativo, onde corre termos;
- c) No Tribunal da 5ª Vara Cível de Lisboa, o processo n.º 3060/08.2TVLSB, uma ação proposta por Carlos de Oliveira Marneffe Garçêz e outro(s) contra a Lusa, com fundamento na alegada violação de direitos de autor por parte da última, no montante de 30.001,00 euros. O Tribunal de 1.ª Instância proferiu sentença em que julgou a ação improcedente, por não provada. No entanto, por força de um recurso interposto pela também ré Esfera dos Livros, Lda., o processo vai baixar ao Tribunal de 1.ª Instância para ser inquirida uma testemunha adicional à matéria dos autos. Por outro lado, também os autores interpuseram recurso da decisão do Tribunal de 1.ª Instância, aguardando-se que seja proferido Acórdão pelo Tribunal da Relação de Lisboa.

TH
JLH
JSSC
A
J
JSSC

A14 – Demonstrações financeiras

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(valores expressos em euros)

RUBRICAS	NOTAS	DATA	
		2014	2013
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis			
Terrenos e recursos naturais	7	1.493.641,23	1.493.641,23
Edifícios e outras construções	7	6.652.212,20	6.845.056,09
Equipamento básico	7	304.113,46	344.095,56
Equipamento de transporte	7	29.470,70	18.000,64
Equipamento administrativo	7	2.623,02	4.594,38
Ferramentas e utensílios	7	0,00	0,00
Novos projetos	7	85.962,43	117.823,31
Outros não especificados	7	601,27	1.116,20
Subtotal ativos fixos tangíveis		8.568.624,31	8.824.327,41
Ativos fixos tangíveis em curso	7	98.422,94	96.815,00
Ativos intangíveis			
Trespasse (<i>goodwill</i>)	6	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	6	0,00	0,00
Programas de computador	6	0,00	0,00
Outros ativos Intangíveis	6	0,00	0,00
Subtotal ativos Intangíveis		0,00	0,00
Particip. financeiras - método da equiv. patrimonial			
Sucursal do Brasil		0,00	0,00
Participações financeiras - outros métodos			
EPA	8	140.000,14	140.000,14
IPPS-IUL	8	10.000,00	10.000,00
Subtotal participações financeiras - outros métodos		150.000,14	150.000,14
Outros Investimentos financeiros			
Fundo de compensação do trabalho		267,74	0,00
Ativos por Impostos diferidos	5	19.956,32	596.022,33
Total do ativo não corrente		8.837.271,45	9.667.164,88
Ativo corrente			
Inventários			
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	9	0,00	0,00
Sub-produtos, desperdícios, resíduos e refugos	9	0,00	0,00
Subtotal Inventários		0,00	0,00
Clientes			
Clientes c/c	10	1.324.366,66	1.381.139,43
Clientes - títulos a receber	10	0,00	0,00
Clientes - cobrança duvidosa	10	57.400,41	49.481,79
Subtotal clientes		1.381.767,07	1.430.621,22
Adiantamentos a fornecedores	11	0,00	0,00
Estado e outros entes públicos			
Imposto sobre o rendimento			
Pagamentos especiais por conta	11	99.722,11	98.900,92
Pagamentos por conta	11	0,00	28.601,08
Retenções efetuadas por terceiros	11	14.857,33	7.354,78
Imposto a recuperar	11	0,00	0,00
IVA	11	2.937,66	5.772,09
Outras contribuições	11	0,00	0,00
Subtotal Estado e outros entes públicos		117.517,10	140.628,87
Acionistas/sócios		0,00	0,00
Outras contas a receber			
Fornecedores c/c	11	5.084,93	1.549,41
Adiantamentos a fornecedores de investimentos	11	0,00	0,00
Pessoal	11	31.083,62	29.346,48
Outros devedores de cobrança duvidosa	11	0,00	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	11	8.296,28	21.749,58
Outros devedores diversos	11	173.982,73	175.843,41
Subtotal outras contas a receber		218.447,56	228.488,88
Diferimentos			
Gastos a reconhecer	11	339.811,39	384.089,21
Caixa e depósitos bancários			
Depósitos bancários			
À ordem	4	269.743,31	286.188,62
Outros	4	1.180.000,00	1.486.000,00
Caixa	4	5.732,04	7.018,29
Subtotal caixa e depósitos bancários		1.455.475,35	1.779.206,91
Total do ativo corrente		3.513.018,48	3.963.035,08
TOTAL DO ATIVO		12.350.289,93	13.630.199,96

356
 7

RUBRICAS	NOTAS	DATA	
		2014	2013
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital	12	5.325.000,00	5.325.000,00
Ações (quotas) próprias		0,00	0,00
Outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Prémios de emissão		0,00	0,00
Reservas			
Reservas legais	12	411.331,68	411.331,68
Outras reservas		0,00	0,00
Resultados transitados	12	(540.176,83)	442.673,21
Ajustamentos em ativos financeiros		0,00	0,00
Excedentes de reval. de ativos fixos tangíveis e intangíveis			
Antes de imposto sobre o rendimento	12	1.497.754,44	1.542.856,56
Impostos diferidos	12	(452.623,18)	(503.906,04)
Outras variações no capital próprio			
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras	12	1.215,79	1.238,83
		6.242.501,90	7.219.194,24
Resultado líquido do período		(802.415,11)	(1.017.804,49)
		5.440.086,79	6.201.389,75
Total do capital próprio			
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	17.3	2.843.641,09	2.858.641,09
Financiamentos obtidos			
Empréstimos bancários	13	333.333,28	533.333,28
Locações financeiras	15	70.004,15	118.661,86
Subtotal financiamentos obtidos		403.337,43	651.995,14
Passivos por impostos diferidos	16	452.623,18	503.906,04
Outras contas a pagar		0,00	0,00
Total do passivo não corrente		3.699.601,70	4.014.542,27
Passivo corrente			
Fornecedores	14	338.634,13	396.228,40
Adiantamentos de clientes		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos			
Imposto sobre o rendimento (IRC)	16	109.132,17	107.841,94
Retenção de impostos sobre rendimentos (IRS)	16	160.714,92	161.128,51
IVA	16	460.608,58	439.711,50
Outros impostos (imposto do selo)		0,00	0,00
Contribuições para a segurança social	16	191.861,99	186.913,47
Tributos das autarquias locais	16	1.848,06	1.232,04
Outras tributações		39,61	0,00
Subtotal Estado e outros entes públicos		924.205,33	896.827,46
Acionistas/sócios	16	0,00	0,00
Financiamentos obtidos			
Empréstimos bancários	13	200.000,00	283.333,40
Descobertos bancários		0,00	0,00
Locações financeiras	15	92.698,96	84.421,31
Outros financiadores		0,00	0,00
Subtotal financiamentos obtidos		292.698,96	367.754,71
Outras contas a pagar			
Fornecedores de investimentos	14	41.352,72	40.423,26
Credores por acréscimos de gastos	16	1.443.865,61	1.532.765,04
Pessoal	16	1.563,78	325,12
Outros credores diversos	16	131.394,14	107.815,09
Subtotal outras contas a pagar		1.618.176,25	1.681.328,51
Diferimentos			
Rendimentos a reconhecer	16	36.886,76	72.128,85
Total do passivo corrente		3.210.601,43	3.414.267,94
		6.910.203,13	7.428.810,21
Total do passivo			
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO			
		12.350.289,93	13.630.199,96

A Técnica Oficial de Contas,

O Conselho de Administração,

2A

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(valores expressos em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODO	
		2014	2013
Vendas e serviços prestados			
Contrato com o Estado	20	10.732.100,04	10.700.000,00
Outras	20	3.862.124,32	3.611.134,18
Subtotal vendas e serviços prestados		14.594.224,36	14.311.134,18
Subsídios à exploração	21	0,00	20.693,67
Ganhos/perdas imputados de subsid., assoc. e empreend. conjuntos		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		0,00	0,00
Fornecimentos e serviços externos	22	(3.867.679,84)	(3.901.728,06)
Gastos com o pessoal			
Remunerações dos órgãos sociais	23	(126.709,35)	(122.182,52)
Remunerações do pessoal	23	(8.192.121,66)	(8.636.640,15)
Encargos sociais e outros	23	(1.991.673,28)	(2.270.688,36)
Subtotal gastos com o pessoal		(10.310.504,29)	(11.029.511,03)
Imparidade de Inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Clientes	17.1/21	(60.778,27)	456,51
Outros devedores	17.1/21	0,00	0,00
Subtotal imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		(60.778,27)	456,51
Provisões (aumentos/reduções)	17.3/21	15.000,00	59.380,82
Aumentos/reduções de justo valor		1,40	0,00
Outros rendimentos e ganhos			
Rendimentos suplementares	21	14.906,31	14.744,78
Descontos de pronto pagamento obtidos	21	0,00	0,00
Ganhos em inventários	21	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos em subsid., assoc. e empreend. conjuntos	21	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros			
Alienações	21	4.583,67	0,00
Sinistros	21	9.235,23	1.518,08
Outros		0,00	0,00
Outros			
Correções relativas a exercícios anteriores	21	0,00	0,00
Excesso de estimativa para impostos	21	0,00	0,00
Descontos	21	39.875,46	40.072,43
Diferenças de câmbio favoráveis	21	26.631,89	6.685,49
Reembolsos diversos	21	5.764,93	5.679,43
Diversos	21	49.962,76	50.915,44
Diferenças de conversão favoráveis		0,00	0,00
Subtotal outras rendimentos e ganhos		150.960,25	119.615,65
Outros gastos e perdas			
Impostos	21	(46.435,69)	(49.778,14)
Dívidas incobráveis	21	0,00	0,00
Perdas em inventários	21	0,00	(7.297,90)
Gastos e perdas em subs., assoc. e empreend. conjuntos		0,00	0,00
Gastos e perdas em investimentos não financeiros			
Alienações	21	0,00	(44,72)
Sinistros	21	0,00	0,00
Abates	21	(370,19)	(575,46)
Outros		0,00	0,00
Outros			
Correções relativas a exercícios anteriores	21	0,00	0,00
Donativos	21	0,00	0,00
Quotizações	21	(13.817,21)	(7.637,61)
Ofertas e amostras de inventários		0,00	0,00
Insuficiência da estimativa para impostos	21	(1.253,03)	(127,67)
Perdas em investimentos financeiros		0,00	0,00
Despesas não documentadas	21	(3.955,19)	(10.090,92)
Outros não especificadas			
Serviços bancários	21	(88.075,68)	(100.000,21)
Diferenças de câmbio desfavoráveis	21	(5.152,30)	(16.808,75)
Subsídios de alimentação de estagiários	21	0,00	0,00
Multas e penalidades	21	(3.465,10)	(5.575,03)
Diversos	21	(1.295,68)	(7.635,02)
Diferenças de conversão desfavoráveis		0,00	0,00
Subtotal outros gastos e perdas		(163.820,07)	(205.571,45)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		357.403,54	(625.529,71)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização			
Ativos fixos tangíveis	21	(441.928,09)	(451.462,23)
Ativos intangíveis	21	0,00	0,00
Subtotal gastos/reversões de depreciação e de amortização		(441.928,09)	(451.462,23)
Imparidade de activos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(84.524,55)	(1.076.991,94)
Juros e rendimentos similares obtidos			
De depósitos	24	11.269,60	39.873,31
Outros	24	599,33	509,49
Subtotal Juros e rendimentos similares obtidos		11.862,93	40.382,80
Juros e gastos similares suportados			
Com empréstimos bancários			
Curto prazo	24	(56,12)	(207,53)
Médio e longo prazo	24	(40.237,20)	(55.088,68)
Com leasing	24	(8.290,41)	(6.922,81)
Com outros financiamentos	24	0,00	0,00
Subtotal Juros e gastos similares suportados		(48.583,73)	(62.219,02)
Resultado antes de impostos		(121.245,35)	(1.098.828,16)
Imposto sobre o rendimento do período	5	(681.169,76)	81.023,67
Resultado líquido do período		(802.415,11)	(1.017.804,49)

A Técnica Oficial de Contas,

Luís Miguel F. J. Silva

O Conselho de Administração,

Marcelo
Paulo
Infante

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(valores expressos em euros)

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODO	
		2014	2013
Vendas e serviços prestados	20	14.594.224,36	14.311.134,18
Custos das vendas e dos serviços prestados		(10.447.332,39)	(10.564.378,57)
Resultado bruto		4.146.891,97	3.746.755,61
Outros rendimentos	21	170.399,47	244.424,77
Gastos de distribuição		(302.510,49)	(576.363,73)
Gastos administrativos		(1.789.616,37)	(2.072.093,89)
Gastos de investigação e desenvolvimento		0,00	0,00
Outros gastos		(2.309.689,13)	(2.419.714,70)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamentos e impostos)		(84.524,55)	(1.076.991,94)
Gastos de financiamento (líquidos)	24	(36.720,80)	(21.836,22)
Resultado antes de Impostos			(121.245,35)
Imposto sobre o rendimento do período	5	(681.169,76)	81.023,67
Resultado líquido do período			(802.415,11)
Resultados por ação	25	(0,38)	(0,48)

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

NO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(valores expressos em euros)

Descrição	Notas	Capital	Reserva Legal	Excedentes de revalorização	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
<u>Saldo em 01 de Janeiro de 2013</u>		5.325.000,00	398.306,33	844.419,84	11.070,04	1.587,72	260.507,00	6.840.890,93
Alterações no período								
Primeira adoção de novo referencial contabilístico		-	-	-	-	-	-	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		-	-	-	-	(348,89)	-	(348,89)
Ajustamentos de reexpressão		-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos de excedentes de revalorização		-	-	534.568,25	-	-	-	534.568,25
Ajustamentos por impostos diferidos		-	-	(340.037,57)	184.121,52	-	-	(155.916,05)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-	13.025,39	-	247.481,65	-	(260.507,00)	0,00
		5.325.000,00	411.331,66	1.038.950,52	442.673,21	1.238,83	-	7.219.194,24
Resultado líquido do período		-	-	-	-	-	(1.017.804,49)	(1.017.804,49)
Resultado integral		5.325.000,00	411.331,66	1.038.950,52	442.673,21	1.238,83	(1.017.804,49)	6.201.389,73
Operações com detentores de capital no período								
Realizações de capital		-	-	-	-	-	-	-
Distribuições		-	-	-	-	-	-	-
Outras operações		-	-	-	-	-	-	-
<u>Saldo em 31/12/2013</u>	12	5.325.000,00	411.331,66	1.038.950,52	442.673,21	1.238,83	-1.017.804,49	6.201.389,73

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

NO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(valores expressos em euros)

Descrição	Notas	Capital	Reserva Legal	Excedentes de revalorização	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do exercício	Distribuição de dividendos	Total do capital próprio
<u>Saldo em 01 de Janeiro de 2014</u>		5.325.000,00	411.331,66	1.038.950,52	442.673,21	1.238,83	(1.017.804,49)	-	6.201.389,73
Alterações no período									
Primeira adoção de novo referencial contabilístico		-	-	-	-	-	-	-	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		-	-	-	-	(23,04)	-	-	(23,04)
Ajustamentos de reexpressão		-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos de excedentes de revalorização	12	-	-	(45.102,12)	-	-	-	-	(45.102,12)
Ajustamentos por impostos diferidos	5	-	-	51.282,86	(10.147,67)	-	-	-	41.135,19
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-	-	-	(972.702,37)	-	1.017.804,49	-	45.102,12
		5.325.000,00	411.331,66	1.045.131,26	(540.176,83)	1.215,79	-	-	6.242.501,90
Resultado líquido do período		-	-	-	-	-	(802.415,11)	-	(802.415,11)
Resultado integral		5.325.000,00	411.331,66	1.045.131,26	(540.176,83)	1.215,79	(802.415,11)	-	5.440.086,79
Operações com detentores de capital no período									
Realizações de capital		-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuições		-	-	-	-	-	-	-	-
Outras operações		-	-	-	-	-	-	-	-
<u>Saldo em 31/12/2014</u>	12	5.325.000,00	411.331,66	1.045.131,26	(540.176,83)	1.215,79	-802.415,11	0,00	5.440.086,79

A Técnica Oficial de Contas,

O Conselho de Administração,

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(valores expressos em euros)

RUBRICAS	NOTAS	EXERCÍCIO	
		2014	2013
Atividades operacionais			
Recebimentos de clientes	10	14.615.755,04	14.527.758,07
Pagamentos a fornecedores	14	(3.871.602,29)	(4.075.530,42)
Pagamentos ao pessoal	16	(10.408.797,73)	(10.307.071,68)
Fluxos gerados pelas operações		335.355,02	145.155,97
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	16	(81.315,08)	(129.699,24)
Outros pagamentos/recebimentos relativos à actividade operacional	11/16	(30.453,57)	(604.600,64)
Fluxos das Atividades Operacionais (1)		223.586,38	(589.143,90)
Atividades de investimento			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		-	-
Ativos fixos tangíveis	7	5.916,27	1.822,39
Ativos intangíveis		-	-
Juros e rendimentos similares	24	12.173,51	47.897,14
Dividendos		-	-
Outros		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros	8	(267,74)	-
Ativos fixos tangíveis	7	(192.819,74)	(424.865,74)
Ativos intangíveis		-	-
Outros		-	-
Fluxos das Atividades de Investimento (2)		(174.997,70)	(375.146,21)
Atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	13/15	50.238,74	229.920,98
Aumentos de capital, prestações suplementares e prémios de emissão		-	-
Subsídios e doações		-	-
Venda de ações (quotas) próprias		-	-
Outros		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos	13	(283.333,40)	(366.666,68)
Amortização de contratos de locação financeira	15	(90.618,80)	(58.078,01)
Juros e gastos similares	24	(48.583,73)	(62.219,02)
Dividendos		-	-
Redução de capital e prestações suplementares		-	-
Aquisição de ações (quotas) próprias		-	-
Outros		-	-
Fluxos das Atividades de Financiamento (3)		(372.297,19)	(257.042,73)
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		(323.708,52)	(1.221.332,84)
Efeito das diferenças de câmbio		(23,04)	(348,90)
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	1.779.206,91	3.000.888,65
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	1.455.475,35	1.779.206,91

A Técnica Oficial de Contas,

O Conselho de Administração,

TM JSC
JSC
JSC
JSC
JSC

B – ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

1. Introdução

A Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S.A. (“Empresa”) é uma sociedade anónima constituída em 31 de julho de 1997 e com sede em Lisboa, na Rua Dr. João Couto – Lote C.

A Lusa tem como atividade principal ser uma agência noticiosa, competindo-lhe assegurar uma informação factual, isenta, rigorosa e digna de confiança, prestando principalmente serviços de recolha de material noticioso ou de interesse informativo e o seu tratamento para difusão, divulgação do material recolhido, prestação ao Estado Português dos serviços de interesse público relativos à informação dos cidadãos e a prestação de serviços de telecomunicações de valor acrescentado no âmbito do exercício das atividades referidas, sendo esta atividade anteriormente desempenhada pela Agência Lusa de Informação – C.I.P.R.L., tendo a Empresa adquirido o estabelecimento comercial da referida cooperativa.

Em 21 de dezembro de 2012, a Empresa celebrou com o Estado Português um novo Contrato de Prestação de Serviço Noticioso e Informativo de Interesse Público, mediante o qual assumiu um conjunto de obrigações e foi determinada uma fórmula de remuneração da Empresa, num montante a ser pago mensalmente pelo Estado, em função dos serviços prestados pela Empresa.

As demonstrações financeiras anexas, reportadas ao exercício económico de 12 meses, terminado em 31 de dezembro de 2014, são apresentadas em base individual.

Apesar de as operações da Empresa no Brasil se desenvolverem através de uma entidade que assume a forma jurídica de sociedade comercial, sob a denominação Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S.A. (“Lusa Brasil”) e formalmente independente da Empresa, no entendimento desta, aquela entidade na substância corresponde efetivamente a uma delegação, que opera de forma similar às restantes delegações da Empresa, apenas tendo sido autonomizada juridicamente para cumprir os requisitos específicos da legislação Brasileira. Consequentemente, a Empresa integra nas suas demonstrações financeiras as demonstrações financeiras da Lusa Brasil.

As demonstrações financeiras encontram-se expressas em euros, com arredondamento ao cêntimo, e foram aprovadas pelo Conselho de Administração na sua reunião de 11 de março de 2015, sendo esta a data relevante para efeitos da autorização para divulgação das mesmas, embora tal divulgação dependa da sua aprovação pelos Acionistas, os quais podem determinar eventuais alterações, em sede de assembleia geral.

M JIL
JIL
JIL
JIL
JIL

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas com base no Sistema de Normalização Contabilístico (SNC) e respetivas Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF) e Normas Interpretativas (NI).

A adoção das NCRF ocorreu pela primeira vez em 2010, pelo que a data de transição do anterior referencial contabilístico (POC) para este normativo foi fixada em 1 de janeiro de 2009, de acordo com o disposto na NCRF 3 – Adoção pela primeira vez das normas contabilísticas e de relato financeiro.

2.2. Derrogações às disposições do SNC

Não foram expressamente derogadas disposições do SNC que sejam suscetíveis de afetar materialmente a imagem verdadeira e apropriada do ativo, passivo, resultados e fluxos de caixa da Empresa.

2.3. Comparabilidade

As demonstrações financeiras anexas não se encontram afetadas por qualquer aspeto material suscetível de afetar a sua comparabilidade com o exercício anterior.

3. Principais políticas contabilísticas

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

Tendo em atenção o normativo definido no SNC, designadamente nas várias NCRF e Interpretações publicadas apresentam-se de seguida as principais políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos ativos e passivos da Empresa.

3.1.1. Ativos fixos tangíveis

Exceto no que se refere aos imóveis da Lusa, em que na sua mensuração é adotado o método da revalorização, os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzidos das depreciações acumuladas.

As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes (linha reta), de acordo com as taxas máximas legalmente fixadas no DR 25/2009, de 14 de setembro, e respetivas vidas úteis estimadas:

	<u>Anos</u>
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	3 – 10
Equipamento de transporte	4
Ferramentas e utensílios	4
Equipamento administrativo	8
Outros ativos fixos tangíveis	3 - 8

TT JSL

JSL
S

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2000, a Empresa efetuou uma reavaliação livre das frações detidas naquela data no “Edifício Lusa”, registadas nas rubricas “Terrenos e recursos naturais” e “Edifícios e outras construções”, com base em avaliações do seu valor de mercado.

No exercício de 2013, procedeu-se a uma revisão dos valores dos imóveis, tendo em vista a adequação do seu valor ao valor de mercado.

As avaliações foram efetuadas por avaliadores independentes e o seu resultado encontra-se espelhado na Nota 7.

3.1.2. Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis, que compreendem projetos de desenvolvimento, estão registados ao custo de aquisição. As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado.

3.1.3. Investimentos Financeiros

Os investimentos financeiros estão mensurados ao custo de aquisição deduzido de imparidades, quando existentes.

3.1.4. Locação financeira e operacional

Os contratos de locação são classificados como:

- Locação financeira, se através deles forem transferidos para a Empresa todas as vantagens e riscos inerentes à posse; e
- Locação operacional, se através deles não forem transferidos para a Empresa todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira - através dos quais são transferidas para a Empresa todas as vantagens e riscos inerentes à sua posse - bem como as correspondentes responsabilidades são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do ativo é registado no ativo fixo tangível, a correspondente responsabilidade é registada no passivo e os juros incluídos no valor das rendas e a depreciação do ativo são registados como custos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

3.1.5. Inventários

No exercício de 2013, a empresa alterou a política contabilística relativa à classificação das existências, compostas maioritariamente por economato, que passaram a ser reconhecidas como gasto no exercício em que ocorre a sua aquisição.

Handwritten notes and signatures in the top right corner, including the initials "JJC" and several illegible signatures.

3.1.6. Instrumentos financeiros

3.1.6.1. Clientes e dívidas de terceiros

As dívidas de clientes e de outros terceiros encontram-se registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas de imparidade. As perdas de imparidade correspondem à diferença entre a quantia inicialmente registada e o seu valor recuperável.

3.1.6.2. Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos à ordem e depósitos a prazo, vencíveis a menos de 3 meses e imediatamente mobilizáveis.

3.1.6.3. Empréstimos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo seu valor nominal. Não existem situações em que a eventual aplicação do método do custo amortizado conduzisse a diferenças de mensuração materialmente relevantes.

Os empréstimos com vencimento inferior a 1 ano são classificados como passivos correntes, sendo os outros classificados como passivos não correntes.

Os custos com empréstimos obtidos são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício, de acordo com o princípio do acréscimo.

3.1.6.4. Fornecedores e dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores e outros terceiros encontram-se registadas pelo seu valor nominal.

3.1.7. Imparidade de dívidas a receber

Foram constituídos ajustamentos em dívidas a receber de clientes e de outros devedores, de acordo com a expectativa de perdas a incorrer na sua cobrança (Nota 17.1.).

3.1.8. Especialização dos exercícios

Os réditos e gastos são reconhecidos no período a que dizem respeito, independentemente da data do seu recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos gerados são registadas nas rubricas de "devedores e credores por acréscimos" e "diferimentos".

Handwritten notes and signatures in the top right corner, including the letters 'SSC' and several illegible signatures.

3.1.9. Subsídios

Tendo em atenção as disposições previstas na NCRF 22 – Contabilização dos Subsídios do Governo e Divulgação dos Apoios do Governo, a Empresa apenas reconhece os subsídios nas suas demonstrações financeiras quando recebidos ou após existir segurança de que a Empresa cumprirá as condições a eles associadas.

Os subsídios à exploração são reconhecidos em resultados de forma sistemática, durante os períodos em que são reconhecidos os gastos que os mesmos visam compensar.

Os subsídios ao investimento, quando ocorrem, são inicialmente registados em capitais próprios, sendo subsequentemente transferidos para resultados durante a vida útil do respetivo ativo subsidiado.

3.1.10. Rédito

O rédito apenas é reconhecido quando seja provável que os benefícios económicos inerentes à transação fluam para a Empresa e quando é possível apurar o seu valor com fiabilidade, sendo registado pelo justo valor dos ativos recebidos ou a receber, líquido de descontos e de devoluções expectáveis, tendo em atenção o princípio da especialização.

A Empresa regista os montantes que lhe são atribuídos, para fazer face aos custos que incorre com serviços de interesse público, relacionados com o Contrato de Prestação de Serviço Noticioso e Informativo de Interesse Público celebrado entre o Estado e a Lusa, na rubrica de “Prestações de serviços” do exercício a que dizem respeito, de acordo com a especialização dos exercícios.

3.1.11. Imposto sobre o rendimento, incluindo impostos diferidos

O imposto do rendimento do exercício é constituído por imposto corrente e por imposto diferido, sendo reconhecido de acordo com o preconizado na NCRF 25.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação que se esperam estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Na data de cada balanço é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos no sentido de reconhecer ativos por impostos diferidos não registados anteriormente por não terem preenchido as condições para o seu

M
 HZ
 JSL
 J
 J
 J

registo e/ou para reduzir o montante dos impostos diferidos ativos registados em função da expectativa atual da sua recuperação futura.

3.1.12. Saldos e transações expressos em moeda estrangeira

Os efeitos decorrentes de alterações em taxas de câmbio são tratados de acordo com o disposto na NCRF 23.

Neste sentido, as transações em moeda estrangeira são registadas no momento do reconhecimento inicial na moeda funcional (Euro), pela aplicação à quantia da moeda estrangeira da taxa de câmbio em vigor na data da transação.

Todos os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para Euros utilizando-se as taxas de câmbio vigentes na data do balanço. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes nas datas de cobrança, pagamento ou à data do balanço, são registadas em resultados do período em que ocorrem.

As diferenças de câmbio originadas na conversão para Euros das demonstrações financeiras das delegações, expressas em moeda estrangeira foram incluídas na demonstração dos resultados nas rubricas de resultados operacionais. A conversão daquelas demonstrações financeiras é efetuada, considerando as seguintes taxas de câmbio: i) taxa de câmbio vigente à data do balanço para converter todos os ativos e passivos monetários, ii) taxa de câmbio média do exercício para converter as rubricas da demonstração dos resultados e iii) taxa de câmbio histórica para converter os ativos e passivos não monetários e as rubricas de capital próprio.

Os valores constantes das demonstrações financeiras da Delegação do Brasil, expressos em Reais, foram convertidos para Euros com base na aplicação do método da taxa histórica. Assim, e com base nesse método, as taxas de câmbio utilizadas foram as seguintes:

Taxas históricas	2014	2013
Janeiro	0,3082899	0,3704664
Fevereiro	0,3069274	0,3794490
Março	0,3106844	0,3891959
Abril	0,3240021	0,3837299
Maio	0,3277399	0,3785871
Junho	0,3290773	0,3494915
Julho	0,3321266	0,3396970
Agosto	0,3309176	0,3208213
Setembro	0,3323474	0,3295436
Outubro	0,3223934	0,3348962
Novembro	0,3141789	0,3230078
Dezembro	0,3077018	0,3113616
Taxa de fecho	0,3205322	0,3113616
Taxa média do ano	0,3077018	0,3508539

M
JSC
A
B
JSC

3.1.13. Provisões

As provisões são reconhecidas quando e somente quando, a Empresa teme uma obrigação presente (legal ou implícita) como resultado de um acontecimento passado em que seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

As provisões existentes respeitam a processos judiciais em curso e os seus montantes foram determinados com base na estimativa que a Empresa e os seus advogados fazem dos riscos relacionados com a sua atividade.

3.1.14. Contingências

As responsabilidades contingentes não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, sendo as mesmas divulgadas no Anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota. Um ativo contingente não é reconhecido nas demonstrações financeiras, mas divulgado no Anexo quando é expectável a existência de um benefício económico futuro.

3.1.15. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, se materiais, são divulgados no Anexo.

4. Fluxos de caixa

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa evidenciados em balanço não estão afetados por quaisquer condicionantes suscetíveis de afetar a sua utilização futura.

O detalhe dos valores inscritos na rubrica de caixa e depósitos bancários é o seguinte:

Natureza	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Caixa (dinheiro em caixa)	5.732,04	7.018,29
Depósitos à ordem	269.743,31	286.188,62
Depósitos a prazo	1.180.000,00	1.486.000,00
Total de caixa e seus equivalentes	1.455.475,35	1.779.206,91

5. Impostos

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), à taxa normal. Deste modo, aplica-se a taxa de 23%. O valor do imposto pode ser incrementado até 1,5% sobre o valor do lucro tributável pela aplicação da derrama municipal. Atendendo ao nível de lucro tributável apurado, inferior a 1.500.000 euros, não há lugar à aplicação da derrama estadual de 3% sobre o valor do lucro tributável.

TM
JSC
JSC
JSC
JSC

Impostos diferidos

Conforme referido na Nota 3.1.11., o imposto sobre o rendimento do exercício foi apurado de acordo com o preconizado na NCRF 25 – Impostos Sobre o Rendimento. Na mensuração do custo de imposto, além do imposto corrente determinado com base no resultado antes de imposto corrigido de acordo com a legislação fiscal, são também considerados os efeitos resultantes das diferenças temporárias entre o resultado antes de imposto e o lucro tributável originadas no exercício ou decorrentes de exercícios anteriores, bem como o efeito dos prejuízos fiscais reportáveis existentes à data de balanço.

O montante de imposto, quer corrente, quer diferido, que resulte de transações ou eventos reconhecidos em reservas, é registado diretamente nestas rubricas não afetando o resultado do exercício.

À data de balanço, os impostos diferidos são atualizados por eventuais alterações na taxa de tributação que se espera estar em vigor à data da sua reversão, bem como por eventuais alterações na legislação fiscal relevante.

Tal como estabelecido na referida NCRF, são apenas reconhecidos ativos por impostos diferidos, sempre que exista razoável segurança de que possam vir a ser utilizados na redução do resultado tributável futuro ou quando existam impostos diferidos passivos, cuja reversão seja expectável no mesmo exercício dos impostos diferidos a constituir.

No cálculo dos impostos diferidos procedeu-se ao desreconhecimento dos ativos por impostos diferidos associados aos prejuízos fiscais reportáveis gerados em exercícios anteriores e ao não reconhecimento dos ativos por impostos diferidos relativos ao prejuízo fiscal do corrente exercício, que se consideraram não serem recuperáveis no período legal para a sua dedução.

Handwritten notes:
 m
 gsc
 J
 J
 J

a) Reconciliação da taxa de imposto

Resultado antes de impostos	(121.245,35)
Taxa nominal de imposto (i)	24,5%
<hr/>	
Débito de imposto esperado	(29.705,11)
Diferenças permanentes (ii)	595.623,45
Ajustamentos à colecta (iii)	115.251,42
Imposto sobre o rendimento do exercício	<u>681.169,76</u>
Imposto corrente (Nota 16)	115.251,42
Ajustamentos relacionados c/alteração da taxa de imposto diferido (iv)	10.562,43
Imposto diferido gerado no exercício	<u>555.355,91</u>
	<u>681.169,76</u>

(i) A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas – IRC, à taxa normal. Deste modo, no exercício de 2014 aplica-se a taxa de 23%. O valor do imposto pode ser incrementado até 1,5% sobre o valor do lucro tributável pela aplicação da derrama.

(ii) Em 31 de Dezembro de 2014, este montante tinha a seguinte composição:

Multas e outras penalidades	3.465,10
Outras situações, líquidas	<u>2.427.651,03</u>
	2.431.116,13
Taxa nominal de imposto	<u>24,50%</u>
	<u>595.623,45</u>

(iii) Este montante representa a parcela de imposto relativa à tributação autónoma de certas despesas da Empresa, nos termos da legislação fiscal em vigor.

(iv) Em 2015 a taxa de IRC passa a ser de 21%, podendo ser incrementada até 1,5% pela aplicação da derrama.

b) Movimento dos impostos diferidos

Rubricas	Saldo inicial	Ajustamentos (a)	Constituição/ Reversão	Saldo final
Impostos diferidos activos:				
Prejuízos fiscais reportáveis	571.531,96	(49.698,42)	(521.833,54)	0,00
Imparidades não aceites fiscalmente	<u>24.490,37</u>	<u>(1.999,21)</u>	<u>(2.534,85)</u>	<u>19.956,32</u>
	596.022,33	(51.697,62)	(524.368,39)	19.956,32
Impostos diferidos passivos:				
Excedentes de revalorização	503.906,04	(41.135,19)	(10.147,67)	452.623,18

(a) Inclui:

- Prejuízos fiscais reportáveis: Alteração da taxa de imposto de 23% para 21%;
- Imparidades não aceites fiscalmente: Alteração da taxa de imposto de 24,5% para 22,5%;
- Excedentes de revalorização à taxa de imposto de 22,5%.

6. Ativos intangíveis

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, não ocorreram movimentos nos ativos intangíveis, nem nas respetivas amortizações acumuladas e perdas de imparidade.

Os ativos intangíveis constituídos por projetos de desenvolvimento no montante de 633.757,75 euros encontram-se totalmente amortizados.

M JSL
JSL
R
500

7. Ativos fixos tangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os movimentos ocorridos nos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas, foram os seguintes:

31 de dezembro de 2013	Terrenos e Recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativo bruto									
Saldo em 31 de dezembro de 2012	1.795.163,67	8.180.349,15	4.553.851,18	269.101,77	7.586,60	480.742,10	2.826.815,15	155.703,45	18.269.313,07
Aquisições	-	-	111.614,27	19.200,67	-	1.758,16	18.895,33	96.815,00	248.283,43
Revalorizações	(171.116,03)	1.396.753,15	-	-	-	-	-	-	1.225.637,12
Transferências e abates	(130.406,41)	130.406,41	(32.502,31)	(152,67)	(147,59)	(64.949,03)	(1.020,62)	(155.703,45)	(254.475,67)
Alienações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2013	<u>1.493.641,23</u>	<u>9.707.508,71</u>	<u>4.632.963,14</u>	<u>288.149,77</u>	<u>7.439,01</u>	<u>417.551,23</u>	<u>2.844.689,86</u>	<u>96.815,00</u>	<u>19.488.757,95</u>
Depreciações acumuladas e perdas de imparidade									
Saldo em 31 de dezembro de 2012	-	(2.166.929,82)	(4.330.689,40)	(269.101,77)	(7.553,10)	(470.114,14)	(2.627.726,51)	-	(9.872.114,73)
Reforços	-	(198.830,95)	(148.142,09)	(1.200,03)	(33,50)	(4.211,20)	(99.044,46)	-	(451.462,23)
Regularizações por revalorizações	-	(457.569,98)	-	-	-	-	-	-	(457.569,98)
Regularizações por alienações e abates	-	(39.121,87)	189.963,91	152,67	147,59	61.368,49	1.020,62	-	213.531,41
Saldo em 31 de dezembro de 2013	-	<u>(2.862.452,62)</u>	<u>(4.288.867,58)</u>	<u>(270.149,13)</u>	<u>(7.439,01)</u>	<u>(412.956,85)</u>	<u>(2.725.750,35)</u>	-	<u>(10.567.615,54)</u>
Valor líquido em 31 de dezembro de 2013	<u>1.493.641,23</u>	<u>6.845.056,09</u>	<u>344.095,56</u>	<u>18.000,64</u>	-	<u>4.594,38</u>	<u>118.939,51</u>	<u>96.815,00</u>	<u>8.921.142,41</u>

O aumento na rubrica de “Equipamento básico” resultou, sobretudo, da aquisição de equipamento fotográfico. O acréscimo em “Outros ativos fixos tangíveis” ocorreu por via dos desenvolvimentos realizados no sistema de produção. O aumento verificado em “Equipamento de transporte” decorreu da aquisição de duas viaturas para as delegações de Macau e Maputo. O crescimento registado nos “Ativos fixos tangíveis em curso” resultou da aquisição de equipamento informático e de melhorias efetuadas na cablagem de rede do edifício Sede, investimentos cuja entrada em funcionamento ainda não se verificou.

31 de dezembro de 2014	Terrenos e Recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativo bruto									
Saldo em 31 de dezembro de 2013	1.493.641,23	9.707.508,71	4.632.963,14	288.149,77	7.439,01	417.551,23	2.844.689,86	96.815,00	19.488.757,95
Aquisições	-	-	50.574,05	19.628,68	-	4.796,81	19.136,23	98.422,94	192.558,71
Revalorizações	130.406,41	(130.406,41)	-	-	-	-	-	-	-
Transferências e abates	(130.406,41)	130.406,41	34.270,77	-	-	(3.115,82)	19.638,00	(96.815,00)	(46.022,05)
Alienações	-	-	(31.235,39)	(37.315,50)	-	-	-	-	(68.550,89)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	<u>1.493.641,23</u>	<u>9.707.508,71</u>	<u>4.686.572,57</u>	<u>270.462,95</u>	<u>7.439,01</u>	<u>419.232,22</u>	<u>2.883.464,09</u>	<u>98.422,94</u>	<u>19.566.743,72</u>
Depreciações acumuladas e perdas de imparidade									
Saldo em 31 de dezembro de 2013	-	(2.862.452,62)	(4.288.867,58)	(270.149,13)	(7.439,01)	(412.956,85)	(2.725.750,35)	-	(10.567.615,53)
Reforços	-	(192.843,89)	(160.830,37)	(8.158,62)	-	(6.768,17)	(73.327,04)	-	(441.928,09)
Regularizações por revalorizações	-	39.121,87	-	-	-	-	-	-	39.121,87
Regularizações por alien., transf. e abates	-	(39.121,87)	67.238,84	37.315,50	-	3.115,82	2.177,00	-	70.725,29
Saldo em 31 de dezembro de 2014	-	<u>(3.055.296,51)</u>	<u>(4.382.459,11)</u>	<u>(240.992,25)</u>	<u>(7.439,01)</u>	<u>(416.609,20)</u>	<u>(2.796.900,39)</u>	-	<u>(10.899.696,47)</u>
Valor líquido em 31 de dezembro de 2014	<u>1.493.641,23</u>	<u>6.652.212,20</u>	<u>304.113,46</u>	<u>29.470,70</u>	-	<u>2.623,02</u>	<u>86.563,70</u>	<u>98.422,94</u>	<u>8.667.047,25</u>

A Lusa adota, na mensuração dos imóveis integrados no ativo fixo tangível, o método da revalorização.

Em 2000 foram fixados os primeiros montantes revalorizados para o edifício da sede.

Relativamente ao exercício de 2013 procedeu-se a uma revisão dos valores dos imóveis.

São os seguintes os imóveis da Lusa:

- Em Portugal: “Edifício Lusa”, sito na R. Dr. João Couto, Lote C, Lisboa, constituído por 10 frações (A, B, C, D, E, F, G, H, I), distribuídas por 9 andares;

TM JSC #
 JSC #
 JSC #
 JSC #

- Em Macau - Fração A2 do edifício sito na Avenida da República, 72/72ª (em Macau os terrenos são da propriedade do Governo da Região Administrativa Especial de Macau);
- Em Timor – Edifício em terreno arrendado (não propriedade da Lusa) na Avenida de Portugal, Díli.

Em 31 de dezembro de 2012 eram os seguintes os valores relativos ao Edifício Lusa, em Lisboa:

Custo aquisição do terreno	Custo aquisição do edifício	Total custo aquisição
1.445.059,24	6.662.331,49	8.107.390,73

Reavaliação terreno ano 2000	Reavaliação edifício ano 2000	Valor terreno após reavaliação	Valor bruto edifício após reavaliação	Amortizações Acumuladas 31.12.2012	Valor líquido Contabilístico 31.12.2012
219.698,02	831.369,39	1.664.757,26	7.493.700,88	1.989.985,82	7.168.472,32

Com base em relatório de avaliação do Edifício Lusa, em Lisboa, realizado por avaliador independente, procedeu-se a uma nova revalorização, na circunstância, com diminuição do valor, tendo sido adotados os seguintes procedimentos:

- O novo valor, de 6.566.175,00 euros, foi imputado, por motivo de prudência, ao momento imediatamente anterior ao do cálculo da depreciação do exercício de 2013;
- O gasto de depreciação do exercício de 2013 foi, assim, determinado com base no novo valor resultante daquela avaliação;
- A repartição do novo valor resultante da avaliação foi dividido numa parcela relativa ao terreno e noutra respeitante ao edifício, tendo sido adotada, na repartição, as taxas que refletiam a divisão em 31 de dezembro de 2012 do valor do imóvel, líquido de depreciações do edifício, sem a consideração de qualquer prévia revalorização: 22,75% para o terreno e 77,25% para a edificação (valor atribuído contabilisticamente aquando da aquisição e valor de obras subsequentes registadas como ativo fixo tangível, líquidos de depreciações acumuladas, procurando, deste modo, albergar o natural decréscimo do valor do edifício, pela passagem do tempo);
- As depreciações anuais de 2013 e anos seguintes correspondem à distribuição do valor líquido do edifício nos moldes em que vinha sendo efetuada, em função, pois, da vida útil remanescente, mantendo o período de vida útil total inalterado.

Handwritten notes and signatures:
m JSL A
FCA
[Signature]

De tudo resulta a seguinte expressão contabilística do imóvel Edifício Lusa, em Lisboa, relativamente a 31 de dezembro de 2013:

Novo valor do terreno	Novo valor bruto do edifício	Amortizações Acumuladas 31.12.2012	Valor Líquido Contabilístico antes AE 2013	AE 2013	Valor Líquido Contabilístico 31.12.2013
1.493.641,23	6.956.824,11	1.884.290,34	6.566.175,00	143.817,26	6.422.357,74

Estas alterações implicaram que a reserva de revalorização não realizada tenha passado para 211.164,70 euros (a reserva de revalorização no termo de 2012 era de 815.867,96 euros, incluindo uma parte realizada de 235.199,45 euros) e o passivo por impostos diferidos tenha ficado em 39.641,49 euros (163.868,47 euros no termo de 2012).

As rubricas “Terrenos e recursos naturais” e “Edifícios e outras construções” englobam as frações do “Edifício Lusa” que foram cedidas a título definitivo pelo Estado Português pelo montante global de 2.982.811 Euros, de acordo com o Auto de Cessão da Direção-Geral do Património, de 25 de novembro de 1997, e de acordo com a Portaria n.º 995/97, de 26 de novembro.

De acordo com a legislação supra referida, e nos termos do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 97/70 de 13 de março, se aos bens cedidos não for dado o destino que justificou a cessão, ou se o cessionário culposamente deixar de cumprir qualquer condição ou encargo, o Secretário de Estado do Tesouro pode, ouvido o cessionário, ordenar a reversão dos bens cedidos, para o domínio do Estado, não tendo o cessionário direito, salvo caso de força maior, à restituição de importâncias pagas ou à indemnização por benfeitorias realizadas, sendo que o direito de reversão só pode ser exercido dentro de um ano, a contar do conhecimento oficial do facto que lhe deu causa.

O valor do imóvel de Macau estava registado ao custo histórico, líquido de depreciações. Dados os indícios de sustentada subida do seu valor, procedeu-se, também, a uma avaliação por entidade independente.

De referir que o terreno é propriedade Governo da Região Administrativa Especial de Macau, não traduzindo qualquer encargo para a Lusa.

Aquando da aquisição do imóvel, considerou-se que 25% do valor do mesmo era do terreno. De facto, como já foi referido, o valor do imóvel é apenas o da edificação, pelo que no presente exercício se efetuou a correspondente reclassificação de terreno para edifícios, tendo-se reajustado as depreciações acumuladas, por contrapartida de resultados transitados, naturalmente, imaterial.

T7 JSL
 Hde
 J

Em 31 de dezembro de 2012 eram os seguintes os valores relativos ao imóvel de Macau:

Ano aquisição	Valor do edifício	Total bruto 31.12.2012	Amortizações Acumuladas 31.12.2012	Valor Líquido Contabilístico 31.12.2012
01-01-1998	521.625,62	521.625,62	156.487,69	365.137,93

Os procedimentos de registo da revalorização foram idênticos aos descritos para o imóvel da sede:

- O novo valor, de 1.598.918,22 de euros, conversão do montante de 17.500.000 MOP à taxa de final do ano de 2013, foi imputado, por motivo de prudência, ao momento imediatamente anterior ao do cálculo da depreciação do exercício de 2013;
- O gasto de depreciação dado exercício de 2013 foi, assim, determinado com base no novo o valor resultante daquela avaliação;
- As depreciações anuais de 2013 e anos seguintes correspondem à distribuição do valor líquido do edifício nos moldes em que vinha sendo efetuada, em função, pois, da vida útil remanescente, mantendo o período de vida útil total inalterado.

A expressão contabilística do imóvel de Macau, relativamente a 31 de dezembro de 2013, ficou como segue:

Novo valor bruto do edifício	Amortizações Acumuladas 31.12.2012	Valor Líquido Contabilístico antes AE 2013	AE 2013	Valor Líquido Contabilístico 31.12.2013
2.284.168,88	685.250,66	1.598.918,22	45.683,38	1.553.234,84

Estas alterações implicaram a constituição de reserva de revalorização não realizada de 1.198.529,42 euros e um passivo por impostos diferidos de 423.186,64 euros.

O valor do edifício de Díli estava, igualmente, registado ao custo histórico, líquido de depreciações. Procedeu-se, também, a uma avaliação por entidade independente, da qual resultou um aumento do montante contabilístico.

Deve referir-se que, em Díli, a propriedade do terreno não é da Lusa, pagando esta uma renda pela sua ocupação mediante a edificação.

TM
JSL
H
A
B

Em 31 de dezembro de 2012 eram os seguintes os valores relativos ao imóvel de Díli:

Ano aquisição	Valor do edifício	Total bruto 31.12.2012	Amortizações Acumuladas 31.12.2012	Valor Líquido Contabilístico 31.12.2012
31-12-2002	295.429,07	295.429,07	59.578,18	235.850,89

Os procedimentos de registo da revalorização foram os seguintes:

- O valor da avaliação é de 496.778,31 euros, conversão do montante de 680.785,00 USD à taxa de final do ano de 2013;
- Àquele valor atribuído ao imóvel foi, todavia, efetuada uma dedução, de 124.343,26 euros, para, prudentemente, acautelar a hipótese de o valor da avaliação poder conter total ou parcialmente o valor do terreno, sendo aquele montante o valor atual das rendas futuras, em perpetuidade, tendo por base uma taxa de atualização de 10%;
- Obteve-se, assim, um valor de 372.435,06 euros para o edifício;
- O valor do edifício assim obtido, foi imputado, por motivo de prudência, ao momento imediatamente anterior ao do cálculo da depreciação do exercício de 2013;
- O gasto de depreciação do exercício de 2013 foi, como nos outros casos, determinado com base no novo valor resultante daquela avaliação;
- As depreciações anuais de 2013 e anos seguintes correspondem à distribuição do valor líquido do edifício nos moldes em que vinha sendo efetuada, em função, pois, da vida útil remanescente, mantendo o período de vida útil total inalterado.

A expressão contabilística do imóvel de Díli, relativamente a 31 de dezembro de 2013, ficou como segue:

Novo valor bruto do edifício	Amortizações Acumuladas 31.12.2012	Valor Líquido Contabilístico antes AE 2013	AE 2013	Valor Líquido Contabilístico 31.12.2013
466.515,73	94.080,67	372.435,06	9.330,31	363.104,74

Estas alterações implicaram a constituição de reserva de revalorização não realizada de 133.162,44 euros e um passivo por impostos diferidos de 41.077,91 euros.

TM JSC #
JSC #
JSC #

Os valores respeitantes aos imóveis ficaram, deste modo, em 31 de dezembro de 2013, com a seguinte decomposição (valores em euros):

Locais	Terrenos	Edifícios Valor bruto	Amortizações acumuladas	Edifícios Valor líquido	Valor de balanço	Reserva Revaloriz.	Imposto Diferido
Lisboa	1.493.641,23	6.956.824,11	2.028.107,60	4.928.716,51	6.422.357,74	211.164,70	39.641,49
Macau	0,00	2.284.168,88	730.934,04	1.553.234,84	1.553.234,84	1.198.529,42	423.186,64
Dili	0,00	466.515,73	103.410,99	363.104,74	363.104,74	133.162,44	41.077,91
Totais	1.493.641,23	9.707.508,72	2.862.452,63	6.845.056,09	8.338.697,32	1.542.856,56	503.906,04

Como resultado da reavaliação livre (Nota 3.1.1.), as depreciações do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foram aumentadas, em termos líquidos, em 45.102 euros. O acréscimo de amortizações resultante de reavaliações livres não é aceite como custo para efeitos de determinação da matéria coletável em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC). Adicionalmente, as depreciações de exercícios futuros serão aumentadas em, aproximadamente, 1.449.172 euros cujo montante não é aceite como custo para efeitos fiscais.

Em 31 de dezembro de 2014, os valores respeitantes aos imóveis têm a seguinte decomposição (valores em euros):

Locais	Terrenos	Edifícios Valor bruto	Amortizações acumuladas	Edifícios Valor líquido	Valor de balanço	Reserva Revaloriz.	Imposto Diferido
Lisboa	1.493.641,23	6.956.824,11	2.165.937,81	4.790.886,30	6.284.527,53	204.735,10	34.958,79
Macau	0,00	2.284.168,88	776.617,41	1.507.551,47	1.507.551,47	1.163.278,58	380.709,35
Dili	0,00	466.515,73	112.741,30	353.774,43	353.774,43	129.740,76	36.954,72
Totais	1.493.641,23	9.707.508,72	3.055.296,52	6.652.212,20	8.145.853,43	1.497.754,44	452.622,86

Como garantia do integral cumprimento dos empréstimos contraídos junto do Banco Nacional Ultramarino, S.A. e do Banco Popular Portugal, S.A. (nota 13.), a Empresa constituiu hipotecas do imóvel que detém em Macau e das frações autónomas "B", "C", "D", "E" e "F" do edifício sede da Empresa, respetivamente.

TM JSC
JSM
K
cor

8. Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros são mensurados ao custo de aquisição e, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, registaram os seguintes movimentos:

31 de dezembro de 2014

	Investimentos em outras empresas
Saldo em 31 de dezembro de 2013	150.000,14
Saldo em 31 de dezembro de 2014 (a)	150.000,14

(a) Participações no capital da EPA e do IPPS

31 de dezembro de 2013

	Investimentos em outras empresas
Saldo em 31 de dezembro de 2012	150.000,14
Saldo em 31 de dezembro de 2013	150.000,14

A EPA – European Pressphoto Agency é uma entidade europeia criada para a prestação de serviços de fotografia e imagem. A participação da Lusa refere-se a sete ações, no valor nominal de 20.000 euros (vinte mil euros) cada, que representa 1,89% do respetivo capital social e encontra-se contabilizada ao custo de aquisição.

O IPPS - Instituto para as Políticas Públicas e Sociais é uma entidade que tem por objeto a produção, transmissão e transferência de conhecimento científico e técnico que proporcione valor económico, social e cultural à sociedade, de modo a contribuir para a promoção de uma elevada qualidade na conceção, avaliação, regulação, supervisão e concretização das políticas públicas e de intervenção social, tendo em vista o bem-estar das populações bem como na gestão e desenvolvimento das instituições públicas e das organizações não-governamentais. A Lusa detém uma unidade de participação do capital da entidade, no montante de 10.000 euros (dez mil euros).

9. Inventários

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o valor das matérias-primas, subsidiárias e de consumo tinha o seguinte detalhe:

	2014	2013
Matérias primas, subsidiárias e de consumo		
Existências iniciais	-	26.087,72
Compras	-	63.247,87
Consumos	-	(89.335,59)
Ajustamentos	-	-
Existências finais	-	-

M JSC
 JSC
 JSC
 JSC

De acordo com o referido na nota 3.1.5., no exercício de 2013, a empresa alterou a política contabilística relativa à classificação das existências, que passaram a ser reconhecidas como custo do exercício em que ocorre a sua aquisição.

10. Clientes

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica tinha o seguinte detalhe:

	2014			2013		
	Valor bruto	Perdas de imparidade acumuladas	Valor realizável	Valor bruto	Perdas de imparidade acumuladas	Valor realizável
Clientes c/c	1.324.366,66	-	1.324.366,66	1.381.139,43	-	1.381.139,43
Clientes - cobrança duvidosa	<u>1.443.879,44</u>	<u>(1.386.479,03)</u>	<u>57.400,41</u>	<u>1.375.182,55</u>	<u>(1.325.700,76)</u>	<u>49.481,79</u>
	<u>2.768.246,10</u>	<u>(1.386.479,03)</u>	<u>1.381.767,07</u>	<u>2.756.321,98</u>	<u>(1.325.700,76)</u>	<u>1.430.621,22</u>

O montante das perdas por imparidade acumuladas está detalhado na Nota 17.

11. Outros ativos não correntes e correntes

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica tinha o seguinte detalhe:

	2014	2013
<u>Outros ativos não correntes:</u>		
Ativos por impostos diferidos	19.956,32	596.022,33
<u>Outros ativos correntes:</u>		
Adiantamentos a fornecedores	-	-
Estado e outros entes públicos		
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas - IRC (a)	114.579,44	134.856,78
IVA	2.937,66	5.772,09
Outras contribuições	-	-
Fornecedores c/c	5.084,93	1.549,41
Fornecedores de investimentos	-	-
Adiantamentos a fornecedores de investimentos	-	-
Pessoal	31.083,62	29.346,48
Outros devedores de cobrança duvidosa	-	-
Devedores por acréscimos de rendimentos	8.296,28	21.749,58
Outros devedores diversos	173.982,73	175.843,41
Gastos a reconhecer	<u>339.811,39</u>	<u>384.089,21</u>
	<u>695.732,37</u>	<u>1.349.229,29</u>
(a) O montante de IRC tem a seguinte composição:		
Pagamentos especiais por conta	99.722,11	98.900,92
Pagamentos por conta	-	28.601,08
Retenções na fonte	14.857,33	7.354,78
Imposto a recuperar	-	-
	<u>114.579,44</u>	<u>134.856,78</u>

12. Capital próprio

Composição do Capital: Em 31 de dezembro de 2014 o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, era composto por 2.130.000 ações com o valor nominal de 2,5 euros, cada.

TM
J2
J5i
J
J

Identificação de pessoas coletivas com mais de 20% do capital: As seguintes pessoas coletivas detêm mais de 20% do capital subscrito em 31 de dezembro de 2014:

NOME	%	MONTANTE
DIREÇÃO GERAL DO TESOURO E FINANÇAS	50,14	2.670.000,00
GLOBAL MEDIA GROUP	23,36	1.243.550,00
IMPRESA – SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.	22,35	1.190.160,00

Reserva legal: a legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso da liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis: No decurso do exercício de 2013, a Empresa efetuou uma reavaliação livre aos imóveis da Lusa, registadas nas rubricas “Terrenos e recursos naturais” e “Edifícios e outras construções”, com base em avaliações do seu valor de mercado, de que resultou um saldo em 31 de dezembro de 2013 de excedente de revalorização de 1.542.856,56 euros. Em 31 de dezembro de 2014 o valor é de 1.497.754,44 euros.

13. Empréstimos

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o saldo das dívidas a instituições de crédito tem a seguinte composição:

	2014		2013	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Banco Nacional Ultramarino, S.A. (a)	-	-	83.333,40	-
Banco Popular, S.A. (b)	200.000,00	333.333,28	200.000,00	533.333,28
	<u>200.000,00</u>	<u>333.333,28</u>	<u>283.333,40</u>	<u>533.333,28</u>

- (a) Empréstimo contraído pela Empresa junto do Banco Nacional Ultramarino, S.A., com sede em Macau, para a gestão corrente dos negócios. Em 31 de dezembro de 2013, este empréstimo vencia juros postecipados trimestrais a uma taxa correspondente à Euribor a três meses acrescida de uma margem de 1,5%, com reembolso em 2 prestações trimestrais iguais, vencendo-se a primeira em março de 2014 e a última em junho de 2014. Como garantia do integral cumprimento deste empréstimo, a Empresa constituiu uma hipoteca do imóvel que detém em Macau.
- (b) Empréstimo contraído pela Empresa junto do Banco Popular Portugal, S.A. para consolidação da dívida junto do sistema financeiro nacional. Em 31 de dezembro de 2013 este empréstimo vencia juros postecipados mensais a uma taxa correspondente à Euribor a três meses acrescida de uma margem de 6%, com reembolso em 44 prestações mensais iguais, vencendo-se a primeira em janeiro de 2014 e a última em agosto de 2017. Como garantia do integral cumprimento deste empréstimo, a Empresa constituiu uma hipoteca sobre as frações autónomas “B”, “C”, “D”, “E” e “F”, do edifício sede da Empresa, no valor de 1.500.000 euros.

TT
 JSC
 JSC
 JSC

Para além dos empréstimos anteriormente descritos, a Empresa contratou com o Banco BPI, S.A. e com o Banco Popular Portugal, S.A., contas correntes caucionadas que vencem juros calculados a taxas normais de mercado, para operações similares, com os montantes de até 3.500.000 euros e de até 500.000 euros, renováveis por períodos de três meses e um ano, respetivamente. É convicção do Conselho de Administração que estas linhas de crédito continuarão a ser renovadas no futuro.

O valor dos gastos associados aos empréstimos reconhecidos na demonstração dos resultados está descrito na Nota 24.

14. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica tinha o seguinte detalhe:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Fornecedores	338.634,13	396.228,40
Fornecedores de investimentos	<u>41.352,72</u>	<u>40.423,26</u>
	<u>379.986,85</u>	<u>436.651,66</u>

15. Locações financeiras e Locações operacionais

Em 31 de dezembro de 2014 a Empresa mantinha contas a pagar relativas a contratos de locação financeira de 162.703,11 euros, que se vencem como se segue:

	Capital	Juros	Total
2015	<u>92.698,96</u>	<u>4.994,10</u>	<u>97.693,06</u>
2016	55.027,86	1.476,74	56.504,60
2017	<u>14.976,29</u>	<u>208,76</u>	<u>15.185,05</u>
	<u>162.703,11</u>	<u>6.679,60</u>	<u>169.382,71</u>

TM
JSL
JJA
A
J

Em 31 de dezembro de 2014 os contratos de locações financeiras têm o seguinte detalhe:

<u>Contrato N.º</u>	<u>Valor Contrato</u>	<u>Dívida a 31-12-2014</u>	<u>Data Início</u>	<u>Data Fim</u>	<u>Dívida a 31-12-2013</u>
BCP 400103038	52.808,72	0,00	25-07-2011	25-07-2014	10.176,63
BPP 540-0713984	9.125,00	3.232,72	31-01-2013	31-01-2016	6.269,80
BPP 540-0713993	10.250,00	3.631,20	31-01-2013	31-01-2016	7.042,76
BPP 540-0713994	9.125,00	3.232,72	31-01-2013	31-01-2016	6.269,80
BPP 540-0713995	14.500,00	5.136,50	31-01-2013	31-01-2016	9.962,79
BPP 540-0713997	10.250,00	3.631,20	31-01-2013	31-01-2016	7.042,76
BPP 540-0713998	10.044,00	3.558,21	31-01-2013	31-01-2016	6.901,24
BPP 540-0713999	9.425,00	3.338,94	31-01-2013	31-01-2016	6.475,92
BPP 540-0714000	9.606,00	3.403,05	31-01-2013	31-01-2016	6.600,28
BPP 540-0714001	9.425,00	3.338,94	31-01-2013	31-01-2016	6.475,92
BPP 540-0714002	9.963,00	3.529,54	31-01-2013	31-01-2016	6.845,58
BPP 540-0725746	36.759,20	22.074,32	18-10-2013	18-10-2016	33.890,64
BPP 540-0742362	16.448,78	10.888,20	31-12-2013	31-12-2016	16.031,54
BPP 540-0743453	7.000,00	4.635,48	31-12-2013	31-12-2016	6.822,44
BPP 540-0743461	7.500,00	4.966,53	31-12-2013	31-12-2016	7.309,75
BPP 540-0743462	7.500,00	4.966,53	31-12-2013	31-12-2016	7.309,75
BPP 540-0743463	7.500,00	4.966,53	31-12-2013	31-12-2016	7.309,75
BPP 540-0743464	7.500,00	4.966,53	31-12-2013	31-12-2016	7.309,75
BPP 540-0743465	8.000,00	5.297,67	31-12-2013	31-12-2016	7.797,07
BPP 540-0743466	7.500,00	4.966,53	31-12-2013	31-12-2016	7.309,75
BPP 540-0743467	7.500,00	4.966,53	31-12-2013	31-12-2016	7.309,75
BPP 540-0743470	7.500,00	4.966,53	31-12-2013	31-12-2016	7.309,75
BPP 540-0743472	7.500,00	4.966,53	31-12-2013	31-12-2016	7.309,75
BPP 540-0759941	50.238,74	44.042,18	10-12-2014	10-12-2017	0,00
	<u>332.968,44</u>	<u>162.703,11</u>			<u>203.083,17</u>

Em 31 de dezembro de 2014 os contratos de locações operacionais têm o seguinte detalhe:

<u>Contrato N.º</u>	<u>Valor Contrato</u>	<u>Dívida a 31-12-2014</u>	<u>Data Início</u>	<u>Data Fim</u>	<u>Dívida a 31-12-2013</u>
201000492501	16.597,12	0,00	20-10-2010	19-02-2014	773,74
201000355701	15.444,88	0,00	26-10-2010	25-02-2014	791,45
201000492401	19.430,03	0,00	14-12-2010	13-12-2014	1.917,87
35363	16.708,48	583,71	17-08-2011	16-02-2015	2.815,12
35364	16.826,38	1.790,34	17-08-2011	16-05-2015	2.815,19
2101257900	15.711,34	1.129,06	30-09-2011	31-03-2015	3.245,40
2101257800	15.722,66	1.128,95	01-10-2011	29-03-2015	3.245,40
037874	21.057,46	1.025,71	29-11-2011	27-02-2015	6.138,66
037876	21.854,22	1.123,64	29-11-2011	27-02-2015	6.138,66
2101313300	18.613,33	0,00	13-12-2011	12-12-2014	5.065,26
37875	20.866,97	1.235,78	15-12-2011	14-03-2015	6.138,66
2101313400	18.842,78	0,00	03-01-2012	02-01-2015	6.082,53
201200139502	22.323,19	2.508,32	30-04-2012	29-04-2015	9.876,60
201200139501	20.373,05	2.508,32	30-04-2012	29-04-2015	8.306,36
4131	21.677,92	7.396,98	09-01-2013	08-01-2016	15.094,76
040785	19.778,61	8.297,76	02-04-2013	01-04-2016	14.599,88
041521	17.426,35	8.252,91	30-05-2013	29-05-2016	13.712,54
55032	31.751,97	19.800,23	11-11-2013	10-11-2016	30.223,58
4131	18.688,82	11.662,88	13-11-2013	12-11-2016	17.854,86
080LLD00186	14.519,26	9.599,52	23-12-2013	22-12-2016	14.208,36
080LLD00546	17.273,29	17.031,15	11-12-2014	10-11-2017	0,00
	<u>401.488,09</u>	<u>95.075,24</u>			<u>169.044,88</u>

M
Jil
12/1
A
8/10

16. Outros passivos não correntes e correntes

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica tinha o seguinte detalhe:

	2014	2013
Outros passivos não correntes:		
Passivos por impostos diferidos	452.623,18	503.906,04
Outros passivos correntes:		
Estado e outros entes públicos:		
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas - IRC (a)	109.132,17	107.841,94
Retenção de impostos sobre rendimentos - IRS	160.714,92	161.128,51
Imposto sobre o valor acrescentado - IVA	460.608,58	439.711,50
Contribuições para a segurança social	191.861,99	186.913,47
Tributos das autarquias locais	1.848,06	1.232,04
Outras tributações	39,61	-
Acionistas/sócios	-	-
Credores por acréscimos de gastos:		
Remunerações a liquidar	1.336.300,43	1.294.593,87
Outros acréscimos de gastos	107.565,18	238.171,17
Pessoal	1.563,78	325,12
Outros credores diversos	131.394,14	107.815,09
Rendimentos a reconhecer	36.886,76	72.128,85
	<u>2.537.915,63</u>	<u>2.609.861,57</u>
 (a) O montante de IRC a pagar tem a seguinte composição:		
Estimativa de imposto do ano (Nota 5.)	115.251,42	122.484,49
Pagamentos especiais por conta	-	-
Retenções na fonte	(6.119,25)	(14.642,55)
	<u>109.132,17</u>	<u>107.841,94</u>

17. Perdas de imparidade, processos judiciais e fiscais em curso e provisões

17.1. Perdas de imparidade de clientes e outros devedores

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, realizaram-se os seguintes movimentos nos saldos das rubricas de perdas de imparidade acumuladas, relativas a clientes e outros devedores:

31 de dezembro de 2014:

Saldo em 31 de dezembro de 2013
Reforços (a)
Anulação/regularização
Saldo em 31 de dezembro de 2014

Perdas de imparidade em dívidas a receber (Nota 3.1.7.)	(1.406.055,30)
	(65.216,09)
	4.437,82
	<u>(1.466.833,57)</u>

31 de dezembro de 2013:

Saldo em 31 de dezembro de 2012
Reforços
Anulação/regularização
Saldo em 31 de dezembro de 2013

Perdas de imparidade em dívidas a receber (Nota 3.1.7.)	(1.406.511,81)
	(29.278,12)
	29.734,63
	<u>(1.406.055,30)</u>

(a) Esta rubrica tem a seguinte decomposição:

Dívidas de clientes
Outros devedores

	(65.216,09)
	-
	<u>(65.216,09)</u>

Handwritten notes and signatures:
 JM JSU
 JPA
 A
 Joo

17.2. Processos judiciais

Em 31 de dezembro de 2014 encontram-se a decorrer as seguintes ações, cujos termos se encontram descritos em “Pendências Judiciais” a páginas 21 deste relatório:

- Ação interposta por terceiros contra a Empresa, no valor de 30.001 euros;
- Ação interposta pela Empresa contra o Estado a reclamar a titularidade de créditos, vencidos e não pagos, no montante global de 3.906.400,05 euros; e
- Impugnação judicial do IVA 2001 e 2002, respetivamente nos valores de 1.319.895,92 euros e de 1.281.494,08 euros.

17.3. Provisões

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 as provisões para riscos e encargos respeitam a processos judiciais em curso e têm o seguinte detalhe:

31 de dezembro de 2014:

Provisões para outros riscos e encargos	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
Processos judiciais em curso	2.858.641,09	-	(15.000,00)	2.843.641,09

31 de dezembro de 2013:

Provisões para outros riscos e encargos	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
Processos judiciais em curso	2.943.641,09	15.000,00	(100.000,00)	2.858.641,09

Os valores registados na rubrica “Provisão para outros riscos e encargos” destinam-se a cobrir as perdas estimadas em processos judiciais em curso (processo judicial do IVA de 2001 e 2002 - cfr. Nota 17.2.).

Estas provisões foram determinadas com base no julgamento que o Conselho de Administração fez dos respetivos processos e nas informações dos advogados da Empresa, quanto ao seu desfecho.

M JSC
12a
A
JSC

18. Responsabilidades contingentes

Em 31 de dezembro de 2014, a Empresa tinha assumido responsabilidades por garantias prestadas, como segue:

Clientes	17.945,28
Direção-Geral dos Impostos (a)	<u>3.710.950,00</u>
	<u><u>3.728.895,28</u></u>

(a) Esta garantia respeita ao processo de liquidação adicional de IVA relativo aos exercícios de 2001 e 2002 (Nota 5. e Notas 17.2. e 17.3.).

Adicionalmente, os empréstimos bancários (Nota 3.1.6.3. e Nota 13.) são garantidos por livranças em branco subscritas pela Empresa e por hipotecas.

19. Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os instrumentos financeiros eram os seguintes:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
<u>Ativos financeiros:</u>		
Contas a receber de terceiros	1.717.731,74	1.799.738,97
Caixa e seus equivalentes (Nota 3.1.6.2. e Nota 4.)	<u>1.455.475,35</u>	<u>1.779.206,91</u>
	<u><u>3.173.207,09</u></u>	<u><u>3.578.945,87</u></u>
<u>Passivos financeiros:</u>		
Empréstimos	(533.333,28)	(816.666,68)
Locações financeiras	(162.703,11)	(203.083,17)
Contas a pagar a terceiros	<u>(2.881.015,71)</u>	<u>(2.974.384,38)</u>
	<u><u>(3.577.052,10)</u></u>	<u><u>(3.994.134,23)</u></u>

O valor de "contas a receber de terceiros" inclui os saldos devedores das rubricas de clientes, Estado e outros entes públicos e outras contas a receber. O valor de "contas a pagar a terceiros" inclui os saldos credores das rubricas de fornecedores, Estado e outros entes públicos e outras contas a pagar.

20. Prestações de serviços

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, as prestações de serviços foram como segue:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Mercado nacional	13.995.721,28	13.781.911,89
Mercado externo	<u>598.503,08</u>	<u>529.222,29</u>
	<u><u>14.594.224,36</u></u>	<u><u>14.311.134,18</u></u>

Handwritten notes and signatures:
 JM
 DL
 [Signature]
 [Signature]
 YB

21. Outros rendimentos e gastos operacionais

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os outros rendimentos e ganhos operacionais foram como segue:

	2014	2013
Subsídios à exploração	-	20.693,67
Reversões de ajustamentos (Nota 17.1.)	4.437,82	29.734,63
Reversões de provisões (Nota 17.3.)	15.000,00	74.380,82
Ganhos por aumentos de justo valor	1,40	-
Rendimentos suplementares	14.906,31	14.744,78
Descontos de pronto pagamento obtidos	-	-
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	13.818,90	1.518,08
Outros rendimentos e ganhos operacionais	122.235,04	103.352,79
	<u>170.399,47</u>	<u>244.424,77</u>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os outros gastos e perdas operacionais foram como segue:

	2014	2013
Perdas por imparidade (Nota 17.1.)	65.216,09	29.278,12
Provisões (Nota 17.3.)	-	15.000,00
Impostos	46.435,69	49.778,14
Dívidas incobráveis	-	-
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	370,19	620,20
Perdas em inventários	-	7.297,90
Outros gastos e perdas operacionais	117.014,19	147.875,21
Gastos de depreciação e de amortização	441.928,09	451.462,23
	<u>670.964,25</u>	<u>701.311,80</u>

TM
JSL
JSL
JSL

22. Fornecimentos e serviços externos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os fornecimentos e serviços externos foram como segue:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Trabalhos especializados	522.487,28	589.166,86
Publicidade e propaganda	14.208,48	14.766,14
Vigilância e segurança	82.926,15	92.310,81
Honorários	53.241,64	76.620,40
Conservação e Reparação	294.581,85	257.947,29
Serviço de agências noticiosas	274.051,26	270.093,23
Energia e fluidos	181.483,68	198.348,62
Deslocações, estadas e transportes	389.172,72	277.250,26
Rendas e alugueres	397.036,31	461.902,19
Comunicação	437.101,92	461.371,10
Seguros	54.726,21	51.507,21
Limpeza, higiene e conforto	83.626,56	103.377,07
Correspondentes e colaboradores	925.135,07	877.027,63
Outros (i)	157.900,71	170.039,25
	<u><u>3.867.679,84</u></u>	<u><u>3.901.728,06</u></u>

(i) Os custos relativos a 2013 incluem o valor da rubrica "Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas", decorrente da alteração da política contabilística relativa à classificação das existências (Nota 3.1.5.)

23. Gastos com o pessoal

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os gastos com o pessoal foram como segue:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Remunerações dos órgãos sociais	126.709,35	122.182,52
Remunerações do pessoal	8.192.121,66	8.636.640,15
Encargos sobre remunerações	1.713.302,77	1.817.838,28
Indemnizações	2.431,30	235.097,56
Outros custos com o pessoal	275.939,21	217.752,52
	<u><u>10.310.504,29</u></u>	<u><u>11.029.511,03</u></u>

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o número médio de pessoal ao serviço foi de 221 e 222, respetivamente.

M
 JUC
 JUC
 JUC

24. Resultados financeiros

Os resultados financeiros dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 têm a seguinte composição:

	2014	2013
<u>Juros e gastos similares suportados:</u>		
Com empréstimos bancários	(40.293,32)	(55.296,21)
Com leasing	(8.290,41)	(6.922,81)
Com outros financiamentos	-	-
	<u>(48.583,73)</u>	<u>(62.219,02)</u>
<u>Juros e rendimentos similares obtidos:</u>		
De depósitos	11.263,60	39.873,31
Outros	599,33	509,49
	<u>11.862,93</u>	<u>40.382,80</u>
Resultados financeiros	<u>(36.720,80)</u>	<u>(21.836,22)</u>

25. Resultado por ação

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o resultado por ação foi como segue:

	2014	2013
Número de ações	2.130.000,00	2.130.000,00
Resultado líquido	(802.415,11)	(1.017.804,49)
Resultado por ação	(0,38)	(0,48)

26. Partes relacionadas

Os saldos pendentes com as entidades relacionadas e as transações efetuadas no período, com essas mesmas entidades, estão evidenciados no quadro seguinte:

Acionistas	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
Estado Português	0,00	13.200.483,00	13.200.483,00	0,00
Global Media Group	266.921,24	538.767,48	492.671,53	313.017,19
Global Notícias, Publicações	169.287,18	358.057,50	304.087,59	223.257,09
Global Notícias - Ag. Informação Imagem	4.424,31	4.143,87	4.885,56	3.682,62
Rádio Notícias (TSF)	68.335,47	106.975,93	108.329,12	66.982,28
Jornal do Fundão	4.158,88	5.102,54	7.214,77	2.046,65
Diário de Notícias do Funchal	9.487,35	38.276,40	41.329,85	6.433,90
Açormédia	11.228,05	26.211,24	26.824,64	10.614,65
Impresa-Sociedade Gestora De Participações Sociais, S.A.	121.502,95	478.778,22	409.320,07	190.961,10
Impresa Publishing, S.A.	27.933,60	106.540,11	98.852,92	35.620,79
SIC - Soc. Ind. De Comunicação, S.A.	75.577,23	326.875,74	267.483,60	134.969,37
Medipress - Soc. Journalist. E Editor., Lda	17.992,12	45.362,37	42.983,55	20.370,94
NP - Notícias de Portugal, CRL	4.597,55	2.467,50	0,00	7.065,05
Publico - Comunicação Social, S.A.	15.767,25	113.704,92	111.024,11	18.448,06
Rádio e Televisão de Portugal, S.A.	58.292,18	443.275,58	380.108,24	121.459,52
O Primeiro de Janeiro, S.A.	81.832,79	0,00	0,00	81.832,79
Empresa do Diário do Minho, LDA.	1.558,26	18.699,12	17.140,86	3.116,52
	<u>550.472,22</u>	<u>14.796.175,82</u>	<u>14.610.747,81</u>	<u>735.900,23</u>

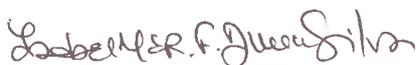
As remunerações do pessoal chave da gestão da empresa estão mencionadas na Nota 23. deste anexo e no ponto VI. - Remunerações do Relatório de Governo Societário.

27. Eventos subsequentes

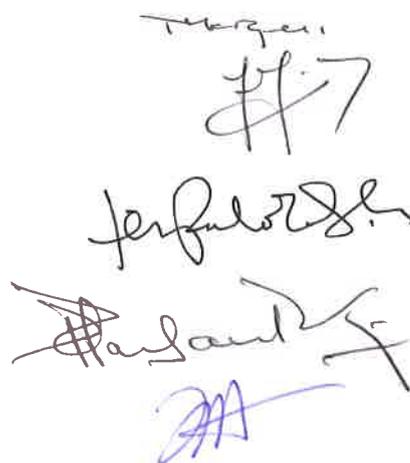
No entendimento do Conselho de Administração não ocorreram, entre a data de balanço e 11 de março de 2015, considerada como a data relevante para efeitos da autorização para divulgação das demonstrações financeiras, quaisquer eventos que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço que não estejam refletidos nas demonstrações financeiras.

Do mesmo modo, no entendimento do Conselho de Administração, não ocorreram após a data de balanço quaisquer eventos suscetíveis de proporcionar informação adicional justificativa da sua divulgação no presente Anexo.

A TÉCNICA OFICIAL DE CONTAS,



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO,



11 27
22
28

C – PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Para o resultado líquido do exercício de 2014, que foi negativo no montante de 802.415,11 euros, o Conselho de Administração propõe a transferência para Resultados Transitados.

M JSL
↓ JZ
* J

D – CUMPRIMENTO DE ORIENTAÇÕES LEGAIS

D1 – Objetivos de gestão, previstos no art.º 38.º do DL n.º 133/2013, de 3 de outubro, de forma quantificada, e metas a atingir em conformidade com o plano de atividades e orçamento aprovado

Os objetivos de gestão, previstos no art.º 38.º do DL n.º 133/2013 de 3 de outubro e definidos pelo acionista maioritário e pelo Conselho de Administração, foram cumpridos. A redução do valor do Contrato de Prestação de Serviço Noticioso e Informativo de Interesse Público, celebrado com o Estado em 21 de dezembro de 2012, que vigora no triénio 2013-2015, não permitiu, contudo, a obtenção de um resultado líquido positivo.

D2 – Da gestão do risco financeiro, e do cumprimento dos limites máximos de acréscimo de endividamento, definidos para 2014, na Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, apurados nos termos das orientações do ofício-circular de instruções para elaboração dos IPG-2014

- Taxa média anual de financiamento nos últimos 5 anos

Anos	2010	2011	2012	2013	2014
Encargos Financeiros (€)	95.547,28	195.935,20	117.536,36	62.219,02	48.583,73
Taxa Média de Financiamento (%)	1,50%	5,09%	5,47%	5,56%	6,01%

- Passivo Remunerado

Passivo Remunerado (€)	2013	2014	Var. absol.	Var. %
Financiamentos obtidos	1.019.749,85	696.036,39	-323.713,46	-31,74%
...dos quais concedidos pela DGTF	0,00	0,00	0,00	0,00%
Aumentos de Capital por dotação	0,00	0,00	0,00	0,00%
Aumentos de Capital por conversão de créditos	0,00	0,00	0,00	0,00%
Endividamento Ajustado	-	-	-	-

D3 – Da evolução do Prazo Médio de Pagamento a fornecedores, em conformidade com a RCM n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, com a alteração introduzida pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril, e divulgação dos atrasos nos pagamentos (“arrears”), conforme definidos no Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio

- Prazo Médio de Pagamentos a Fornecedores nos termos da RCM 34/2008 com as alterações introduzidas pelo Despacho 9870/2009

PMP	2013	2014	Var. (%) 2014/2013
Prazo (dias)	50	50	1,39%

TM JSC
JSA A
[Handwritten signature]

- Mapa da posição a 31/12/2014 dos Pagamentos em Atraso, nos termos do DL 65-A/2011, de 17 de maio

Dívidas Vencidas	0-90 dias	Dívidas vencidas de acordo com o Art. 1.º DL 65-A/2011			
		90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
Aq. de Bens e Serviços	284.709,91	0,00	0,00	0,00	0,00
Aq. de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	284.709,91	0,00	0,00	0,00	0,00

D4 – Das diligências tomadas e os resultados obtidos no âmbito do cumprimento das recomendações do acionista emitidas aquando da aprovação das contas de 2013

Em Assembleia Geral de 28 de março de 2014, o representante do Acionista Estado recomendou ao Conselho de Administração:

- Promover a adoção de medidas tendentes a que a empresa alcance novamente o equilíbrio operacional; e
- Tomar as medidas necessárias tendo em vista a redução da dependência da sociedade das receitas provenientes do controlo de prestação de serviço público.

A Lusa, dentro dos condicionalismos já explicados neste relatório, seguiu as recomendações do acionista Estado.

D5 – Das remunerações

- Mesa da Assembleia Geral

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Remuneração Anual (€)		
				Bruta (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Valor após Reduções (3)=[1]-(2)
2012-2014	Presidente	Vitor Miguel Rodrigues Braz	275,22	275,22	13,76	261,46
2012-2014	Vice-Presidente	Denise Mendes Costa	219,87	219,87	10,99	208,88
2012-2014	Secretário	Rita Maria Góis de Carvalho	219,87	219,87	36,06	208,88

- Conselho de Administração

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		OPRLO	
			Forma ¹⁾	Data	[Identificação Entidade]	Pagadora (O/D)
2012-2014 (até 31-10-2014)	Presidente	Afonso Camões	AG	27-03-2012	n. a.	n. a.
2012-2014	Vice-Presidente (não executivo)	Rogério Gomes	AG	27-03-2012	n. a.	n. a.
2012-2014 (01-11 a 31-12-2014)	Vice-Presidente (executivo)	Rogério Gomes	Reunião CA	31-10-2014	n. a.	n. a.
2012-2014 (Renúncia a 28-04-2014)	Vogal (não executivo)	Graça Montalvão	AG	27-03-2012	n. a.	n. a.
2014 (Início a 02-05-2014)	Vogal (não executivo)	José Carlos Lourenço	Reunião CA	02-05-2014	n. a.	n. a.
2012-2014 (Renúncia a 25-03-2014)	Vogal (não executivo)	Jorge Carreira	AG	27-03-2012	n. a.	n. a.
2012-2014	Vogal (não executivo)	Paulo Saldanha	AG	27-03-2012	n. a.	n. a.

Legenda: ¹⁾ - Indicar Resolução (R)/AG/DUE/Despacho (D)

Nota: OPRLO - Opção pela Remuneração do Lugar de Origem; O/D: origem/Destino

17 JSL
JZM
#

Nome	Acumulação de Funções		
	Entidade	Função	Regime
	[identifica/n.a.]	[identifica/n.a.]	[Público/Privado]
Afonso Camões	n. a.	n. a.	n. a.
Rogério Gomes	n. a.	n. a.	n. a.
Graça Montalvão	n. a.	n. a.	n. a.
José Carlos Lourenço	n. a.	n. a.	n. a.
Jorge Carreira	n. a.	n. a.	n. a.
Paulo Saldanha	n. a.	n. a.	n. a.

Nome	EGP			
	Fixado	Classificação	Valores mensais brutos (€)	
	[S/N]	[A/B/C]	Remuneração Base	Despesas Representação
Afonso Camões	n. a.	C	n. a.	n. a.
Rogério Gomes	n. a.	C	n. a.	n. a.
Graça Montalvão	n. a.	C	n. a.	n. a.
José Carlos Lourenço	n. a.	C	n. a.	n. a.
Jorge Carreira	n. a.	C	n. a.	n. a.
Paulo Saldanha	n. a.	C	n. a.	n. a.

Nota: EGP - Estatuto do Gestor Público

Nome	Remuneração Anual (€)						
	Variável	Fixa**	Outra	Redução Lei 12-A/2010	Out. Reduções Remuneratórias	Redução anos anteriores*	Bruta após Reduções Remuneratórias
Afonso Camões	0,00	86.099,13	0,00	4.304,84	5.998,26	0,00	75.796,03
Rogério Gomes	0,00	14.838,81	3.500,00	916,94	1.409,68	0,00	16.012,19
Graça Montalvão	0,00	0,00	900,00	45,00	45,00	0,00	810,00
José Carlos Lourenço	0,00	0,00	2.700,00	135,00	0,00	0,00	2.565,00
Jorge Carreira	0,00	0,00	900,00	45,00	0,00	0,00	855,00
Paulo Saldanha	0,00	0,00	3.600,00	180,00	0,00	0,00	3.420,00

Nota: Redução de anos anteriores: refere a remunerações regularizadas no ano em referência pertencentes a anos anteriores

* Indicar os motivos subjacentes a este procedimento

** Incluir a remuneração + despesas de representação

Nome	Benefícios Sociais (€)							
	Sub. Refeição		Regime de Proteção Social		Seguro de Saúde	Seguro de vida	Outros	
	Valor/Dia	Montante pago Ano	Identificar	Valor			Identificar	Valor
Afonso Camões	0,00	0,00	Seg. Social	18.001,56	423,80	0,00	Seguro acid. trab. e doenças prof.	382,21
Rogério Gomes	0,00	0,00	Seg. Social	3.802,90	60,04	0,00	Seguro acid. trab. e doenças prof.	59,76
Graça Montalvão	0,00	0,00	-	0,00	0,00	0,00	-	0,00
José Carlos Lourenço	0,00	0,00	Seg. Social	609,19	0,00	0,00	-	0,00
Jorge Carreira	0,00	0,00	Seg. Social	203,06	0,00	0,00	-	0,00
Paulo Saldanha	0,00	0,00	Seg. Social	812,25	0,00	0,00	-	0,00

Nome	Gastos com Comunicações Móveis (€)		
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
Afonso Camões	-	1.475,67	
Rogério Gomes	-	86,86	
Graça Montalvão	-	0,00	
José Carlos Lourenço	-	0,00	
Jorge Carreira	-	0,00	
Paulo Saldanha	-	0,00	

M JSL
JZL
P

Encargos com Viaturas									
Nome	Viatura atribuída	Celebração de contrato	Valor de referência da viatura	Modalidade ⁽¹⁾	Ano Início	Ano Termo	Valor da Renda Mensal	Valor Anual	Nº Prestações Contratuais Remanescentes
	[S/N]	[S/N]	[€]	[Identificar]			[€]	[€]	
Afonso Camões	S	S	42.664,58 ⁽²⁾	Reating	2013	2016	646,28	6.462,80	22
Rogério Gomes	S	S	42.664,58 ⁽³⁾	Reating	2013	2016	646,28	1.292,56	22
Graça Montalvão	N	N	-	-	-	-	-	-	-
José Carlos Lourenço	N	N	-	-	-	-	-	-	-
Jorge Carreira	N	N	-	-	-	-	-	-	-
Paulo Saldanha	N	N	-	-	-	-	-	-	-

Legenda: ⁽¹⁾ aquisição: A/D, Leasing ou outra; ⁽²⁾ Viatura adstina ao Presidente até 31/10/2014 e ao Vice-Presidente (Executivo) entre 01/11 e 31/12/2014

Nome	Plafond mensal definido para combustível	Gastos anuais associados a Viaturas (€)				Observações
		Combustível	Portagens	Outras Reparações	Seguro	
Afonso Camões	400 litros	4.590,28	2.431,35	1.469,40	735,30	
Rogério Gomes	400 litros	837,74	372,20	291,82	147,06	
Graça Montalvão	-	0,00	0,00	0,00	0,00	
José Carlos Lourenço	-	0,00	0,00	0,00	0,00	
Jorge Carreira	-	0,00	0,00	0,00	0,00	
Paulo Saldanha	-	0,00	0,00	0,00	0,00	

Nome	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (€)					Gasto total com viagens (€)
	Deslocações em Serviço	Custo com Alojamento	Ajudas de custo	Outras		
				Identificar	Valor	
Afonso Camões	5.199,27	2.955,84	683,57	taxas, vistos, seguro viagem, etc.	375,95	9.214,63
Rogério Gomes	275,75	1.817,00	0,00	-	0,00	2.092,75
Graça Montalvão	0,00	0,00	0,00	-	0,00	0,00
José Carlos Lourenço	0,00	0,00	0,00	-	0,00	0,00
Jorge Carreira	0,00	0,00	0,00	-	0,00	0,00
Paulo Saldanha	0,00	0,00	0,00	-	0,00	0,00

- Fiscalização

- Conselho Fiscal

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		Estatuto Remuneratório Fixado (mensal) [€]
			Forma ⁽¹⁾	Data	
2012-2014	Presidente	Rui Filipe Gomes	AG	27-03-2012	1.056,29
2012-2014	Vogal e ROC efetivo	Susana Jesus	AG	27-03-2012	1.312,50
2012-2014	Vogal	Pedro Braumann	AG	27-03-2012	845,13
2012-2014	Vogal e ROC suplente	J. M. Almeida, Saskia Lopes & Associados	AG	27-03-2012	-

Legenda: ⁽¹⁾ - indicar AG/DUE/Despacho

Nome	Remuneração Anual (€)		
	Bruta (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Valor após Reduções (3)=(1)-(2)
Rui Filipe Gomes	14.788,06	1.098,50	13.689,56
Susana Jesus	15.750,00	1.260,00	14.490,00
Pedro Braumann	11.831,82	878,93	10.952,89
J. M. Almeida, Saskia Lopes & Associados	-	-	-

- ROC

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Identificação SROC/ROC		Designação		Remuneração Contratada (€)	Nº de Mandatos exercidos na sociedade
		Nome	Número	Forma ⁽¹⁾	Data		
2012-2014	Vogal e ROC efetivo	Susana Jesus	1338	AG	27-03-2012	1.312,50	-
2012-2014	Vogal e ROC suplente	J. M. Almeida, Saskia Lopes & Associados	30	AG	27-03-2012	-	-

Nota: Deve ser identificado o efetivo (SROC e ROC) e suplente (SROC e ROC)

Legenda: ⁽¹⁾ - indicar AG/DUE/Despacho (D)

Nome	Remuneração Anual (€)		
	Bruta (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Valor após Reduções (3)=(1)-(2)
Susana Jesus	15.750,00	1.260,00	14.490,00
J. M. Almeida, Saskia Lopes & Associados	-	-	-

JSC
 JS
 JS

- **Auditor Externo**

Não aplicável.

- **Restantes Trabalhadores**

A empresa aplicou as reduções remuneratórias aos trabalhadores e a sua suspensão em conformidade com:

- O art.º 33.º da Lei n.º 83-C/2013 (Lei do Orçamento de Estado para 2014), de 31 de dezembro, até 30 de maio de 2014;
- O Acórdão n.º 413/2014 do Tribunal Constitucional, de 30 de maio, que considerou inconstitucionais as reduções remuneratórias referidas no ponto anterior, entre 31 de maio e 12 de setembro de 2014;
- A Lei n.º 75/2014 (que estabelece os mecanismos das reduções remuneratórias temporárias e as condições da sua reversão), de 12 de setembro, a partir de 13 de setembro de 2014.

D6 – Da aplicação do disposto no artigo 32º do Estatuto do Gestor Público, conforme republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro

A Lusa seguiu a recomendação do acionista Estado, dada na Assembleia Geral realizada em 28 de março de 2013, pelo que a utilização de cartão de crédito por parte do Presidente do Conselho de Administração cessou a partir dessa data.

D7 – Da Contratação Pública

No que respeita à contratação pública, a Lusa segue os preceitos definidos no Código dos Contratos Públicos (CCP), cumprindo as normas nele estabelecidas.

Os procedimentos de aquisição de bens e serviços são publicitados na plataforma da empresa, a saber, Vortalgov.pt, e no portal dos contratos públicos, www.base.gov.pt.

A empresa formalizou a adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas em 15 de setembro de 2011.

A empresa dispõe também de um Regulamento de Aquisição de Bens e Serviços, que se encontra publicitado em www.lusa.pt.

Handwritten notes:
 JSC
 JSC
 JSC

A Lusa não celebrou contratos de valor superior a 5 milhões de euros.

D8 – Medidas tomadas, no âmbito das orientações previstas na Lei n.º 66-A/2012, de 31 de dezembro, que aprova as Grandes Opções do Plano para 2012-2015, ao nível da adesão da empresa ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) e Parque de Veículos do Estado, bem como a respetiva quantificação

A empresa aderiu ao Sistema Nacional de Compras Públicas.

D9 – Do cumprimento das medidas de redução de gastos operacionais conforme ofício-circular, relativo às instruções sobre a elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão (IPG) para 2014

A Lusa seguiu as orientações do Ministério das Finanças relativamente ao plano de redução de custos, procedendo a negociações com fornecedores para obter a redução do valor dos contratos, e observou as orientações do Orçamento do Estado para 2014.

PRC	Cumprimento Identificar [S/N]	2014	2013	2012	2011	2010	Variação 2014/2013		Variação 2014/2010	
							Absoluta	%	Absoluta	%
EBITDA		357	-626	957	808	1.744	983		-1.387	
(1) CMVMC		0	0	76	86	104	0	0,00%	-104	-100,00%
(2) FSE		3.868	3.902	4.271	4.561	4.790	-34	-0,87%	-923	-19,26%
Deslocações/Estadas	N	389	277	387	386	400	117	40,37%	-11	-2,79%
Despesas de representação	N	21	17	38	28	36	-4	22,46%	-15	-42,24%
Comunicações	S	437	463	523	558	659	-24	-5,26%	-218	-33,26%
(3) Gastos com o pessoal		10.311	11.030	11.638	11.185	12.427	-719	-6,52%	-2.111	-16,99%
(3.1) dos quais Indemnizações	n.a.	2	235	1.778	253	153	-233	-98,97%	-150	-98,41%
(4) Total Gastos = (1)+(2)+(3)-(3.1)	S	14.176	14.696	14.205	15.576	17.163	-520	-3,54%	-2.987	-17,41%
(5) Volume de Negócios		14.594	14.311	19.485	19.387	19.213	283	1,98%	-4.619	-24,04%
Peso dos Gastos/VN (4)/(5)		97,13%	102,69%	72,90%	80,35%	89,33%	-	-	-	-
N.º de RH	N	264	264	267	251	254	0	0,00%	-30	-10,20%
N.º Efetivos		264	264	267	251	254	0	0,00%	-30	-10,20%
N.º Cargos de Direção		3	4	5	5	6	-1	-25,00%	-3	-50,00%
N.º Efetivos/Cargos de Direção		88	60	53	58	48	22	33,33%	39	79,59%
Viaturas										
N.º de viaturas		29	30	n.a.	n.a.	n.a.	-1	-3,33%	n.a.	n.a.
Gastos com as viaturas		139	159	n.a.	n.a.	n.a.	-17	-10,70%	n.a.	n.a.

Face ao exercício de 2010, a redução verificada no total de Gastos Operacionais (CMVMC + FSE + Gastos com pessoal s/ indemnizações) foi de 17,4%, 2,4 p.p. acima da meta prevista. Devido à operação da agência e à realização de eventos extraordinários (Campeonato do Mundo de Futebol, Comemoração dos 40 anos do 25 de abril, realização de Eleições Europeias, acompanhamento a deslocações de governantes, etc.), não foi possível manter os gastos referentes a “Deslocações/Estadas” e “Despesas de representação” ao nível dos verificados em 2013.

A Lusa, entre 2012 e 2014, reduziu o efetivo em três elementos (-1,1%) incluindo dois cargos dirigentes (-40,0%). Como resultado do Programa de Saídas Voluntárias instituído no último trimestre de 2012, o efetivo foi reduzido em 30 elementos (-10,2%), incluindo três cargos dirigentes (-50,0%), entre 2010 e 2014. Em 31 de dezembro de 2014, o Conselho de Administração era integrado por três membros, por efeito das renúncias do Presidente do Conselho de Administração e de um dos vogais, que não foram substituídos.

Handwritten notes and signatures:
 in
 JSL
 [Signature]
 [Signature]

D10 – Do Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado, conforme previsto no artigo 123.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro

Por Despacho n.º 2289/14-SET da Secretária de Estado do Tesouro foi concedida à Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S.A., a exceção do cumprimento do Princípio de Unidade de Tesouraria do Estado.

Assim, a Lusa não auferiu juros em incumprimento do Princípio acima mencionado.

D11 – Recomendações dirigidas à empresa resultantes de Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas, bem como as medidas tomadas na sua adoção e o respetivo resultado

Não aplicável.

D12 – Informação a constar no site do Sector Empresarial do Estado (SEE)

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação		Comentários
	S/N/N.A.	Data Atualização	
Estatutos	S	24-04-2014	Regulamento de Aquisição de Bens e Serviços em vigor desde 1 de janeiro de 2011.
Caracterização da Empresa	S	24-04-2014	
Função de tutela e accionista	S	24-04-2014	
Modelo de Governo / Membros dos Órgãos Sociais	S		
Identificação dos Órgãos Sociais	S	04-12-2014	
Estatuto remuneratório fixado	S	04-12-2014	
Divulgação das remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais	S	04-12-2014	
Identificação das funções e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração	S	04-12-2014	
Apresentação das sínteses curriculares dos membros dos Órgãos Sociais	S	04-12-2014	
Esforço Financeiro Público	S	25-02-2015	
Ficha Síntese	S	04-12-2014	
Informação Financeira histórica e actual	S	24-04-2014	
Princípios de Bom Governo	S		
Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita	S	24-04-2014	
Transações relevantes com entidades relacionadas	S	24-04-2014	
Outras transações	N.A.		
Análise da sustentabilidade da empresa nos domínios	S		
Económico	S	24-04-2014	
Social	S	24-04-2014	
Ambiental	S	24-04-2014	
Avaliação do cumprimento dos Princípios de Bom Governo	S	24-04-2014	
Código de Ética	S	24-04-2014	

Legenda:
 S - Sim
 N - Não
 N.A. - Não Aplicável

Handwritten notes:
 JSC
 [Signature]
 [Signature]

D13 – Quadro de cumprimento das orientações legais

Cumprimento das Orientações legais	Cumprimento			Quantificação / Identificação	Justificação / Referência ao ponto do Relatório
	E	N	N.A.		
Objectivos de Gestão / Planos de Actividade e Orçamento:					
Cumprimento do Contrato de Prestação de Serviço hídrico e Informativo de Interesse Público	X			100%	
Redução dos gastos e perdas operacionais	X			100%	
Consolidação da Agência Multimédia	X			100%	
Gestão do Risco Financeiro	X			Taxa média de financiamento em 2014: 6,01%	
Limites de Crescimento do Endividamento	X			Diminuição de 32% nas dívidas a instituições de crédito (bancos e locadoras financeiras)	
Evolução do PMP a fornecedores	X			Manutenção do PMP.	
Divulgação das Atrasas nos Pagamentos ("Atrasas")	X			a página 60 deste Relatório	
Recomendações do acionista na última aprovação de contas:					
Promover a adoção de medidas tendentes a que a empresa alcance novamente o equilíbrio operacional	X			Embora o resultado operacional tenha sido negativo, de 85 mil €, o EBITDA foi positivo, na ordem de 357 mil euros.	
Tomar as medidas necessárias tendo em vista a redução da dependência da sociedade das receitas provenientes do controlo de prestação de serviço público	X			A empresa alcançou esse desiderato, como se demonstra pelo crescimento de 7,0%, ou 251 mil euros, nas receitas fora do Contrato de Prestação de Serviço Público	
Remunerações:					
Não atribuição de prémios de gestão, nos termos art.º 41º da Lei 83-C/2013	X				
Órgãos Sociais - reduções remuneratórias vigentes em 2014	X			13 079,72	
Auditor Externo - redução remuneratória nos termos do art.º 73º da Lei 83-C/2013	X		X		
Restantes trabalhadores - reduções remuneratórias vigentes em 2014	X			567 693,32	
Restantes trabalhadores - proibição de valorizações remuneratórias, nos termos do art.º 39º da Lei 83-C/2013	X				
Artigo 32º do EGP					
Utilização de cartões de crédito	X				
Reembolso de despesas de representação pessoal	X				
Contratação Pública					
Aplicação das normas de contratação pública pela empresa	X				
Aplicação das normas de contratação pública pelas participadas			X		
Contratos subarrendados a visto prévio do TC			X		
Auditorias de Tribunal de Contas			X		
Parque Automóvel					
N.º de Viaturas	X				O parque automóvel é composto por 29 viaturas, menor que em 2013. Das 29 viaturas, 17 estão em regime de aluguer operacional.
Gastos com Viaturas	X			138.678,73	
Gastos operacionais das Empresas Públicas (artigo 61.º da Lei nº 83-C/2013)	X				Decréscimo de 16,0% face a 2010
Gastos com pessoal	X				
Fornecimentos e Serviços Externos					Diminuição de 21,0% face a 2010
Redução de Trabalhadores (artigo 60.º da Lei nº 83-C/2013)					
N.º de trabalhadores		X			Decréscimo de 1,12% face a 2012.
N.º de cargos dirigentes		X			Diminuição de 40,0% face a 2012
Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 123.º da Lei nº 83-C/2013)			X		

In
pal
JSL
7

E – GRELHA DE PRÁTICAS DE BOA GOVERNAÇÃO SOCIETÁRIA

	Relatório de Governo Societário	Identificação		Divulgação		Página	Observações
		SIM	NÃO	SIM	NÃO		
I.	Missão, Objetivos e Políticas						
1.	Indicação da missão e da forma como é prosseguida, assim como a visão e os valores que orientam a empresa.	X		X		3	
2.	Indicação de políticas e linhas de ação desencadeadas no âmbito da estratégia definida.	X		X		3	
3.	Indicação dos fatores chave de que dependem os resultados da empresa.	X		X		4	
4.	Evidenciação da atuação em conformidade com as orientações definidas pelos ministérios setoriais.		X		X		Não se aplica.
II.	Estrutura de Capital						
1.	Estrutura de capital.	X		X		5	
2.	Eventuais limitações à titularidade e/ou transmissibilidade das ações.	X		X		5	
3.	Acordos parassociais.	X		X		5	
III.	Participações Sociais e Obrigações detidas						
1.	Identificação das pessoas singulares (órgãos sociais) e/ou coletivas (Empresa) que, direta ou indiretamente, são titulares de participações noutras entidades, com indicação detalhada da percentagem de capital e de votos.	X		X		6	
2.	A aquisição e alienação de participações sociais, bem como a participação em quaisquer entidades de natureza associativa ou fundacional.		X		X		Não se aplica.
3.	Indicação sobre o número de ações e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização.		X		X		Não se aplica.

JM
 JSC
 JSC
 JSC

	Relatório de Governo Societário	Identificação		Divulgação		Página	Observações
		SIM	NÃO	SIM	NÃO		
4.	Informação sobre a existência de relações significativas de natureza comercial entre os titulares de participações e a sociedade.	X		X		18	
IV.	Órgãos Sociais e Comissões						
A.	Mesa da Assembleia Geral						
1.	Composição da mesa AG, mandato e remuneração.	X		X		7	
2.	Identificação das deliberações acionistas.		X		X		
B.	Administração e Supervisão						
1.	Modelo de governo adotado.	X		X		8	
2.	Indicação das regras estatutárias sobre procedimentos aplicáveis à nomeação e substituição dos membros.	X		X		8	
3.	Composição, duração do mandato, número de membros efetivos.	X		X		8	
4.	Identificação dos membros executivos e não executivos do CA e identificação dos membros independentes do CGS.	X		X		8	
5.	Elementos curriculares relevantes de cada um dos membros.	X		X		25 e 49	
6.	Declaração de cada um dos membros do órgão de administração de participações patrimoniais que detenham na empresa.	X		X		Anexo III	
7.	Identificação de relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros, com acionistas a quem seja imputável participação qualificada superior a 2% dos direitos de voto.		X		X		Não se aplica.
8.	Organogramas relativos à repartição de competências entre os vários órgãos sociais.	X		X		9	

17
 Paul
 JSL
 2

	Relatório de Governo Societário	Identificação		Divulgação		Página	Observações
		SIM	NÃO	SIM	NÃO		
9.	Caracterização do funcionamento do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo.	X		X		8	
C.	Fiscalização						
1.	Identificação do órgão de fiscalização correspondente ao modelo adotado e composição, indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração do mandato, número de membros efetivos e suplentes.	X		X		10	
2.	Identificação dos membros da Fiscalização.	X		X		10	
3.	Elementos curriculares relevantes de cada um dos membros.	X		X		37 e 66	
4.	Funcionamento da fiscalização.		X		X		
D.	Revisor Oficial de Contas						
1.	Identificação do ROC, SROC.	X		X		10	
2.	Indicação das limitações, legais.	X		X		11	
3.	Indicação do número de anos em que a SROC e/ou ROC exerce funções consecutivamente junto da sociedade/grupo.	X		X		11	
4.	Descrição de outros serviços prestados pelo SROC à sociedade.		X		X		Não se aplica.
E.	Auditor Externo						
1.	Identificação.		X		X		Não se aplica.
2.	Política e periodicidade da rotação.		X		X		Não se aplica.
3.	Identificação de trabalhos, distintos dos de auditoria, realizados.		X		X		Não se aplica.
4.	Indicação do montante da remuneração anual paga.		X		X		Não se aplica.

JM
 JSL
 22

	Relatório de Governo Societário	Identificação		Divulgação		Página	Observações
		SIM	NÃO	SIM	NÃO		
V.	Organização Interna						
A.	Estatutos e Comunicações						
1.	Indicação das regras aplicáveis à alteração dos estatutos da sociedade.	X		X		11	
2.	Comunicação de irregularidades.		X		X		
3.	Indicação das políticas antifraude.	X		X		11	
B.	Controlo interno e gestão de riscos						
1.	Informação sobre a existência de um sistema de controlo interno (SCI).	X		X		11	
2.	Identificação de pessoas, órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e/ou SCI.		X		X		
3.	Principais medidas adotadas na política de risco.		X		X		
4.	Relações de dependência hierárquica e/ou funcional.		X		X		
5.	Outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos.		X		X		
6.	Identificação dos principais tipos de riscos.		X		X		
7.	Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo, gestão e mitigação de riscos.		X		X		
8.	Elementos do SCI e de gestão de risco implementados na sociedade.		X		X		
C.	Regulamentos e Códigos						
1.	Regulamentos internos aplicáveis e regulamentos externos.	X		X		12	
2.	Códigos de conduta e de Código de Ética.	X		X		12	
3.	Planos de Ação para prevenir fraudes internas e externas.	X		X		13	
D.	Deveres especiais de informação						
1.	Plataforma utilizada para cumprimento dos deveres de informação a que a empresa se encontra sujeita	X		X		13	

JM
 JIL
 JW
 J

	Relatório de Governo Societário	Identificação		Divulgação		Página	Observações
		SIM	NÃO	SIM	NÃO		
2.	Plataforma utilizada para cumprimento dos deveres de transparência a que a empresa se encontra sujeita.	X		X		13	
E.	Sítio da Internet						
	Indicação do(s) endereço(s) e divulgação da informação disponibilizada.	X		X		14	
F.	Prestação de Serviço Público ou de Interesse Geral						
1.	Contrato celebrado com a entidade pública que tenha confiado à empresa a prestação de um serviço público ou de interesse geral.	X		X		14	
2.	Propostas de contratualização da prestação de serviço público.	X		X		14	
VI.	Remunerações						
A.	Competência para a Determinação						
1.	Indicação do órgão competente para fixar remuneração.	X		X		15	
2.	Identificação dos mecanismos adotados para prevenir a existência de conflitos de interesse entre os membros de órgãos ou comissões societárias e a sociedade.	X		X		16	
3.	Declaração de independência dos membros do conselho de administração	X		X		Anexo II	
B.	Comissão de Fixação de Remunerações						
	Composição.	X		X		16	
C.	Estrutura das Remunerações						
1.	Política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização.	X		X		16	
2.	Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada.	X		X		16	

TM
JRM
JUL
#

	Relatório de Governo Societário	Identificação		Divulgação		Página	Observações
		SIM	NÃO	SIM	NÃO		
3.	Componente variável da remuneração e critérios de atribuição.		X		X		Não se aplica.
4.	Diferimento do pagamento da componente variável.		X		X		Não se aplica.
5.	Parâmetros e fundamentos para atribuição de prémio.		X		X		Não se aplica.
6.	Regimes complementares de pensões.		X		X		Não se aplica.
D.	Divulgação das Remunerações						
1.	Indicação do montante anual da remuneração auferida.	X		X		16	
2.	Montantes pagos, por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo.		X		X		Não se aplica.
3.	Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou prémios.		X		X		Não se aplica.
4.	Indemnizações pagas a ex-administradores executivos.		X		X		Não se aplica.
5.	Indicação do montante anual da remuneração auferida do órgão de fiscalização da sociedade.	X		X		18	
6.	Indicação da remuneração anual da mesa da assembleia geral.	X		X		16	
VII.	Transações com partes Relacionadas e Outras						
1.	Mecanismos implementados para controlo de transações com partes relacionadas.		X		X		
2.	Informação sobre outras transações.	X		X		18	
VIII.	Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios económico, social e ambiental						
1.	Estratégias adotadas e grau de cumprimento das metas fixadas.	X		X		19	
2.	Políticas prosseguidas.	X		X		19	
3.	Forma de cumprimento dos princípios inerentes a uma adequada gestão empresarial.	X		X		19	

Handwritten notes:
 JM
 JSC
 JS

	Relatório de Governo Societário	Identificação		Divulgação		Página	Observações
		SIM	NÃO	SIM	NÃO		
IX.	Avaliação do Governo Societário						
1.	Cumprimento das Recomendações.	X		X		21	
2.	Outras informações.		X		X		

TM
JSC
J
R

F – RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

RELATÓRIO

1.

Em conformidade com o disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais cumpre ao Conselho Fiscal elaborar o relatório sobre a sua ação fiscalizadora e dar parecer sobre o relatório, incluindo a proposta de aplicação dos resultados, e contas, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014. O Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras e respetivos anexos são da responsabilidade do Conselho de Administração.

2.

Durante o ano de 2014, a fiscalização na sociedade LUSA - Agência de Notícias de Portugal, S.A., foi assegurada pelo Conselho Fiscal, que integra a Vogal Revisora Oficial de Contas, conforme o disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 278.º e na alínea a) do n.º 1 do artigo 413.º do Código das Sociedades Comerciais.

O Conselho Fiscal, no âmbito das suas competências e no exercício das suas funções como órgão de fiscalização acompanhou de forma continuada a evolução da atividade da sociedade, a regularidade dos registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor.

No desenvolvimento dos seus trabalhos, o Conselho Fiscal efetuou reuniões periódicas.

O Conselho Fiscal reuniu com a atual Presidente do Conselho de Administração, bem como com os seus antecessores, com o Diretor Financeiro e, bem assim, com diversos



dirigentes responsáveis por departamentos da Sociedade.

O Conselho Fiscal contou sempre com a colaboração do Conselho de Administração e dos Serviços da Sociedade na disponibilização das informações que considerou necessárias para o exercício das suas funções, em termos que importa salientar e cumpre agradecer.

3.

O Conselho Fiscal exerceu as suas competências em matéria de fiscalização da independência do Revisor Oficial de Contas, em cumprimento do previsto na alínea d) do n.º 2 do artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais, tendo a Dra. Susana Rodrigues de Jesus, apresentado ao Conselho Fiscal a declaração de confirmação da independência do Revisor Oficial de Contas.

4.

No âmbito das suas competências o Conselho Fiscal emitiu, em 30 de abril de 2014, em 30 de julho de 2014 e em 31 de outubro de 2014, os relatórios trimestrais sobre a execução orçamental, para cumprimento do disposto na alínea e) do n.º1 do Despacho n.º 14277/2008, de Sua Excelência o Ministro de Estado e das Finanças, de 14 de maio de 2008, publicado no Diário da República, II série, de 23 de maio de 2008, e do Art.º 44.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro.

5.

No final de 2014, as demonstrações financeiras da LUSA - Agência de Notícias de Portugal, S.A., evidenciam um total de balanço de 12 350 289,93 euros e um total de capital próprio positivo de 5 440 086,79 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 802 415,11 euros.



O Conselho Fiscal tomou conhecimento do Relatório dos membros não executivos do Conselho de Administração sobre o desempenho individual dos gestores executivos, datado de 11 de março de 2015, em que se concluiu que, não obstante não haver contrato de gestão entre os gestores, os membros não executivos consideram que o Presidente do Conselho de Administração e Administrador Delegado até 31 de outubro de 2014 e o Vice-Presidente do Conselho de Administração e Administrador Delegado a partir de 1 de novembro de 2014, cumpriram, no exercício de 2014, as orientações e objetivos de gestão definidos para a empresa e que as estruturas e mecanismos de governo em vigor na empresa são adequados.

6.

De acordo com o descrito no Relatório de Gestão, em 2014 a LUSA - Agência de Notícias de Portugal, S.A., foi dispensada, pelo Despacho n.º 2289/14-SET, da Secretária de Estado do Tesouro, de observar o princípio da unidade de tesouraria que impõe a abertura e movimentação de uma conta junto do Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público, I.P.

7.

A informação prestada no Relatório de Gestão cumpre o quadro normativo específico para as empresas que integram o Sector Empresarial do Estado, designadamente o Art.º 54.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, relativo ao Relatórios de boas práticas de governo societário e as Instruções da Direção-Geral do Tesouro e Finanças sobre o processo de prestação de contas referente a 2014.

No Relatório do Governo da Sociedade, a LUSA - Agência de Notícias de Portugal, S.A., dedica um capítulo à análise de sustentabilidade da empresa nos domínios económico, social e ambiental.

PTJ

7

W

Em 2014 o Sítio da Internet da LUSA, assegurou a acessibilidade e a qualidade da informação disponibilizada, o que vai ao encontro dos requisitos do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, em matéria de disponibilização clara, relevante e atualizada.

8.

Cumpra, igualmente, referir, de acordo com as Instruções da Direção-Geral do Tesouro e Finanças sobre o processo de prestação de contas, que foram cumpridas as reduções das remunerações vigentes em 2014.

9.

O Conselho Fiscal apreciou o conteúdo da Certificação Legas das Contas emitida em 11 de março de 2015, pela Revisora Oficial de Contas, sem reservas e sem ênfases.

10.

Pela análise dos documentos de prestação de contas, nos quais se inclui a proposta de aplicação de resultados, apresentados pelo Conselho de Administração e bem assim a Certificação Legal das Contas emitida, com a qual concordamos, verifica-se que:

- a) O Relatório do Conselho de Administração descreve a evolução e o estado de gestão da Sociedade;
- b) A Certificação Legal das Contas se pronuncia sobre o Balanço, as Demonstrações dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações do capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa, do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, bem como sobre o correspondente anexo;
- c) Os documentos acima referidos satisfazem as disposições legais e estatutárias em vigor.



PARECER

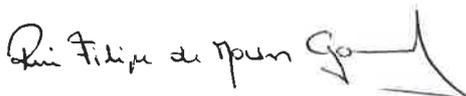
Em face do exposto, o Conselho Fiscal é de parecer que a Assembleia Geral:

- a) Aprove o Relatório e Contas do exercício de 2014 apresentado pelo Conselho de Administração;
- b) Aprove a proposta de aplicação de resultados que consta do Relatório apresentado pelo Conselho de Administração.

Lisboa, 11 de março de 2015

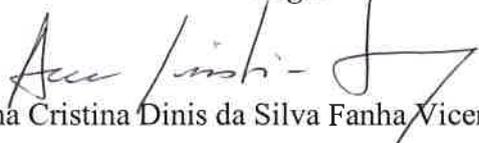
O CONSELHO FISCAL

Presidente



(Rui Filipe de Moura Gomes)

Vogal



(Ana Cristina Dinis da Silva Fanha Vicente Soares)

Vogal



(Susana Catarina Iglésias Couto Rodrigues de Jesus
Revisora Oficial de Contas n.º 1338)

G – CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

17
JSL
JAN
JH

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinei as demonstrações financeiras de Lusa - Agência de Notícias de Portugal, S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2014 (que evidencia um total de 12 350 289,93 euros e um total de capital próprio de 5 440 086,79 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 802 415,11 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A minha responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no meu exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedi foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O meu exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendo que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da minha opinião.

OPINIÃO

7. Em minha opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira de Lusa - Agência de Notícias de Portugal, S.A., em 31 de dezembro de 2014, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também minha opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 11 de março de 2015

Susana Rodrigues de Jesus

Susana Catarina Iglésias Couto Rodrigues de Jesus



RELATÓRIO DE GOVERNO SOCIETÁRIO

BOAS PRÁTICAS DE GOVERNO SOCIETÁRIO

2014

APROVADO EM ASSEMBLEIA GERAL DE 27/03/2015

ÍNDICE

- I. Missão, Objetivos e Políticas, pág. 3
- II. Estrutura de Capital, pág. 5
- III. Participações Sociais e Obrigações detidas, pág. 6
- IV. Órgãos Sociais e Comissões, pág. 6
 - A. Mesa da Assembleia Geral, pág. 7
 - B. Administração e Supervisão, pág. 8
 - C. Fiscalização, pág. 10
 - D. Revisor Oficial de Contas (ROC), pág. 10
 - E. Auditor Externo, pág. 11
- V. Organização Interna, pág. 11
 - A. Estatutos e Comunicações, pág. 11
 - B. Controlo interno e gestão de riscos, pág. 11
 - C. Regulamentos e Códigos, pág. 12
 - D. Deveres especiais de informação, pág. 13
 - E. Sítio da Internet, pág. 14
 - F. Prestação de Serviço Público ou de Interesse Geral, pág. 14
- VI. Remunerações, pág. 15
 - A. Competência para a Determinação, pág. 15
 - B. Comissão de Fixação de Remunerações, pág. 16
 - C. Estrutura das Remunerações, pág. 16
 - D. Divulgação das Remunerações, pág. 16
 - D1. Mesa da Assembleia Geral, pág. 16
 - D2. Conselho de Administração, pág. 17
 - D3. Órgão de Fiscalização, pág. 18
- VII. Transações com partes Relacionadas e Outras, pág. 18
 - A. Informação sobre as transações relevantes com entidades relacionadas, pág. 18
 - B. Informação sobre outras transações, pág. 19
 - B1. Procedimentos adotados em matéria de aquisição de bens e serviços, pág. 19
 - B2. Universo das transações que não tenham ocorrido em condições de mercado, pág. 19
 - B3. Lista de fornecedores que representem mais de 5% dos fornecimentos e serviços externos, pág. 19
- VIII. Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios económicos, social e ambiental, pág. 19
- IX. Avaliação do Governo Societário, pág. 21
- ANEXO I – Elementos curriculares dos membros dos órgãos sociais, pág. 22
- ANEXO II – Declarações de independência dos membros do conselho de administração
- ANEXO III – Declarações de participações patrimoniais dos membros do órgão de administração

I. Missão, objetivos e Políticas

O principal ativo da Lusa é a sua reputação enquanto agência de notícias credível e rigorosa, fortemente implantada em todo o território nacional e nos espaços de maior proximidade dos interesses portugueses no mundo.

A Agência tem uma visão clara sobre o seu papel, uma missão definida, e pauta a sua atividade, na comunidade em geral e internamente em todas as suas estruturas, por critérios de rigor.

Os objetivos estratégicos de curto e médio prazo estão delineados e têm sido concretizados.

Visão – A Lusa afirma a sua importância nacional e internacional, ajustando qualitativamente os seus serviços e a sua presença no território nacional e no espaço lusófono, no âmbito da circulação democrática e plural da informação noticiosa e no da defesa dos interesses estratégicos externos do Estado Português.

Missão – A Lusa, como única agência de notícias portuguesa de âmbito nacional, tem como objetivo a recolha e tratamento de material noticioso ou de interesse informativo, a produção e distribuição de notícias a um alargado leque de utentes (media nacionais e internacionais, empresas e instituições diversas de carácter público e privado) e a disponibilização, contratada com o Estado Português, de um serviço noticioso global orientado pelo interesse público e tendente a favorecer o exercício da cidadania.

Valores – Além do interesse público, os princípios que orientam a produção noticiosa da Lusa são: a clareza – facilmente inteligível; o rigor – equilíbrio, separação entre fatos e opiniões, identificação das fontes; a isenção – autonomia, distanciamento e independência perante os fatos e opiniões divulgados; a pluralidade – neutralidade perante as forças políticas, neutralidade e equilíbrio dos conteúdos emitidos, representação das forças e correntes políticas, ideológicas, culturais, sociais e religiosas existentes na sociedade; a fiabilidade – garantia de confiança; e a tempestividade da informação – produção e divulgação da informação quase em simultâneo com o tempo próprio da sua ocorrência.

Internamente, a todos os níveis da sua estrutura orgânica, e de acordo com o Código de Ética, a empresa fomenta os valores da clareza e da transparência, o rigor na utilização dos recursos disponíveis, a cooperação, o trabalho de equipa, a responsabilização individual, visando a realização pessoal e profissional de todos os seus colaboradores.

Posicionamento – O posicionamento da empresa no mercado decorre da análise que faz das suas principais vantagens comparativas, das suas debilidades, das oportunidades que identifica como potenciais desafios e dos constrangimentos que se colocam à sua atividade.

Jan
JSL B A

- **Vantagens comparativas:** a credibilidade dos seus serviços noticiosos, principalmente no seu mercado tradicional, as empresas de comunicação social; o facto de ser a única agência de notícias generalista portuguesa e de dimensão nacional e internacional, com funcionamento contínuo, 365 dias por ano; a sua forte implantação em todo o território nacional e no mundo lusófono.
- **Debilidades:** a imagem discreta que projeta para fora do seu mercado tradicional, a rigidez organizacional e a forte dependência do contrato de prestação de serviço noticioso e informativo de interesse público.
- **Oportunidades:** a necessidade crescente e premente de informação, sentida pelas organizações em geral e muito especialmente pelas empresas; o dinamismo empresarial e o reforço da cooperação no espaço da lusofonia; a relativa facilidade da evolução para uma plataforma alargada de circulação de serviços informativos, além da mera difusão de notícias; o amadurecimento do mercado multimédia e a crescente procura de conteúdos digitais.
- **Constrangimentos:** a conjuntura económica desfavorável do setor da comunicação social, que nunca deixará de ser destinatário fundamental dos serviços da Agência.

De acordo com o Plano de Atividades para 2014, o Conselho de Administração considera que foram plenamente atingidos os seguintes objetivos de curto prazo:

- Garantir o crescimento de receitas próprias;
- Ajustar a Rede da Lusa às exigências da Missão e dos Valores da Agência, garantindo sempre a qualidade do serviço noticioso;
- Manter a excelência da marca e a qualidade de serviço da Lusa, e, simultaneamente, consolidar a estratégia de sustentabilidade da operação da Agência;
- Adequar a produtividade noticiosa e ajustá-la às obrigações que foram definidas no novo contrato de Prestação de Serviço Noticioso e Informativo de Interesse Público, celebrado entre o Estado e a Lusa;
- Aprofundar o conceito de agência multimédia, formada para informação *in real time* em vários suportes mediáticos, com todos os jornalistas formados em multimédia, capaz de promover e lançar no mercado mais serviços para novas plataformas.

177 Jan
JSC [Signature]

No mesmo âmbito, o Conselho de Administração identifica os objetivos que não foram totalmente concretizados e que se entende que devem ser prosseguidos nos exercícios seguintes, a saber:

- Garantir a execução orçamental através da consolidação de uma estratégia de redução de custos, o que não foi possível alcançar devido, sobretudo, ao impacto resultante do Acórdão Tribunal Constitucional, que considerou inconstitucionais as reduções remuneratórias previstas na Lei do Orçamento de Estado para 2014.

II. Estrutura de capital

O capital social da Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S.A., integralmente realizado, é de 5.325.000 euros representado por 2.130.000 ações no valor nominal de 2,50 euros cada, e está distribuído como se apresenta:

ACIONISTAS	N.º DE AÇÕES	%	MONTANTE
Estado Português	1.068.000	50,14	2.670.000,00
Global Media Group	497.420	23,36	1.243.550,00
Impresa - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	476.064	22,35	1.190.160,00
NP - Notícias de Portugal, CRL	58.000	2,72	145.000,00
Público - Comunicação Social, S.A.	29.307	1,38	73.267,50
Rádio e Televisão de Portugal, S.A.	674	0,03	1.685,00
O Primeiro de Janeiro, S.A.	310	0,01	775,00
Empresa do Diário do Minho, Lda.	225	0,01	562,50
CAPITAL SOCIAL	2.130.000	100,00	5.325.000,00

As ações são nominativas, não podendo ser convertidas em ações ao portador, e podem revestir a forma escritural ou titulada consoante sejam representadas por registos em conta ou por documentos em papel. A Assembleia Geral poderá deliberar, a qualquer momento, a conversão dos valores mobiliários quanto à sua forma de representação, estabelecendo para o efeito um prazo razoável não superior a um ano.

Poderão ser emitidos títulos de uma, cinco, dez, cinquenta, cem, mil ou mais ações.

A Sociedade pode emitir ações preferenciais sem voto, nos termos do artigo 341.º do Código das Sociedades Comerciais, bem como obrigações com ou sem *warrants* e emitir papel comercial.

Os futuros aumentos de capital da Sociedade realizar-se-ão com observância dos direitos de preferência dos acionistas, que poderão ser objeto de limitação ou supressão nos termos previstos na Lei.

Existe um acordo parassocial entre o Estado e a NP – Notícias de Portugal, CRL., que pode conduzir a eventuais restrições.

m
JSC
JSC

III. Participações Sociais e Obrigações detidas

A Lusa detém participação nas seguintes entidades:

- A EPA – European Pressphoto Agency, uma entidade europeia criada para a prestação de serviços de fotografia e imagem. A participação da Lusa refere-se a sete ações, no valor nominal de 20.000 euros (vinte mil euros) cada, que representa 1,89% do respetivo capital social e encontra-se contabilizada ao custo de aquisição.
- O IPPS - Instituto para as Políticas Públicas e Sociais, uma entidade que tem por objeto a produção, transmissão e transferência de conhecimento científico e técnico que proporcione valor económico, social e cultural à sociedade, de modo a contribuir para a promoção de uma elevada qualidade na conceção, avaliação, regulação, supervisão e concretização das políticas públicas e de intervenção social, tendo em vista o bem-estar das populações bem como na gestão e desenvolvimento das instituições públicas e das organizações não-governamentais. A Lusa detém uma unidade de participação do capital da entidade, no montante de 10.000 euros (dez mil euros), representando 4% do respetivo capital social.

IV. Órgãos Sociais e Comissões

São órgãos sociais a Assembleia Geral, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal e os seus membros exercem as suas funções por períodos de três anos, renováveis.

Os corpos sociais da Lusa foram eleitos em Assembleia Geral de acionistas de 27 de março de 2012, para o triénio 2012-2014.

Na Assembleia Geral de 19 de janeiro de 2015, foram eleitos os seguintes membros dos órgãos sociais para o período de 2015-2017, sendo este Conselho de Administração atual o que apresenta as contas relativas ao exercício de 2014:

Mesa da Assembleia Geral

- Presidente: Elsa Maria Roncon Santos
- Vice-Presidente: António Manuel Simões da Silva
- Secretário: Rita Maria Góis de Carvalho

Conselho de Administração

- Presidente (Administradora-Delegada): Maria Teresa Prata Macias Marques
- Vice-Presidente (não executivo): João Manuel Pintado Silveira Lobo
- Vogal (não executivo): Luís Paulo Mah Silva
- Vogal (não executivo): José Carlos Barbosa Lourenço
- Vogal (não executivo): Rogério Paulo de Saldanha Pereira Vieira

Conselho Fiscal

- Presidente: Rui Filipe de Moura Gomes
- Vogal: Ana Cristina Dinis da Silva Fanha Vicente Soares
- Vogal e ROC Efetivo: Susana Catarina Iglésias Couto Rodrigues de Jesus, ROC n.º 1338
- Vogal e ROC Suplente: António Magalhães & Carlos Santos, SROC n.º 53, representada por António Monteiro de Magalhães, ROC n.º 179

Os elementos curriculares dos membros dos órgãos sociais encontram-se no Anexo I deste relatório.

As declarações de participações patrimoniais de cada um dos membros do órgão de administração encontram-se no Anexo III deste relatório (artigo 52.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro).

A identificação de todos os membros dos órgãos sociais para o mandato correspondente ao triénio 2012-2014, respetivas funções e responsabilidades no âmbito da empresa, é a seguinte:

A. Mesa da Assembleia Geral

A Assembleia Geral é composta pelos acionistas com direito de voto, não sendo permitido que às suas reuniões assistam acionistas sem direito de voto. A cada cem ações corresponde um voto em Assembleia Geral.

Não são considerados, para o efeito de participação em Assembleia Geral, os registos de transmissões de ações efetuados durante os oito dias que precedem a reunião de cada assembleia.

A Mesa da Assembleia Geral é composta por um presidente, um vice-presidente e um secretário, cujas faltas serão supridas nos termos da Lei.

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Remuneração Anual (€)	
			Fixada (€) ⁽¹⁾	Bruto Pago (€) ⁽²⁾
2012-2014	Presidente	Vitor Miguel Rodrigues Braz	275,22	275,22
2012-2014	Vice-Presidente	Denise Mendes Costa	219,87	219,87
2012-2014	Secretário	Rita Maria Góis de Carvalho	219,87	219,87

Legenda: ⁽¹⁾ - Valor da Senha de presença fixada; ⁽²⁾ - Antes de reduções remuneratórias

B. Administração e Supervisão

A administração da Sociedade é exercida por um Conselho de Administração, composto por três, cinco, sete ou nove membros eleitos em Assembleia Geral, havendo obrigatoriamente um Presidente e um Vice-Presidente.

O Conselho de Administração é integrado por um presidente, que desempenha também as funções de administrador delegado e é o único membro executivo; um vice-presidente e três vogais, não executivos.

O Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração serão designados em Assembleia Geral, tendo o Presidente voto de qualidade nas deliberações do Conselho.

O Conselho de Administração poderá ainda delegar num ou mais administradores, ou numa comissão executiva, composta obrigatoriamente por três membros, a gestão corrente da sociedade e, designadamente, as competências constantes das diversas alíneas previstas no Artigo Décimo-Terceiro do contrato social, com exceção da alínea b).

Por carta enviada ao Presidente do Conselho Fiscal, de 3 de setembro de 2014, o Presidente do Conselho de Administração renunciou ao cargo com efeitos em 31 de outubro de 2014, tendo sido, nesta data, substituído pelo Vice-presidente do Conselho de Administração.

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação Legal da atual Nomeação	N.º de Mandatos exercidos na sociedade	Observações
2012-2014	Presidente	Afonso Camões	AG	1	Cessou funções a 31-10-2014
2012-2014	Vice-Presidente (não executivo)	Rogério Gomes	AG	-	Exerceu funções executivas de 01/11 a 31/12/2014
2012-2014	Vogal (não executivo)	Graça Montalvão	AG	-	Renúncia em 28-04-2014
2012-2014	Vogal (não executivo)	José Carlos Lourenço	CA	-	Iniciou funções a 02-05-2014
2012-2014	Vogal (não executivo)	Jorge Carreira	AG	-	Renúncia em 25-03-2014
2012-2014	Vogal (não executivo)	Paulo Saldanha	AG	4	-

A macroestrutura orgânica da empresa assenta no Presidente do Conselho de Administração (PCA), que é simultaneamente o administrador-delegado, a quem compete a coordenação da atividade geral e a direção das relações institucionais e internacionais.

O apoio direto ao PCA é feito pela Secretaria Geral, que assegura a maior parte dos serviços corporativos. Tendo em conta que este lugar não se encontrou preenchido durante o ano de 2014, os diversos serviços corporativos foram,

temporariamente, integrados na Direção Administrativa e Financeira e na Direção de Operações e Mercado.

Os restantes órgãos de estrutura de primeira linha são as três direções operacionais – Informação, que assegura a produção de conteúdos noticiosos; Operações e Mercado, que controla a gestão dos sistemas de informação e promove a venda de serviços e a sua imagem; e Administrativa e Financeira, que reúne as funções de contabilidade, tesouraria, informação de gestão, compras e recursos humanos.

Organograma da macroestrutura e órgãos de estrutura de primeira linha



Em 2014 realizaram-se 12 reuniões do Conselho de Administração, na sede da empresa. O quadro seguinte apresenta a data de cada reunião e o grau de assiduidade de cada membro:

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Reuniões do Conselho de Administração em 2014												
			30-jan	28-fev	28-mar	02-mai	30-mai	27-jun	25-jul	05-set	17-out	31-out	27-nov	22-dez	
2012-2014 (até 31-10-2014)	Presidente	Afonso Camões	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	-	-
2012-2014	Vice-Presidente (não executivo)	Rogério Gomes	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	-	-
2012-2014 (01-11 a 31-12-2014)	Vice-Presidente (executivo)	Rogério Gomes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	P	P
2012-2014 (Renúncia a 28-04-2014)	Vogal (não executivo)	Graça Montalvão	P	P	P	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2014 (Início a 02-05-2014)	Vogal (não executivo)	José Carlos Lourenço	-	-	-	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P
2012-2014 (Renúncia a 25-03-2014)	Vogal (não executivo)	Jorge Carneira	P	P	P	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2012-2014	Vogal (não executivo)	Paulo Saldanha	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P

Legenda: P - Presente; A - Absente

Os cargos exercidos pelos membros do Conselho de Administração em simultâneo em outras empresas e outras atividades relevantes encontram-se descritos no Anexo I.

Considerando o previsto no n.º 17 da RCM n.º 49/2007, de 28 de março, é emitido anualmente pelos membros não executivos do Conselho de Administração um relatório de avaliação do desempenho individual do

Presidente do Conselho de Administração, bem como uma apreciação global das estruturas e dos mecanismos de governo em vigor na empresa.

Não foram constituídas comissões especializadas integrando membros do Conselho de Administração.

C. Fiscalização

O Conselho Fiscal é constituído por três membros efetivos e um suplente. Um dos vogais efetivos é Revisor Oficial de Contas (ROC) e o vogal suplente é uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (SROC).

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação Legal da atual Nomeação	N.º de Mandatos exercidos na sociedade	Observações
2012-2014	Presidente	Rui Filipe Gomes	AG	-	Data: 27-03-2012
2012-2014	Vogal e ROC efetivo	Susana Jesus	AG	-	Data: 27-03-2012
2012-2014	Vogal	Pedro Braumann	AG	-	Data: 27-03-2012
2012-2014	Vogal e ROC suplente	J. M. Almeida, Saskia Lopes & Associados	AG	-	Data: 27-03-2012

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Remuneração Anual (€)	
			Fixada (€) ⁽¹⁾	Bruto Pago (€) ⁽²⁾
2012-2014	Presidente	Rui Filipe Gomes	14.788,06	14.788,06
2012-2014	Vogal e ROC efetivo	Susana Jesus	15.750,00	15.750,00
2012-2014	Vogal	Pedro Braumann	11.831,82	11.831,82
2012-2014	Vogal e ROC suplente	J. M. Almeida, Saskia Lopes & Associados	-	-

Legenda: ⁽¹⁾ - Valor Bruto Anual fixado; ⁽²⁾ - Antes de reduções remuneratórias

Em 2014 realizaram-se 10 reuniões do Conselho Fiscal, na sede da empresa. O quadro seguinte apresenta a data de cada reunião e o grau de assiduidade de cada membro:

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Reuniões do Conselho Fiscal em 2014									
			29-jan	05-mar	28-mar	30-abr	28-mai	27-jun	30-jul	26-set	31-out	09-dez
2012-2014	Presidente	Rui Filipe Gomes	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P
2012-2014	Vogal e ROC efetivo	Susana Jesus	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P
2012-2014	Vogal	Pedro Braumann	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P
2012-2014	Vogal e ROC suplente	J. M. Almeida, Saskia Lopes & Associados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
-	Diretor Administrativo e Financeiro	José Manuel Silva	P	P	P	P	P	P	P	P	P	A

Legenda: P - Presente; A - Ausente

Os cargos exercidos pelos membros do Conselho Fiscal em simultâneo em outras empresas e outras atividades relevantes, encontram-se descritas no Anexo I.

D. Revisor Oficial de Contas (ROC)

ROC Efetivo: Dra. Susana Rodrigues de Jesus, ROC n.º 1338.

ROC Suplente: J. M. Almeida, Saskia Lopes & Associados, SROC n.º 30, representada por Dra. Saskia Marcia Ferreira Lopes, ROC n.º 1292.

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação Legal da atual Nomeação	N.º de Mandatos exercidos na sociedade	Observações
2012-2014	Vogal e ROC efetivo	Susana Jesus	AG	-	Data: 27-03-2012
2012-2014	Vogal e ROC suplente	J. M. Almeida, Saskia Lopes & Associados	AG	-	Data: 27-03-2012

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Remuneração Anual (€)	
			Fixada (€) ⁽¹⁾	Bruto Pago (€) ⁽²⁾
2012-2014	Vogal e ROC efetivo	Susana Jesus	15.750,00	15.750,00
2012-2014	Vogal e ROC suplente	J. M. Almeida, Saskia Lopes & Associados	-	-

Legenda: ⁽¹⁾ - Valor Bruto Anual fixado; ⁽²⁾ - Antes de reduções remuneratórias

De acordo com o n.º 2 do artigo 8.º dos Estatutos da Sociedade, não existe limitação legal relativamente ao número de anos em que o ROC presta contas à sociedade, uma vez que o pode fazer por um período de três anos, renovável por iguais períodos. No Código das Sociedades Comerciais, nada vem expresso em contrário.

E. Auditor Externo

Não aplicável.

V. Organização Interna

A. Estatutos e Comunicações

Os estatutos da empresa têm origem nas sociedades comerciais que estiveram na génese da Lusa – Agência de Notícias de Portugal S.A. constituída por escritura lavrada no 1.º Cartório Notarial de Lisboa no dia 19 de dezembro de 1997, registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa – 2.ª Secção em 2 de fevereiro de 1998, sendo os atos publicados em Diário de República na III Série, N.º 51, de 2 de março de 1998.

Desde então, os estatutos foram objeto de ligeiras alterações ditadas pela necessidade do seu aperfeiçoamento e adaptação a novas realidades. A versão atual encontra-se disponível em www.lusa.pt.

Não existe política definida para a comunicação de irregularidades.

A empresa possui regulamentos relativos à aquisição de bens e serviços e está obrigada a observar o regime jurídico relativo às compras públicas, o que permite mitigar a ocorrência de fraudes.

B. Controlo interno e gestão de riscos

A Lusa mantém procedimentos de controlo interno adequados à sua dimensão e complexidade, que resultam da aplicação de diretivas emanadas pelo Conselho de Administração para esse fim.

Os diretores de primeira linha, no âmbito do exercício das suas competências, são os responsáveis pelo controlo interno e pela gestão de risco, sendo as relações de dependência hierárquica face a outros órgãos da sociedade as que se apresentam no organograma constante da página 9 deste relatório.

Os principais tipos de riscos a que a sociedade se expõe no exercício da sua atividade, são os seguintes:

Económicos: Decorrentes de uma conjuntura macroeconómica adversa que afete e condicione a atividade da empresa (através de legislação fiscal ou outra), bem como a dos seus principais clientes.

Financeiros: Risco de taxa de juro e risco de crédito concedido a clientes.

Operacionais: Por via da ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou, ainda de eventos externos.

Jurídicos: Relacionados fundamentalmente com o processo produtivo (processos judiciais instaurados à empresa por “violação dos direitos de autor”, ou outras causas relacionadas com o fio noticioso).

Existe um acompanhamento, a montante dos processos, executado pelas chefias intermédias, que permite mitigar os vários riscos em que a sociedade incorre.

A Lusa tem um departamento responsável pelo controle e divulgação da informação financeira da empresa, que é veiculada através do SIRIEF, do INE, do Banco de Portugal, dos relatórios trimestrais de execução orçamental enviados à IGF e à DGTF e, ainda, o sítio da empresa na internet.

C. Regulamentos e Códigos

Além da legislação em geral aplicável às sociedades comerciais e do regime jurídico do setor Empresarial do Estado aprovado pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, a Lusa está sujeita a instrumentos jurídicos próprios pelo facto de se inserir no setor da Comunicação Social.

Entre outros, destacam-se os principais:

- Lei n.º 2/99, de 13 de janeiro, que aprovou a Lei de Imprensa com a última alteração pela Lei n.º 18/2003, de 11 de junho, que aprova o regime jurídico da concorrência e dá nova redação ao n.º 4 do artigo 4.º da Lei da Imprensa.
- Lei n.º 1/99, de 13 de janeiro, que aprovou o Estatuto do Jornalista e que foi alterada e republicada pela Lei n.º 64/2007, de 6 de novembro.



- Código Deontológico dos Jornalistas, aprovado em 4 de maio de 1993.
- Contrato de Prestação de Serviço Noticioso e Informativo de Interesse Público, celebrado entre a empresa e o Estado Português a 21 de dezembro de 2012.
- Lei n.º 53/2005, de 8 de novembro, que cria a ERC – Entidade Reguladora para a Comunicação Social.
- Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, com as alterações operadas pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, que aprovou o Estatuto do Gestor Público, e pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, que modifica as regras de recrutamento e seleção dos gestores públicos, bem como o regime aplicável aos contratos de gestão e à sua remuneração e benefícios.
- Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, que estabelece o novo regime da contratação pública e que revogou o Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de março e o Decreto-Lei n.º 197/99.
- Código de Ética da Lusa aprovado pelo Conselho de Administração em 19 de dezembro de 2008, disponível em www.lusa.pt.
- Acordo de Empresa entre a Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S.A., e o Sindicato dos Jornalistas e outros, publicado no Boletim de Trabalho e Emprego n.º 15, de 22 de abril de 2009.

Tal como referido no ponto A - Estatutos e Comunicações, deste capítulo, a empresa possui regulamentos relativos à aquisição de bens e serviços e está obrigada a observar o regime jurídico relativo às compras públicas, o que permite mitigar a ocorrência de fraudes.

Em paralelo, está em curso a elaboração do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, que se espera ter por concluído no decurso de 2015.

D. Deveres especiais de informação

A empresa utiliza a plataforma SIRIEF – Sistema de Recolha de Informação Económica e Financeira, bem como o *site* do Setor Empresarial do Estado, para o cumprimento dos deveres a que se encontra sujeita, a saber:

- De informação, nomeadamente os relativos ao reporte de informação económica e financeira (alíneas d) a i) do artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro);

- De transparência, nomeadamente os relativos a informação a prestar anualmente ao titular da função acionista e ao público em geral sobre o modo como foi prosseguida a sua missão, do grau de cumprimento dos seus objetivos, da forma como foi cumprida a política de responsabilidade social, de desenvolvimento sustentável e os termos de prestação do serviço público, e em que medida foi salvaguardada a sua competitividade, designadamente pela via da investigação, do desenvolvimento, da inovação e da integração de novas tecnologias no processo produtivo (n.º 1 do artigo 45.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro).

Esta informação também se encontra disponível em permanência no *site* da Lusa, de acordo com o n.º 3 do artigo 45.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro.

E. Sítio da Internet

Todas as informações disponíveis em www.lusa.pt, conforme quadro infra:

Informação a constar no Site da Empresa	Divulgação			Comentários
	S	N	N.A.	
Existência de Site	X			
Sede e demais elementos mencionados no artigo 171.º do CSC	X			
Historial, Visão, Missão e Estratégia	X			
Organigrama	X			
Órgãos Sociais e Modelo de Governo:				
Identificação dos órgãos sociais	X			
Identificação das áreas de responsabilidade do CA	X			
Identificação de comissões existentes na sociedade			X	
Identificar sistemas de controlo de riscos	X			
Remuneração dos órgãos sociais	X			
Regulamentos Internos e Externos	X			
Transações fora das condições de mercado			X	
Transações relevantes com entidades relacionadas	X			
Análise de sustentabilidade Económica, Social e Ambiental	X			
Código de Ética	X			
Relatório e Contas	X			
Obrigações e Contrato de Serviço Público	X			
Provedor do cliente			X	

Legenda:

S - Sim

N - Não

N.A. - Não Aplicável

F. Prestação de Serviço Público ou de Interesse Geral

A 21 de dezembro de 2012, foi celebrado entre o Estado e a Lusa um Contrato de Prestação de Serviço Noticioso e Informativo de Interesse Público (doravante Contrato), a vigorar no triénio 2013-2015, que fixou como contrapartida o valor de 10,7 milhões de euros, menos 31,3% do que o contrato anterior, efeito da estratégia de consolidação orçamental implementada no âmbito do Programa de Assistência Económica e Financeira, que determinou a redução da despesa pública por parte do Estado.

Handwritten notes and signatures in the top right corner, including the initials "JSL" and several scribbles.

O Contrato define o conjunto de obrigações da Lusa perante o Estado, os mecanismos de controlo da sua execução e o valor da Indemnização Compensatória a pagar em contrapartida dos serviços prestados.

A primeira obrigação da Lusa, no âmbito do Contrato, é a produção de “um serviço de notícias global [...] suscetível de contribuir para a informação dos cidadãos e o exercício da cidadania e para a promoção da coesão nacional e a projeção dos interesses nacionais no exterior”, [Cláusula Quarta, 1 a)].

Este serviço global deve respeitar em média, por dia, os parâmetros seguintes:

- i. Texto – entre 300 e 400 notícias;
- ii. Fotografia – entre 30 e 50 fotos;
- iii. Áudio – entre 10 e 20 registos;
- iv. Vídeo – entre 5 e 10 registos.

O Contrato determina que, a partir da produção global de notícias, a Lusa distribua “serviços noticiosos especificamente adequados” a diversos tipos de destinatários que os recebam ao abrigo do serviço público [Cláusula Quarta, n.º 1, alínea b)], e estipula o número de notícias a fornecer em cada formato.

Nos termos da Cláusula Sexta do Contrato, a Lusa compromete-se a facultar ao Estado “toda a informação relevante para a verificação do cumprimento do serviço noticioso e informativo de interesse público e para a respetiva prestação de contas”, nomeadamente, “um relatório anual das atividades relativas à prestação do serviço de interesse público do exercício anterior, com identificação dos custos efetivos das obrigações com o serviço de interesse público, bem como dos proveitos efetivos obtidos, determinados de acordo com os critérios definidos no Anexo I” ao Contrato, e o grau de cumprimento das suas obrigações contratuais relativamente aos níveis de produção, à qualidade do serviço prestado e à evolução dos custos e dos proveitos associados à atividade desenvolvida no âmbito do serviço público.

O Contrato está disponível no *site* da empresa, www.lusa.pt.

VI. Remunerações

A. Competência para a Determinação

As remunerações dos membros dos órgãos sociais são fixadas pela Assembleia Geral ou por uma comissão de acionistas por ela nomeada.

A determinação da remuneração é como se apresenta:

Remuneração dos membros dos órgãos sociais	Comissão de Fixação de Remunerações da LUSA
Remuneração dos membros da Comissão executiva	Comissão de Fixação de Remunerações da LUSA
Remuneração dos dirigentes	AE LUSA, BTE - n.º 15/2009, de 22 abril/Contrato individual de trabalho

Os mecanismos adotados para prevenir a existência de conflitos de interesses estão vertidos na secção segunda dos Estatutos da empresa, respeitante ao Conselho de Administração e ao seu funcionamento.

As declarações de independência para cada um dos membros do Conselho de Administração (executivos e não executivos) encontram-se no Anexo II deste relatório.

B. Comissão de Fixação de Remunerações

A Comissão de Fixação de Remunerações da Lusa tem a seguinte composição:

Presidente: Rita Maria Pereira da Silva
 Vogal: Sara Alexandra Duarte Ambrósio
 Vogal: Manuel Coelho Gonçalves Soares

C. Estrutura das Remunerações

As remunerações dos órgãos sociais da Lusa, em vigor no ano de 2014, foram fixadas pela Comissão de Fixação de Remunerações em 18 de setembro de 2006.

A política de remunerações dos órgãos de administração e de fiscalização é consoante se apresenta no ponto seguinte.

D. Divulgação das Remunerações

D1. Mesa da Assembleia Geral

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Remuneração Anual (€)	
			Fixada (€) ⁽¹⁾	Bruto Pago (€) ⁽²⁾
2012-2014	Presidente	Vitor Miguel Rodrigues Braz	275,22	275,22
2012-2014	Vice-Presidente	Denise Mendes Costa	219,87	219,87
2012-2014	Secretário	Rita Maria Góis de Carvalho	219,87	219,87

Legenda: ⁽¹⁾ - Valor da Senha de presença fixada; ⁽²⁾ - Antes de reduções remuneratórias

D2. Conselho de Administração

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Remuneração Anual (€)						
			Variável	Fixa**	Outra	Redução Lei 12-A/2010	Redução (Lei OE)	Redução anos anteriores	Bruta após Reduções
2012-2014 (até 31-10-2014)	Presidente	Afonso Camões	0,00	86.099,13	0,00	4.304,84	5.998,26	0,00	75.796,03
2012-2014	Vice-Presidente (não executivo)	Rogério Gomes	0,00	0,00	3.500,00	175,00	0,00	0,00	3.325,00
2012-2014 (01-11 a 31-12-2014)	Vice-Presidente (executivo)	Rogério Gomes	0,00	14.838,81	0,00	741,94	1.409,68	0,00	12.667,19
2012-2014 (Renúncia a 28-04-2014)	Vogal (não executivo)	Graça Montalvão	0,00	0,00	900,00	45,00	45,00	0,00	810,00
2014 (Início a 02-05-2014)	Vogal (não executivo)	José Carlos Lourenço	0,00	0,00	2.700,00	135,00	0,00	0,00	2.565,00
2012-2014 (Renúncia a 25-03-2014)	Vogal (não executivo)	Jorge Carreira	0,00	0,00	900,00	45,00	0,00	0,00	855,00
2012-2014	Vogal (não executivo)	Paulo Saldanha	0,00	0,00	3.600,00	180,00	0,00	0,00	3.420,00

Nota: Redução de anos anteriores: refere a remunerações regularizadas no ano em referência pertencentes a anos anteriores

* Indicar os motivos subjacentes a este procedimento

** Inclui a remuneração e despesas de representação

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Sub. Refeição	Benefícios Sociais (€)						
				Regime de Proteção Social		Seguro de Saúde	Seguro de vida	Seguro de acidentes pessoais	Outros	
				Identificar	Valor				Identificar	Valor
2012-2014 (até 31-10-2014)	Presidente	Afonso Camões	0,00	Seg. Social	18.001,56	423,80	0,00	0,00	Seguro acíd. trab. e doenças prof.	382,21
2012-2014	Vice-Presidente (não executivo)	Rogério Gomes	0,00	Seg. Social	789,69	0,00	0,00	0,00	-	0,00
2012-2014 (01-11 a 31-12-2014)	Vice-Presidente (executivo)	Rogério Gomes	0,00	Seg. Social	3.013,21	60,04	0,00	0,00	Seguro acíd. trab. e doenças prof.	59,76
2012-2014 (Renúncia a 28-04-2014)	Vogal (não executivo)	Graça Montalvão	0,00	-	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
2014 (Início a 02-05-2014)	Vogal (não executivo)	José Carlos Lourenço	0,00	Seg. Social	609,19	0,00	0,00	0,00	-	0,00
2012-2014 (Renúncia a 25-03-2014)	Vogal (não executivo)	Jorge Carreira	0,00	Seg. Social	203,06	0,00	0,00	0,00	-	0,00
2012-2014	Vogal (não executivo)	Paulo Saldanha	0,00	Seg. Social	812,25	0,00	0,00	0,00	-	0,00

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Gastos com comunicações Móveis (€)		
			Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
2012-2014 (até 31-10-2014)	Presidente	Afonso Camões	-	1.475,67	
2012-2014	Vice-Presidente (não executivo)	Rogério Gomes	-	0,00	
2012-2014 (01-11 a 31-12-2014)	Vice-Presidente (executivo)	Rogério Gomes	-	86,86	
2012-2014 (Renúncia a 28-04-2014)	Vogal (não executivo)	Graça Montalvão	-	0,00	
2014 (Início a 02-05-2014)	Vogal (não executivo)	José Carlos Lourenço	-	0,00	
2012-2014 (Renúncia a 25-03-2014)	Vogal (não executivo)	Jorge Carreira	-	0,00	
2012-2014	Vogal (não executivo)	Paulo Saldanha	-	0,00	

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Encargos com Viaturas								
			Viatura atribuída	Letificação de contrato	Valor da referência da viatura	Modalidade ⁽¹⁾	Ano Início	Ano Termo	Nº Prestações	Valor da Rendia Mensal	Valor Anual
2012-2014 (até 31-10-2014)	Presidente	Afonso Camões	S	S	42.684,58 ⁽²⁾	Renting	2013	2016	36	646,28	6.462,80
2012-2014	Vice-Presidente (não executivo)	Rogério Gomes	N	N	-	-	-	-	-	-	-
2012-2014 (01-11 a 31-12-2014)	Vice-Presidente (executivo)	Rogério Gomes	S	S	42.684,58 ⁽²⁾	Renting	2013	2016	36	646,28	1.292,56
2012-2014 (Renúncia a 28-04-2014)	Vogal (não executivo)	Graça Montalvão	N	N	-	-	-	-	-	-	-
2014 (Início a 02-05-2014)	Vogal (não executivo)	José Carlos Lourenço	N	N	-	-	-	-	-	-	-
2012-2014 (Renúncia a 25-03-2014)	Vogal (não executivo)	Jorge Carreira	N	N	-	-	-	-	-	-	-
2012-2014	Vogal (não executivo)	Paulo Saldanha	N	N	-	-	-	-	-	-	-

Legenda: ⁽¹⁾ aquisição ALD, Leasing ou outra; ⁽²⁾ Viatura atribuída ao Presidente até 31-10-2014 e ao Vice-Presidente (executivo) entre 01-11 e 31-12-2014

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Plafond mensal definido para combustível	Gastos anuais associados a Viaturas (€)				Observações
				Combustível	Portagens	Outras Reparações	Seguro	
2012-2014 (até 31-10-2014)	Presidente	Afonso Camões	400 litros	4.590,28	2.431,35	1.469,40	735,30	
2012-2014	Vice-Presidente (não executivo)	Rogério Gomes	-	0,00	0,00	0,00	0,00	
2012-2014 (01-11 a 31-12-2014)	Vice-Presidente (executivo)	Rogério Gomes	400 litros	837,74	372,20	291,82	147,06	
2012-2014 (Renúncia a 28-04-2014)	Vogal (não executivo)	Graça Montalvão	-	0,00	0,00	0,00	0,00	
2014 (Início a 02-05-2014)	Vogal (não executivo)	José Carlos Lourenço	-	0,00	0,00	0,00	0,00	
2012-2014 (Renúncia a 25-03-2014)	Vogal (não executivo)	Jorge Carreira	-	0,00	0,00	0,00	0,00	
2012-2014	Vogal (não executivo)	Paulo Saldanha	-	0,00	0,00	0,00	0,00	

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço					Gasto total com viagens (1)
			Deslocações em Serviço	Custo com Alojamento	Ajudas de custo	Outras		
						Identificar	Valor	
(€)	(€)	(€)	(€)	(€)	(€)			
2012-2014 (até 31-10-2014)	Presidente	Afonso Camões	5.199,27	2.955,84	683,57	Locs, viatos, seguro viagem, etc.	375,95	9.214,63
2012-2014	Vice-Presidente (não executivo)	Rogério Gomes	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
2012-2014 (01-11-2014-31-12-2014)	Vice-Presidente (executivo)	Rogério Gomes	275,75	1.817,00	0,00		0,00	2.092,75
2012-2014 (Remuneração a 28-04-2014)	Vogal (não executivo)	Gráça Maranhão	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
2014 (Início a 02-05-2014)	Vogal (não executivo)	Imé Carlos Lourenço	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
2012-2014 (Remuneração a 25-03-2014)	Vogal (não executivo)	Ilma Carneira	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
2012-2014	Vogal (não executivo)	Paulo Saldanha	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00

D3. Órgão de Fiscalização

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Remuneração Anual (€)	
			Fixada (€) ⁽¹⁾	Bruto Pago (€) ⁽²⁾
2012-2014	Presidente	Rui Filipe Gomes	14.788,06	14.788,06
2012-2014	Vogal e ROC efetivo	Susana Jesus	15.750,00	15.750,00
2012-2014	Vogal	Pedro Braumann	11.831,82	11.831,82
2012-2014	Vogal e ROC suplente	J. M. Almeida, Saskia Lopes & Associados	-	-

Legenda: ⁽¹⁾ - Valor Bruto Anual fixado; ⁽²⁾ - Antes de reduções remuneratórias

VII. Transações com partes Relacionadas e Outras

A. Informação sobre as transações relevantes com entidades relacionadas

A Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S.A. tem uma participação na EPA – European Pressphoto Agency de 7 ações no valor nominal de € 20.000 (vinte mil euros) cada, que representam 1,89% do capital.

Os saldos pendentes com as entidades relacionadas e as transações efetuadas no período, com essas mesmas entidades, estão evidenciados no quadro seguinte:

Acionistas	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
Estado Português	0,00	13.200.483,00	13.200.483,00	0,00
Global Media Group	266.921,24	538.767,48	492.671,53	313.017,19
Global Notícias, Publicações	169.287,18	358.057,50	304.087,59	223.257,09
Global Notícias - Ag. Informação Imagem	4.424,31	4.143,87	4.885,56	3.682,62
Rádio Notícias (TSF)	68.335,47	106.975,93	108.329,12	66.982,28
Jornal do Fundão	4.158,88	5.102,54	7.214,77	2.046,65
Diário de Notícias do Funchal	9.487,35	38.276,40	41.329,85	6.433,90
Açormédia	11.228,05	26.211,24	26.824,64	10.614,65
Impresa-Sociedade Gestora De Participações Sociais, S.A.	121.502,95	478.778,22	409.320,07	190.961,10
Impresa Publishing, S.A.	27.933,60	106.540,11	98.852,92	35.620,79
SIC - Soc. Ind. De Comunicação, S.A.	75.577,23	326.875,74	267.483,60	134.969,37
Medipress - Soc. Jornalist. E Editor., Lda	17.992,12	45.362,37	42.983,55	20.370,94
NP - Notícias de Portugal, CRL	4.597,55	2.467,50	0,00	7.065,05
Publico - Comunicação Social, S.A.	15.767,25	113.704,92	111.024,11	18.448,06
Rádio e Televisão de Portugal, S.A.	58.292,18	443.275,58	380.108,24	121.459,52
O Primeiro de Janeiro, S.A.	81.832,79	0,00	0,00	81.832,79
Empresa do Diário do Minho, LDA.	1.558,26	18.699,12	17.140,86	3.116,52
	550.472,22	14.796.175,82	14.610.747,81	735.900,23

TML
JSL

B. Informação sobre outras transações

B1. Procedimentos adotados em matéria de aquisição de bens e serviços

Além da legislação aplicável para a contratação pública, todas as aquisições são objeto de um processo de compra organizado pelo Serviço de Compras e Económico, integrado na Direção Administrativa e Financeira, nos termos do Regulamento de Compras da Lusa.

O processo de compra inicia-se pela consulta ao mercado que é dirigida a pelo menos três potenciais fornecedores. Para aquisições de valor igual ou superior a 500 euros é obrigatória a obtenção de pelo menos três propostas escritas dos potenciais fornecedores.

B2. Universo das transações que não tenham ocorrido em condições de mercado

Não ocorreram.

B3. Lista de fornecedores que representem mais de 5% dos fornecimentos e serviços externos

Apenas dois fornecedores tiveram vendas à Lusa cujo valor ultrapassou os 5% do total de fornecimentos e serviços externos: a PT Comunicações e a Açoreana Seguros com 715.900,66 euros e 225.544,08 euros (IVA incluído), respetivamente.

VIII. Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios económicos, social e ambiental

O Conselho de Administração manteve o rumo prosseguido nos exercícios anteriores visando a recuperação económica e financeira da sociedade, alicerçada no rigor da gestão, na contenção de custos e no aumento de proveitos.

O Plano de Atividades definiu um conjunto de objetivos principais para o exercício de 2014, traçou ações a médio e curto prazo e precisou os objetivos setoriais para as diferentes áreas de estrutura da Agência.

O Conselho de Administração considera que foram atingidos os principais objetivos de curto prazo, definidos para o exercício que ora finda.

Como principais riscos para a atividade e para o futuro da empresa, a Lusa identifica a redução do valor do contrato com o Estado e o agravamento da crise no mercado tradicional de comunicação social.

Handwritten notes and signatures in the top right corner, including the letters 'SSC' and several illegible scribbles.

No paradigma das suas operações, a Lusa garante a promoção da igualdade de oportunidades, de respeito pelos direitos humanos, e de não discriminação; adota critérios de sustentabilidade social e desenvolve políticas e práticas de equidade na ligação aos seus clientes e de respeito pelas suas expectativas em relação ao serviço da Agência.

Quanto à gestão de recursos humanos, a Lusa promove a valorização individual alicerçada no mérito.

A Lusa não faz distinção de género entre os seus trabalhadores e respeita o princípio da igualdade de oportunidades. Com efeito, o ponto 5.5 do código de Ética da Agência estipula que “a Lusa assegura a todos os seus colaboradores a progressão na carreira profissional em condições de igualdade de oportunidades, sem quaisquer discriminações, de acordo com o mérito individual e na observância de regulamento próprio.”

Em 31 de dezembro de 2014, entre os 264 trabalhadores, 132 eram homens (50,0%) e 132 mulheres (50,0%). O grupo Jornalistas tinha 209, sendo que 106 eram homens (50,7%) e 103 eram mulheres (49,3%). Entre os 209 elementos, 181 pertencem ao efetivo ao serviço (compara com 177 em 2013), 16 estão em situação de pré-reforma e 12 estão requisitados ou com licenças sem retribuição.

A estrutura de quadros de chefias é repartida por 46 homens e 22 mulheres.

Os órgãos sociais são integrados por 6 homens e 2 mulheres.

O Conselho de Administração manteve o apoio às atividades do Clube Lusa cuja intervenção continua a revestir-se de especial significado, porquanto presta um serviço socialmente relevante aos seus associados – antigos e atuais trabalhadores da Agência Lusa – através da promoção de iniciativas culturais e recreativas que, pela interação dos participantes, fomentam um saudável espírito de grupo, e propiciam o desenvolvimento de dinâmicas de cultura empresarial favorável aos objetivos da Agência.

No âmbito da luta contra a pobreza e a exclusão social, a Lusa mantém um protocolo com a CAIS – Associação de Solidariedade Social, desde 1 de janeiro de 2007, através do qual, nomeadamente, garante apoio à instituição na edição da revista Cais com cedência gratuita de fotografias, notícias e reportagens; colaboração na implementação da Agência de Comunicação CAIS e na produção de conteúdos de uma revista de atualidade.

A Lusa adota políticas de proteção ambiental, nomeadamente, no que se refere à periódica verificação da qualidade do ar das instalações da sua sede, ao tratamento e reciclagem de lixos, e redução de impressão de fotocópias por via do projeto “paper less”.

Ao nível da eficiência energética, a Lusa cumpre as normas de certificação do seu edifício-sede e, nos termos do Decreto-Lei n.º 104/2010 de 29 de setembro, procurou fornecedores alternativos no mercado livre e logrou reduzir a fatura energética.

A Lusa contribuiu para a inclusão social (empregabilidade) não fazendo quaisquer discriminações nem aceção de pessoas.

A qualidade dos serviços prestados pela Lusa, nos termos da Cláusula Sexta do Contrato de Prestação de Serviço Noticioso e Informativo de Interesse Público, celebrado entre o Estado e a Lusa, em 21 de dezembro de 2012, para vigorar no triénio 2013-2015, é monitorizada pelo Gabinete para os Meios de Comunicação Social. O rigor e a qualidade do trabalho produzido pela Lusa são assinalados em testemunhos do Gabinete para os Meios de Comunicação Social e, em geral, pelos clientes da Agência que destacam, em primeiro lugar, o rigor e a isenção das notícias e a distribuição rápida dos serviços noticiosos. Nas restantes áreas da atividade da Lusa, realçam a fiabilidade e a rapidez da informação prestada.

No âmbito da inovação/modernização a Lusa mantém a sua participação na Minds International onde segue e acompanha os temas relevantes do futuro da indústria.

Em termos de planos de ação para o futuro, a Lusa considera essencial a prossecução da estratégia como agência multimédia a produzir e distribuir informação para várias plataformas, mantendo o elevado grau de desempenho no cumprimento do serviço público que lhe está cometido.

IX. Avaliação do Governo Societário

A Lusa adota os Princípios de Governo Societário definidos no Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, que considera cumpridos.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO,

The image shows four handwritten signatures in black ink, arranged vertically. The signatures are stylized and cursive, typical of formal documents. The top signature is the most legible, appearing to start with 'Miguel'. The other three are more abstract and difficult to decipher.

TM
JAL
JSC

ANEXO I

ELEMENTOS CURRICULARES DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

MANDATO 2012-2014

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente da Mesa da Assembleia Geral

Vítor Miguel Rodrigues Braz

Data de Nascimento: 28 de dezembro de 1965

Habilitações Académicas

Licenciado em Direito. Pós-graduação em Gestão e Controlo Públicos. Cursos de especialização em Direito do Ambiente, Alta Direção e em Gestão Estratégica.

Atividade Profissional

Auditor Chefe do Tribunal de Contas desde fevereiro de 2009. Inspetor da Inspeção-Geral de Finanças desde maio de 1992. Nomeado Inspetor de Finanças Chefe, precedendo concurso, em fevereiro de 2002.

Consultor do Instituto Superior Técnico de 1998 a 2005. Vogal do Júri dos Concursos do Departamento de Jogos da S.C.M. de Lisboa de 1997 a 2009.

Assessor do Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças do XIV Governo Constitucional e dos Secretários de Estado dos Assuntos Fiscais dos XV e XVI Governos Constitucionais.

Presidente da Mesa da Assembleia de empresas públicas e de empresas participadas pelo Estado. Representante do Ministério das Finanças em Comissões Interministeriais e em Assembleias Gerais de empresas públicas e da IGF nos Comitês de Recursos Próprios IVA e Tradicionais da Comissão Europeia, de 2003 a 2009.

Membro da Comissão de elaboração do projeto de Lei Geral Tributária e de grupos de trabalho, no Ministério das Finanças e na UCLEFA, nos domínios da fiscalidade, da titularização de créditos, do combate ao planeamento fiscal abusivo e à criminalidade económica, financeira e fiscal.

Orador em seminários e conferências sobre auditoria e fiscalidade, com destaque para as Conferências Internacionais “The Lisbon Strategy and the Fight Against Tax Fraud in the EU” e “Octopus Interface Conference”, esta realizada pelo Conselho da Europa e tendo a intervenção como tema “The challenge of fraud in the VAT system”.

Autor de estudos sobre auditoria e fiscalidade, com destaque para o estudo sobre os efeitos tributários da Concordata celebrada entre a Santa Sé e o Estado Português, solicitado pelo Senhor Ministro das Finanças do XVI Governo Constitucional.

Louvores

Louvores do Senhor Ministro das Finanças do XIII Governo Constitucional, do Senhor Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças do XIV Governo Constitucional e dos Senhores Secretários de Estado dos Assuntos Fiscais dos XV e XVI Governos Constitucionais.

Handwritten initials and signatures in the top right corner, including "JSC" and a signature.

Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral

Denise Mendes da Costa Silva Pires

Data de Nascimento: 18 de julho de 1974

Habilitações Académicas

Licenciada em Direito pela Universidade Lusíada de Lisboa (1998), tendo sido admitida na Ordem dos Advogados em 2000.

Atividade Profissional

Em 1998 iniciou o seu percurso profissional como Advogada na sociedade PLMJ – Sociedade de Advogados RL.

De 2001 a 2004 exerce funções como Assessora Jurídica e Diretora de Recursos Humanos das empresas do Grupo Rediscom.

Em junho de 2004 entra no Grupo Portugal Telecom, para a Lusomundo Media, como Assessora Jurídica, funções que exerce até agosto de 2005, data em que o Grupo Controlinveste adquire a Lusomundo Media. Nessa data é nomeada Diretora de Serviços Jurídicos e Secretária-Geral do Grupo Controlinveste, funções que exerce até ao presente.

É vogal do Conselho Fiscal do Instituto Civil de Autodisciplina da Comunicação Comercial (ICAP) e Secretária da Mesa da Assembleia Geral de diversas sociedades.

Handwritten initials and signatures in the top right corner, including "JSL" and a signature.

Secretário da Mesa da Assembleia Geral

Rita Maria Góis de Carvalho

Data de Nascimento: 18 de dezembro de 1976

Habilitações Académicas

Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 1999.

Atividade Profissional

Técnica Superior na Direção-Geral do Tesouro e Finanças (desde 1 de março de 2015);

Diretora dos Serviços Jurídicos e de Contencioso da Secretaria Geral do Ministério da Justiça (desde 1 de junho de 2012 até 1 de março de 2015);

Técnica Superior na Direção-Geral do Tesouro e Finanças (de 15 de agosto de 2011 a 1 de junho de 2012);

Subdiretora-Geral do Tesouro e Finanças (de maio de 2010 a 15 de agosto de 2011);

Adjunta do Secretário de Estado do Tesouro e Finanças do XVIII Governo Constitucional (de outubro de 2009 a maio de 2010);

Assessora do Secretário de Estado do Tesouro e Finanças do XVII Governo Constitucional (de junho de 2006 a outubro de 2009);

Chefe da Divisão de Estudos Patrimoniais da Direção-Geral do Património (de julho de 2005 a junho de 2006);

Técnica Superior na Direção-Geral do Património (de março de 2000 a julho de 2005);

Advogada Estagiária (1999 e 2000).

TM
JSC

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente (Administrador Delegado) – até 31 de outubro de 2014

Amável Afonso Barata Camões

Data de Nascimento: 12 de novembro de 1956

Habilitações Académicas

Diplomado em jornalismo pelo CFPJ, Paris e pós-graduado pela Universidade Moderna de Lisboa.

Atividade Profissional

Presidente do Conselho de Administração e Administrador Delegado da Lusa, eleito em Assembleia Geral de 27 de março de 2012.

Presidente do Conselho de Administração e Administrador Delegado da Lusa, eleito em Assembleia Geral de 27 de março de 2009.

Vogal não executivo do Conselho de Administração da Lusa, eleito em Assembleia Geral de 31 de março de 2006 para o mandato 2006-2008.

Administrador Executivo da Controlinveste Media, SGPS, com a responsabilidade editorial de todos os meios do grupo, e gerente da Jornal do Fundão Editora, da Açormedia, e da Empresa Diário de Notícias/Madeira, no período compreendido entre agosto de 2005 e abril de 2009.

Jurado dos Prémios Internacionais de Jornalismo Rei de Espanha e do Prémio D. Quixote de Jornalismo.

É membro do Conselho Geral do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL) e do Conselho Geral da Associação Portuguesa de Radiodifusão. Foi Vice-Presidente da Associação Portuguesa de Imprensa no período 2005-2009.

Enquanto jornalista começou por colaborar no Jornal do Fundão e no Reconquista (1974 e 1975) e foi fundador da revista "Praxis, da Faculdade de Economia do Porto (1976-78).

Obteve o título profissional de jornalista em O Primeiro de janeiro (1979) e colaborou depois em O Jornal e no Expresso, de que foi editor.

Para além de colaborações dispersas por revistas como Espaço T Magazine, Mais e Espaço T Portugal (1981/82), foi membro da equipa fundadora do Semanário", chefe da delegação do Porto e Redator Principal do Semanário.

Foi também administrador da Informarte, Informação Regional, SA, fundador e diretor da Gazeta do Interior e consultor da Sojormedia (Grupo Lena).

Em Macau, entre 1991 e 1999, foi Diretor de Comunicação Social e administrador da Teledifusão de Macau, SA (TDM), integrou o Grupo de Trabalho para a TV por Cabo; foi diretor da revista "Macau" e fez parte do Conselho de Redação da Revista "Administração".

Em Singapura fez o curso de "Crisis Management".

Distinguido com o Prémio Internacional de Jornalismo-Revelação, atribuído pelo Governo e pela Associação de Imprensa mexicanos (1982), Afonso Camões obteve também um Louvor por Dedicção, publicado em Boletim Oficial (Macau, 1992), a Medalha de Prata da Cidade de Castelo Branco (1994) e

TM
JSL
JSL

uma Medalha de Mérito Profissional, no Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas (Macau, 1999).

Handwritten signatures and initials: "JSL" and other illegible marks.

Vice-Presidente (não executivo) – até 31 de outubro de 2014

Vice-Presidente (executivo) – de 1 de novembro a 31 de dezembro de 2014

Rogério Manuel Caniceiro Pereira Gomes

Data de Nascimento: 16 de novembro de 1954

Habilitações Académicas

Frequência universitária - Faculdade de Medicina da Universidade do Porto (1973/1976)

Formação profissional no CFPJ - Centre de Formation et Perfectionnement des Journalistes de Paris (1981)

Bolseiro do German Marshall Fund, nos EUA, no ano de 1992

Pós-graduação em Assessoria de Comunicação na Escola Superior de Jornalismo do Porto (2006)

Certificado de Aptidão Profissional para Formação Inicial de Formadores, obtido na Escola de Negócios e Administração de Vila Nova de Gaia

Atividade Profissional

Carteira Profissional de jornalista (nº 467) desde 1 de julho de 1978

Jornalista em "O Primeiro de Janeiro" (1978/1982)

Delegado no Porto da revista "Grande Reportagem" (1ª versão - 1982/83)

Chefe de Redação de "O Primeiro de Janeiro" (1983/85)

Chefe de Redação de "O Comércio do Porto" (1985/86)

Jornalista na delegação do "Expresso" no Porto (1987/1989)

Delegado no Porto do "Expresso" (1989)

Redator Principal e Editor da secção de Economia do "Público", no Porto (1989/1994)

Diretor Adjunto de "O JOGO" (1994/2003)

Diretor de "O Comércio do Porto" (2003/2005)

Administrador executivo da Águas de Gaia EM (2005/2007)

Administrador da Sojormédia Norte (2009)

Diretor do semanário "Grande Porto" (2010/2011)

Acionista principal do semanário "Grande Porto" (2011)

Secretário-Geral da Águas de Gaia EM (2007/2013)

*M
Hun
A
JSL*

Vogal do Conselho de Administração – Renúncia a 28 de abril de 2014

Graça Maria Valente Nunes Montalvão Fernandes

Data de Nascimento: 12 de março de 1948

Habilitações Académicas

Licenciatura em Economia pela Faculdade de Economia do Porto/1971-72

Atividade profissional

Desde 1989 - Quadro dirigente da Direção Geral do Tesouro, sendo Diretora de Serviços desde março de 1993;

De 1972 a 1989 - Técnica superior do quadro da Direção-Geral do Tesouro e do Gabinete para a Cooperação Económica Externa, do Ministério das Finanças, do Serviço Central de Pessoal do Ministério da Reforma Administrativa e dos Serviços de Planeamento e Integração Económica de Moçambique.

Outras Funções Profissionais

Presidente do Conselho de Garantias de Financiamento à Exportação e ao Investimento;

Vogal da Comissão Permanente de Contrapartidas;

Presidente do Conselho Fiscal da E.P., S.A., desde novembro de 2007;

Presidente do Conselho Fiscal da NAV, EPE, de 2004 a novembro de 2007;

Vogal da Comissão de Fiscalização do IFADAP, de 1999 a 2003;

Vogal da Comissão Diretiva do FEARC/ Fundo Extraordinário de Ajuda à Reconstrução do Chiado, de 1998 a 2002;

Vogal do Conselho Fiscal da Hidroelétrica de Cahora-Bassa, de 1993 a 2000;

Presidente do Comité do art.º 9º do BEI, para os países do Mediterrâneo, no período de julho 1996 a junho 1997;

Presidente do Comité art.º 28 do BEI, para os países ACP, no período de julho de 1995 a junho de 1997.



Vogal do Conselho de Administração – Início a 2 de maio de 2014

José Carlos Barbosa Lourenço

Data de Nascimento: 7 de agosto de 1968

Habilitações Académicas

Licenciou-se em Economia no Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) - Universidade Técnica. Possui Pós-Graduações em Logística e Distribuição, pelo Instituto Superior de Transportes (1997) e em e-commerce, pelo Instituto Superior de Economia e Gestão (2000). Em 2014 concluiu com aprovação o Programa de Alta Direção de Empresas (PADE), na escola de negócios AESE.

Atividade Profissional

Em 1992 iniciou a sua carreira profissional no escritório de Lisboa da Arthur Andersen, onde desempenhou funções de auditor e consultor, período durante o qual desenvolveu projetos em áreas de negócio tão distintas como telecomunicações, transportes aéreos, mineração, pasta de papel, cabos elétricos, impressão, entre vários outros.

Em 1996 transferiu-se para a multinacional inglesa da área da logística Tibbett & Britten, onde começou por desempenhar as funções de diretor administrativo e financeiro da operação portuguesa. Ascendeu às funções de diretor-geral em Portugal em meados de 1997, onde se manteve até setembro de 1999. Durante este último período fez igualmente parte do board ibérico do Grupo.

Em 1999 aceitou o convite para ajudar a relançar a atividade da Vasp, uma das cinco distribuidoras de publicações existentes à época, na qualidade de diretor-geral. Manteve-se neste cargo até meados de 2008, período durante o qual a Vasp subiu do 3º lugar no ranking que então ocupava para a liderança absoluta do mercado em Portugal, com uma quota superior a 60%. Ao longo deste processo a Vasp atingiu não só relevante crescimento orgânico, como liderou o movimento de consolidação do setor.

Em junho de 2008 iniciou funções como CEO da Impresa Publishing, unidade do Grupo Impresa que reunia as marcas de imprensa (Expresso, Visão, Caras, Exame, Activa entre outras, num total de 22 projetos). Na sequência da reorganização do Grupo Impresa ocorrida em outubro de 2012, passou a desempenhar funções na Comissão Executiva do Grupo, na qualidade de COO para as áreas Comercial e de Marketing de todas as marcas (incluindo as marcas de televisão, como SIC, SIC Notícias, SIC Radical e SIC Mulher, e as demais marcas digitais e da área de imprensa).

Em setembro de 2013, após sair do Grupo Impresa, fundou a empresa de consultadoria J.Lourenço Business Consulting dedicada ao apoio de PME's em áreas estratégicas e operacionais, desempenhando as funções de CEO.

Desde março de 2014 passou a integrar o Conselho de Administração do Grupo Controlinveste Conteúdos, fazendo parte da Comissão Executiva onde desempenha as funções de Chief Operations Officer (COO). No âmbito destas funções é responsável pelos pelouros Editorial, Comercial, Marketing, Produção (incluindo o negócio de impressão detido a 100% pelo Grupo) e Distribuição (incluindo a unidade especializada em logística e marketing direto que o Grupo detém a 100% nesta área).

Para além das funções executivas atrás descritas, desempenha o lugar de Administrador não Executivo da Lusa e ainda, em representação do Grupo, outros lugares não executivos em diversos conselhos de gerência e de administração em empresas associadas e em joint-ventures detidas com parceiros, e em associações ligadas ao sector dos Media.

17
JSL
JSL

Sociedades em que exerce funções / cargos sociais

Global Notícias, Publicações, S.A.

Global Notícias - Agência de Informação e Imagens, S.A.

Rádio Notícias - Produções e Publicidade, S.A.

Jornal do Fundão, Editora, Lda.

Açormedia - Comunicação, Multimédia e Edição de Publicações, S.A.

Naveprinter - Indústria Gráfica do Norte, S.A.

Rádio Jornal do Norte, Lda.

TSF - Rádio Jornal de Lisboa, Lda.

TSF - Cooperativa Rádio Jornal do Algarve, CRL.

Difusão de Ideias - Sociedade de Radiodifusão, Lda.

Pense Positivo - Radiodifusão, Lda.

Notícias Direct - Distribuição ao Domicílio, Lda.

VASP - Distribuidora de Publicações, S.A.

Empresa Gráfica Funchalense, S.A.

Rádio JF, Lda.

Lusa - Agência de Notícias de Portugal, S.A.

J.Lourenço Business Consulting, Lda.

TM
JSL
JSL

Vogal do Conselho de Administração – Renúncia a 25 de março de 2014

Jorge Paulo Pereira Carreira

25 de novembro de 1969

Habilitações Académicas

Licenciado em Gestão pelo Instituto Superior de Economia e Gestão (UTL) - o 4º ano de curso foi concluído na École de Hautes Études Commerciales (EDHEC), em França, no âmbito do programa Erasmus.

Atividade profissional

Em 1993-1994 foi responsável pelo planeamento e controlo de gestão da TOTAL - Empresa Portuguesa de Petróleos, S.A.

Em 1994 entrou na Jornalinveste (Grupo Controlinveste), iniciando também a sua participação na área da comunicação social, com o lançamento do jornal desportivo O Jogo, onde começou por exercer o cargo de diretor administrativo e financeiro, chegando mais tarde a administrador da empresa.

Em 1998, com a aquisição da agência de viagens Cosmos, passou a acumular funções de Administrador naquela empresa, estando diretamente envolvido no relançamento da atividade e crescimento daquela agência.

Em 2003 assumiu funções de diretor-geral na Sportinveste SGPS (incorporada por fusão na Controlinveste Media em 2012), sub-holding da área de negócio de gestão de direitos (televisivos, publicidade e patrocínios).

Em 2005 participa ativamente no processo de aquisição pela Controlinveste da então Lusomundo Serviços, sendo desde essa data administrador executivo da Controlinveste Media.

É administrador executivo (Chief Financial Officer) do Grupo Controlinveste com responsabilidades pelas áreas administrativa, financeira e planeamento e controlo.

É administrador/gerente das seguintes empresas do Grupo Controlinveste:

Controlinveste Media, SGPS, S.A.

Controlinveste Conteúdos, S.A.

Olivedesportos, SGPS, S.A.

Olivedesportos - Publicidade Televisão e Media, S.A.

PPTV - Publicidade de Portugal e Televisão, S.A.

Cosmos - Viagens e Turismo, S.A.

Global Notícias Publicações, S.A.

Global Notícias - Agência de Informação e Imagens, S.A.

Rádio Notícias - Produções e Publicidade, S.A.

Handwritten initials and signatures in the top right corner, including "JSL" and "JLN".

TSF - Rádio Jornal Lisboa, Lda.

TSF - Cooperativa Rádio Jornal do Algarve, CRL

RJN - Rádio Jornal do Norte, Lda.

Pense Positivo - Radiodifusão, Lda.

Difusão de Ideias - Sociedade de Radiodifusão, Lda.

Açormedia - Comunicação, Multimédia e Edição de Publicações, S.A.

Jornal do Fundão - Editora, Lda.

Notícias Direct - Distribuição ao Domicílio, Lda.

TM
JSL
JSL
JSL

Vogal do Conselho de Administração

Rogério Paulo de Saldanha Pereira Vieira

Data de Nascimento: 12 de abril de 1957

Formação

Licenciatura em Organização e Gestão de Empresas, pelo ISCTE - Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (atual ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa), em 1981

Formação complementar em “Managing for Shareholder Value” (e-learning), INSEAD, Dean Gabriel Hawawini, em 2005

Funções atualmente desempenhadas

IMPRESA – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.
CFO - Chief Financial Officer, desde janeiro 1998

Em acumulação com:

GMTS – Global Media e Technology Solutions, Serviços Técnicos e Produção Multimédia, Lda.
Gerente, desde setembro 2008

INFOPORTUGAL – Sistemas de Informação e Conteúdos, S.A.
Administrador, desde maio 2007

SIC – Sociedade Independente de Comunicação, S.A. (Televisão)
Administrador, desde março 2005

OFFICE SHARE – Gestão de Imóveis e Serviços Partilhados, SA.
Administrador, desde fevereiro 2004

NP – Notícias de Portugal, CRL (cooperativa acionista da LUSA)
Vogal do Conselho Fiscal, desde março 2006

LUSA – Agência de Notícias de Portugal, SA
Administrador, desde setembro 2001

IMPRESA SERVIÇOS E MULTIMÉDIA, LDA (ex-Impresa Digital – Produção Multimédia (Media Zoom), Lda. e ex-Cinforma - Centro de Informática, Lda.)
Gerente, desde abril 2000

MEDIPRESS - Sociedade Jornalística e Editorial, Lda. (revistas Activa, Blitz, Caras, Exame, Exame Informática, Visão, TV Mais, Telenovelas, etc.)
Gerente, desde fevereiro 2000

IMPRESA PUBLISHING, SA (ex-Impresa Jornais e ex-ControlJornal) (Expresso, Courier Internacional)
Administrador, desde setembro 1998

Atividade profissional anterior

CONTROLJORNAL – S.G.P.S., S.A. (subholding Jornais)
Diretor Geral Financeiro, de janeiro 1998 a agosto 1998
Diretor Administrativo e Financeiro, de abril 1988 a dezembro 1997

TM
JSL
A

SOJORNAL - Sociedade Jornalística e Editorial, S.A. (jornal Expresso)
Diretor Administrativo e Financeiro, de novembro 1986 a dezembro 1997
Assessor Financeiro do Administrador-Delegado, de junho 1983 a outubro 1986
Contabilista e adjunto do Chefe de Contabilidade, de 17 dezembro 1979 a maio 1983

OLHARES.COM – Fotografia Online, S.A.
Administrador, de abril 2012 a dezembro 2014 (fusão na Infoportugal)

MAPINET – Movimento Cívico Anti-Pirataria na Internet
Presidente do Conselho Fiscal, de junho 2010 a março 2014

IMPRESA.COM (ex-AEIUO) – Investimentos Multimédia, S.A.
Administrador, de novembro 2006 a junho 2013 (fusão na Impresa Serviços e Multimédia)

IMPRESA SERVIÇOS, Lda. (Serviços Partilhados)
Gerente, de agosto 2008 a junho 2013 (dissolução)

GESCO – Gestão de Conteúdos e Meios de Comunicação Social, S.A.
Administrador, de agosto 2008 a março 2013 (dissolução)

ACTING OUT – Produção de Eventos, Lda.
Gerente, de março 2011 a agosto 2012 (dissolução)

IMPRESA.DGSM – Desenvolvimento e Gestão de Soluções Multimédia, Lda. (ex-Páginas Longas – Sociedade Jornalística e Editorial, Lda.)
Gerente, de fevereiro 2008 a julho 2012

SOLO – Investimentos em Comunicação, SGPS, S.A. (subholding Televisão)
Administrador, de março 2005 a julho 2012 (fusão na Impresa Digital)

IMPRESA MEDIA SOLUTIONS, Lda.
Gerente, de novembro 2008 a junho 2012 (dissolução)

SOJORNAL - Sociedade Jornalística e Editorial, S.A. (jornal Expresso)
Administrador, de março 2001 a setembro 2011 (fusão na IMPRESA Publishing)

PUBLISURF - Edições e Publicidade, Lda. (revista SurfPortugal até dezembro 2010)
Gerente, de novembro 1994 a setembro 2011 (fusão na IMPRESA Publishing)

IMPRESA CLASSIFICADOS – Publicidade de Classificados, Lda.
Gerente, de junho 2006 a setembro 2011 (fusão na IMPRESA Publishing)

IMPRESA – S.G.P.S., S.A.
CLO - Chief Legal Officer, de fevereiro 2009 a agosto 2011 (em acumulação)

SOINCOM – S.G.P.S., S.A. (subholding Televisão)
Administrador, de fevereiro 2001 a junho 2011 (fusão na IMPRESA-SGPS,S.A.)

IMPRESA.COM – Publicidade e Projectos Especiais, Lda. (publicidade on line)
Gerente, de janeiro 2007 a dezembro 2010 (dissolução)

DIRNET – Directórios de Internet, S.A.
Administrador, de dezembro 2007 a dezembro 2010 (dissolução)

TM
JSL
JSL

CASTILLO DE ELSINOR - SL (Barcelona/Espanha – produção de eventos)
Vogal del Consejo, de julho 2008 a maio 2010

IMPRESA Turismo e Lazer, Lda.
Gerente, de maio 2007 a dezembro 2009 (fusão na Impresa Digital)

TDN – Terra do Nunca Produções, S.A.
Administrador, de agosto 2008 a março 2009

ADTECH – Advertising Technologies, Comunicação Multimédia, S.A.
Membro da Comissão de Remunerações, de agosto 2006 a agosto 2009 (dissolução)

INTERJORNAL - Sociedade Jornalística e Editorial, Lda. (Courier Internacional)
Gerente, de dezembro 2004 a janeiro 2009 (fusão com Sojornal)

NEW MEDIA DIGITAL CONTENTS – Gestão de Conteúdos, Lda.
Gerente, de janeiro 2007 a janeiro 2009

LISBOA TV – Informação e Multimédia, S.A. (SIC Notícias)
Administrador de março 2009 a dezembro 2009 (fusão na SIC)

EDIMPRESA – Editora, Lda. (editora de revistas)
Gerente, desde julho 2008 até dezembro 2008 (fusão na Medipress)

IMPREJORNAL - Sociedade de Impressão, S.A. (gráfica)
Administrador, de agosto 1993 a setembro 2006
Presidente do Conselho Fiscal, de março 1992 a julho 1993
Vogal do Conselho Fiscal, de dezembro 1989 a fevereiro 1992

NP – Notícias de Portugal, CRL (cooperativa acionista da LUSA)
Presidente do Conselho Fiscal de abril 2004 a março 2006
Vogal do Conselho Fiscal, de março 2003 a março 2004

SOJORNAL.COM - Consultoria Internet, Lda. (Expresso on line)
Gerente, de novembro 2000 a maio 2005 (dissolução)

MEDIGER – Sociedade Jornalística e Editorial, Lda. (jornal Autosport/Volante)
Gerente, de maio 2004 a janeiro 2005 (fusão na Medipress)

HOGE – S.G.P.S., Lda. (sub holding Distribuição - Vasp)
Gerente, de outubro 2001 a setembro 2004 (dissolução)

IMPRESA.COM – S.G.P.S., S.A. (sub holding Portais Verticais)
Administrador, de janeiro 2001 a abril 2004 (dissolução)

PORTAIS VERTICAIS.COM – S.G.P.S., S.A.
Administrador, de dezembro 2000 a dezembro 2003

OMNIGER – S.G.P.S., Lda. (sub holding Revistas)
Gerente, de fevereiro 2001 a dezembro 2003 (fusão com Edimpresa)

GESCO - Gestão de Meios de Comunicação Social, S.A.
Administrador, de março 2001 a dezembro 2001

M
ful
JSE
R
2

MEDIPRESS - Sociedade Jornalística e Editorial, Lda. (jornal A Capital)
Diretor Administrativo e Financeiro, de outubro 1997 a junho 1998

SOINCOM – S.G.P.S., S.A. (sub holding Televisão)
Vogal do Conselho Fiscal, de março 1994 a dezembro 1995

MCST - Meios e Telecomunicações, S.A.
Presidente do Conselho Fiscal, de março 1992 a novembro 1995 (dissolução)

PUBLICARTAZ – Publicidade de Exteriores, Lda.
Diretor Administrativo e Financeiro, de outubro 1988 a novembro 1997

PLF, Lda e GP, Lda. (revista ELLE)
Diretor Administrativo e Financeiro, de outubro 1988 a dezembro 1991

PUBLIMÉDIA - Comercialização de Espaço Publicitário, Lda.
Diretor Administrativo e Financeiro, de maio 1983 a dezembro 1994

CONSELHO FISCAL

Presidente do Conselho Fiscal

Rui Filipe de Moura Gomes

Data de Nascimento: 12 de setembro de 1955

Habilitações Académicas

Licenciatura: Economia (ISEG -1979)

Atividade Profissional

IGFSS – INSTITUTO DE GESTÃO FINANCEIRA DA SEGURANÇA SOCIAL, I.P.

Desde 15 de outubro de 2012

Presidente do Conselho Diretivo

DGTF – DIREÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

De 16 de julho de 2010 a 30 de julho de 2011

Responsável pelo GASEPC – Gabinete de Acompanhamento do Sector Empresarial do Estado, Parcerias e Concessões;

Delegado no Working Party on State Ownership and Privatization Practices – OCDE;

Vogal do Conselho Fiscal da RTP, SA (de setembro de 2009 a dezembro de 2011).

De 1 de junho de 2008 a 15 de julho de 2010

Consultor com atividade desenvolvida no acompanhamento das principais empresas públicas de infraestruturas e transportes e parcerias público privadas (PPP);

Membro do júri do concurso limitado por prévia qualificação para a subconcessão dos serviços de operação e manutenção do sistema de metro ligeiro na Área Metropolitana do Porto;

Membro de comissões de acompanhamento de várias PPP.

De 10 de janeiro de 2005 a 22 de dezembro 2007

EP – Estradas de Portugal, E.P.E;

Vogal do Conselho de Administração da EP – Responsável pelos pelouros Financeiro, Recursos Humanos, Jurídico e Telemática Rodoviária.

De 8 de novembro de 2002 a 9 de janeiro de 2005

Instituto das Estradas de Portugal – IEP;

Vogal do Conselho de Administração da EP – Responsável pelos pelouros Financeiro, Recursos Humanos, Jurídico e Telemática Rodoviária.

TM
JSL
JSL
JSL

março de 2002/outubro de 2002

Fernave, S.A.;

Presidente do Conselho de Administração e da Comissão Executiva da “FERNAVE, S.A.”;

Presidente do Conselho de Administração da “ECOSAÚDE, S.A.”;

Presidente do Conselho de Gerência da “PACTOGEST, S.A.”;

Vogal não executivo do Conselho de Administração da “SESI, S.A.”;

Vogal do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva da “FERTREM, S.A.”;

abril de 2001/março de 2002

Correios de Portugal, S.A.;

Diretor da Unidade de Negócios Encomendas (até dezembro de 2001);

Diretor de Planeamento, Recursos Humanos e Sistemas de Informação da Unidade de Negócios Correio.

setembro de 2000/março 2001

Instituto das Estradas de Portugal – IEP;

Vogal dos Conselhos de Administração do IEP, ICOR e ICERR – responsável pelos pelouros Financeiro, Pessoal e Património;

abril de 1997/agosto de 2000

Metropolitano de Lisboa, EP;

Vogal do Conselho de Gerência responsável pelo Pelouro Financeiro no mandato e responsável pelo Pelouro do Pessoal entre 1998 e 2000;

Vogal do Conselho de Administração das participadas METROCOM e ASSER;

Representante na Comissão de Economia da UITP.

Intervenções mais relevantes no domínio Financeiro:

Em 1997 - Celebração de Contratos de Financiamento com o BEI, no montante total de 26 milhões de contos e o fecho de uma operação de "German tax lease" pelo valor de 75 milhões de euros;

Em 1998 - Celebração de um Contrato de Empréstimo com o BEI, de 34 milhões de contos, e a concretização da primeira e única operação "US Cross Horder Lease (LILO)" realizada em Portugal, pelo valor de 125 milhões de euros;

Em 1999/2000 - Participação ativa nas negociações do Contrato de Fornecimento de 38 unidades triplas de tração, celebrado em julho de 1999, concretização da primeira operação de locação operacional/contrato de aluguer (portuguese tax lease), no valor de 100 milhões de euros, em março de 2000.

Intervenções mais relevantes no domínio dos Recursos Humanos:

Celebração do acordo de revisão do regulamento de carreiras do AE I em 1998;

Celebração dos acordos de revisão salarial do AE I e AE II em 1999;

Celebração do acordo de chefias do AE I em 1999;

Celebração do acordo de revisão salarial do AE I em 2000.

1992/1997

Participações do Estado (SGPS) SA (PARTEST);

Vogal do Conselho de Administração desde 8 de abril de 1992 até 10 de abril de 1997;

Participou em todas as decisões importantes desta Empresa instrumental do Estado, quer no apoio à reestruturação financeira de empresas do Estado, quer na canalização de fundos obtidos com as privatizações, quer ainda em operações financeiras com o Tesouro;

Em representação da PARTEST, assegurou as funções de Vogal do Conselho de Administração da participada ESTAMO e Presidente da Comissão de Vencimentos da QUIMIPARQUE;

Assegurou também as funções de Representante Comum dos Detentores dos Títulos de Participação da PETROGAL.

1991/1996

Gabinete para a Análise do Financiamento do Estado e das Empresas Públicas (GAFEFP);

Consultor Principal, desde 1 de fevereiro de 1991 até julho de 1997;

Atividades relevantes desenvolvidas neste período:

Análise e parecer de projetos de reestruturação de empresas (INDEP, PORTUCEL, TAP, RTP, GDP, etc.);

Participação na elaboração do modelo de saneamento financeiro da CNP;

Participação no Grupo de Trabalho encarregue pelo Governo para desenvolver as diligências necessárias à elaboração da proposta de configuração da operação de venda direta da CNP;

Participação na elaboração do relatório "Balanço das Privatizações – 1992;

Participação na elaboração do projeto de concessão de serviço público de televisão à RTP;

Em representação do GAFEFP: Participação em reuniões multilaterais sobre auxílios de Estado na DG IV da Comissão da UE;

Membro efetivo da Comissão de Acompanhamento do Projeto "Nova Travessia Rodoviária sobre o Tejo em Lisboa";

Membro efetivo da Comissão Consultiva para o Empreendimento do Alqueva;

Vogal da Comissão Organizadora da "CP – Empresa de Transportes Ferroviários, EP".

Handwritten signatures and initials:
Top right: *Th*
Below it: *JSL*
To the right of *JSL*: *JSL* and *A*

1987/1991

Subdiretor na Direção de Serviços Financeiros Postais dos Correios

Atividades relevantes desenvolvidas neste período:

Elaboração e controlo de execução dos planos de produtos da área de negócios "Serviços Financeiros Postais";

Participação nas negociações com diversas entidades financeiras que conduziram à introdução de novos produtos financeiros na rede comercial dos Correios;

Participação na realização dos principais contratos de cobrança postal;

Reformulação de todo o Sistema de Informação de Gestão: Indicadores Comerciais e de Qualidade de Serviço e das Contas de Exploração por produtos.

1981/1987

Correios e Telecomunicações de Portugal (CTT);

Quadro Superior e Chefe de Divisão do Gabinete de Planeamento Central da Direção Geral dos Correios.

Atividades relevantes desenvolvidas neste período:

Gestão do Sistema Básico de Indicadores de Gestão;

Gestão do Sistema Estatístico dos Correios;

Participação na elaboração dos Planos de Desenvolvimento Postal e dos Planos Operacionais;

Conceção do Sistema de Variáveis de Controlo;

Elaboração do Manual de Avaliação de Projetos de Investimentos dos Correios.

Vogal do Conselho Fiscal

Pedro Jorge dos Santos Braumann

Data de Nascimento: 10 de março de 1958

Habilitações Académicas

Licenciado em Economia pelo Instituto Superior de Economia da Universidade Técnica de Lisboa (Membro da Ordem dos Economistas de Portugal – Cédula Profissional n.º 4851),

Pós-graduado em Planeamento Regional e Urbano pela Universidade Técnica de Lisboa)

Diploma de Estudos Aprofundados (DEA) em Comunicação Social pelo Departamento de Historia de la Comunicación Social da Universidad Complutense de Madrid – Espanha.

Atividade Profissional

Vogal do Conselho Fiscal da Lusa, eleito em Assembleia Geral de 27 de março de 2012. Tesoureiro e Membro da Direção da NP – Notícias de Portugal, Cooperativa de Utentes de Serviços de Informação, C.R.L., desde 24 de março de 2003.

Diretor do Centro de Estudos e Documentação da RTP, S.A., onde exerce funções diretivas desde agosto de 1999.

Equiparado a Professor Adjunto da Escola Superior de Comunicação Social do Instituto Politécnico de Lisboa (desde 1999), onde é Membro do Conselho Científico do Mestrado em Audiovisual e Multimédia, sendo ainda docente do INA, Instituto Nacional de Administração, Exerce funções docentes desde 1982, em diferentes licenciaturas de Economia, Comunicação Social, Audiovisual e Multimédia, Ciências da Comunicação, Jornalismo, Ciência Política/Relações Internacionais, assim como em Mestrados/Pós-graduações e Doutoramentos de Planeamento Regional e Urbano, Comunicação Social, Ciências da Comunicação, Ciências Sociais, Gestão da Imagem, Jornalismo Económico e Audiovisual e Multimédia. Foi docente da Universidade de Évora, Universidade Lusíada de Lisboa, Universidade Nova de Lisboa e Universidade Lusófona de Lisboa e professor visitante em diferentes universidades brasileiras (UFRJ, USP, UFS e PUC-RG).

Presidente do GT de Economia e Políticas da Comunicação, Tesoureiro e Membro da Direção da SOPCOM - Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação, desde 1998.

Vice-Presidente da Assembleia Geral do OBERCOM – Observatório da Comunicação, desde 30 de março de 2012

Membro do Conselho Científico ou Editorial de diferentes revistas em Portugal e no Brasil: Revista Observatório (OBS*) do OBERCOM., Revista Brasileira de Ciências da Comunicação – INTERCOM e EPTIC On-line.

Membro Associado da ORBICOM, Rede de Cátedras UNESCO em Comunicação, do IDATE (França), da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento das Comunicações (APDC), do FISEC, “Foro Iberoamericano sobre Estratégias de Comunicación”, do Instituto Português de Corporate Governance – IPCG e da Associação para a Promoção e Desenvolvimento da Sociedade da Informação – APSDI.

Foi Membro do Conselho Editorial ou científico de diferentes Revistas Nacionais e Estrangeiras (“Comunicação e Linguagens”, “Comunicação Empresarial”, “Tendências XXI”, “CERECFacesm” e “Comunicação Pública”), da Direção do Centro de Estudos de Comunicação e Linguagens de Lisboa (CECL), da Direção da LUSOCOM (Associação Lusófona de Ciências da Comunicação), Consultor do

Handwritten notes and signatures in the top right corner, including the letters "JSE" and several illegible scribbles.

Ministério da Cultura e da Secretaria de Estado da Comunicação Social para as áreas do audiovisual e do multimédia, Consultor e Membro do Conselho de Opinião da RTP, Presidente da Comissão de Avaliação do Custo das Obrigações de Interesse Público da LUSA – Agência de Notícias de Portugal, S. A. perante o Estado, Subdiretor do Departamento de “Audiovisual e Multimédia” da Escola Superior de Comunicação Social do Instituto Politécnico de Lisboa, Vogal da Direção, Presidente da Mesa da Assembleia Geral e do Conselho Fiscal da Confederação Portuguesa de Meios de Comunicação Social, Membro da Comissão Executiva da Direção da Associação para a Promoção do Multimédia em Portugal (APMP). e Secretário da Mesa da Assembleia Geral da ASSIBERCOM, Associação Ibero-americana de Comunicação.

Foi Membro da “Comissão de Reflexão sobre o Futuro da Televisão” em Portugal, Vice-Presidente da Comissão Executiva e Vogal do Conselho Científico do "MEIOS.COM – INSTITUTO DE COMUNICAÇÃO E MULTIMÉDIA", Representante da RTP no consórcio ganhador da licença de âmbito nacional para o estabelecimento e exploração de uma plataforma de televisão digital terrestre, PTDP, Plataforma de Televisão Digital Portuguesa, S. A, Representante da RTP, SGPS, S. A. no Digital Strategy Group II da UER - European Broadcasting Union., Membro do Painel de Especialistas do Focus Group 3 " The Right to Information and the Right to Short Extracts" para análise da Revisão da Diretiva Televisão sem Fronteiras (DTSF) da União Europeia.

Foi responsável e membro da Comissão Científica e Organizadora, para além de ter coordenado diferentes secções temáticas em colóquios e congressos nacionais e internacionais da área de comunicação social.

Especialista na área de economia da informação e da comunicação, onde tem trabalhado sobretudo a economia do audiovisual, é autor ou coautor de mais de 60 diferentes trabalhos apresentados em congressos ou seminários, publicados em revistas ou partes de livros em diferentes países, ou estudos no âmbito de consultoria nacional e internacional.

Handwritten signatures and initials: "TJ", "JSL", and several illegible scribbles.

Vogal e ROC Efetivo

Susana Catarina Iglésias Couto Rodrigues de Jesus

Data de Nascimento: 2 de janeiro de 1975

Habilitações Académicas

Licenciatura em Gestão pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto, concluída em 1998, com a classificação final de 14 valores.

Pós-Graduação em Gestão do Risco e Derivados, da Universidade Católica Portuguesa e da, então, denominada Bolsa de Derivados do Porto, concluída em 2000, com a classificação final de 15 valores

Habilitações Profissionais

Revisora Oficial de Contas n.º 1338, desde 28 de janeiro de 2008 (classificação final de 84%).

Encontra-se certificada, desde 2001, como Operadora de Opciones y Futuros de Tipo III (Compensación y Liquidación y Mercado), para o mercado de derivados espanhol.

Encontra-se certificada, desde 1999, como Operador de Terminal em Futuros e Opções, Responsável Operacional em Futuros e Opções, Operador do Mercado de Repos e Operador do Mercado de Empréstimos, para o mercado português.

Atividade Profissional

2014

Fiscal Único da Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.E., desde 16 de janeiro de 2014.

Vogal do Conselho Fiscal da sociedade Nexponor – Sociedade Especial de Investimento Imobiliário de Capital Fixo – SICAFI – S.A., desde março de 2013.

Fiscal Único, na qualidade de Revisora Oficial de Contas, de Alvorada do Norte, S.A., desde fevereiro de 2013.

Membro da Comissão de Fiscalização, na qualidade de Revisora Oficial de Contas, do Instituto de Seguros de Portugal, desde outubro 2012.

Membro do Conselho Fiscal, na qualidade de Revisora Oficial de Contas, da sociedade Lusa - Agência de Notícias de Portugal, S.A., desde abril 2012.

Vogal do Conselho Fiscal da sociedade Banco Primus, S.A., desde abril de 2011.

Fiscal Único da sociedade Gestão de Obras Públicas da Câmara Municipal do Porto, E.E.M., desde fevereiro de 2011.

É membro do Grupo de Trabalho PME da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, desde 2009.

Presidente do Conselho Fiscal da sociedade Finibanco Vida – Companhia de Seguros de Vida, S.A., de junho de 2007 a janeiro de 2015.

Desde março de 2003 trabalha como profissional independente, colaborando com o Dr. José Rodrigues de Jesus em todos os seus trabalhos, bem como com outras entidades.

1998 a 2003

Realizou entre 1 de setembro e 30 de novembro de 1998 o estágio curricular na Bolsa de Derivados do Porto, tendo seguidamente ficado a trabalhar nesta instituição como estagiária e depois integrando o respetivo quadro, até fevereiro de 2003. Durante este período trabalhou, primeiro, na Direção de Negociação e, depois, na Câmara de Compensação.

1992 e 1993

Trabalhou, durante os meses de agosto e setembro, nos anos de 1992 e 1993, na empresa de auditoria e consultoria KPMG Peat Marwick. Realizou traduções de documentos, incluindo manuais de procedimentos, de inglês para português e colaborou na execução de diversas tarefas de auditoria.

Trabalhos realizados

No âmbito do estágio efetuado na Bolsa de Derivados do Porto, realizou uma análise do mercado de derivativos no ano de 1998, tendo o trabalho sido, posteriormente, objeto de divulgação pelos intermediários financeiros.

Efetuiu um trabalho sobre as repercussões do processo de determinação do preço de liquidação do índice PSI-20 sobre a negociação do mercado à vista.

No âmbito da conclusão do Curso de Preparação para Revisores Oficiais de Contas, ministrado pela Ordem de Revisores Oficiais de Contas, realizou um trabalho subordinado ao tema "As alterações ao POC decorrentes do Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de fevereiro", que foi apresentado e defendido em prova pública, no dia 7 de julho de 2007.

Elaborou um trabalho subordinado ao tema "Algumas notas sobre a entrega de bens aos sócios nas Sociedades Comerciais", enquadrado no âmbito da realização do trabalho anual do primeiro ano de estágio para Revisora Oficial de Contas, que foi apresentado e defendido em prova pública, no dia 27 de fevereiro de 2007, tendo obtido a classificação de 82%.

Realizou o trabalho subordinado ao tema "O Projeto do Sistema de Normalização Contabilística: algumas notas sobre implicações no processo de informação contabilística, no Código do IRC e na revisão e auditoria de contas e aplicação a um caso", no âmbito da prova de avaliação final de estágio para Revisora Oficial de Contas, que foi apresentado e defendido em prova pública, no dia 17 de dezembro de 2007, tendo obtido a classificação de 85%.

Publicação em coautoria de um artigo com o título "Alguns Aspectos da Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial" na Revista "Revisores e Auditores", número 54, julho-setembro 2011, da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Publicação em coautoria de um artigo com o título "Alguns Aspectos da Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial - II" na Revista "Revisores e Auditores", número 55, outubro-dezembro 2011, da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Publicação em coautoria de um artigo com o título "Método de Equivalência Patrimonial e a Imparidade" na Revista "Revisores e Auditores", número 58, julho-setembro 2012, da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

TM
JSL
JSL

Publicação em coautoria de um artigo com o título "Distribuição de bens aos sócios – Ações próprias" na Revista "Revisores e Auditores", número 65, abril-junho 2014, da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Publicação em coautoria de um artigo com o título "O estatuto dos excedentes de revalorização" na Revista "Revisores e Auditores", número 66, julho-setembro 2014, da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

MANDATO 2015-2017

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente da Mesa da Assembleia Geral

Elsa Maria Roncon Santos

Data de Nascimento: 10 de março de 1951

Habilitações académicas

Licenciatura em Economia pelo Instituto Superior de Economia de Lisboa, da Universidade Técnica de Lisboa.

Cargos que exerce

Desde 16 de agosto de 2011 - Diretora-Geral do Tesouro e das Finanças;

Presidente da Comissão Diretiva do Fundo de Reabilitação e Conservação Patrimonial;

Presidente da Comissão Conjunta do Fundo Português de Apoio ao Investimento em Moçambique;

Representante do Estado na Comissão Permanente de Acompanhamento de A. Q. relativo à Reprivatização do B.P.N., S.A.;

Presidente da Mesa da A. G. da Parpublica - S.A.;

Membro do Conselho Consultivo das Fundações;

Membro da Comissão Diretiva do Fundo de Resolução;

Membro do Conselho de Administradores do Banco Europeu de Investimentos.

Principais cargos que exerceu

Vogal da Fundação Ricardo Espírito Santo, por inerência, até à sua passagem a Fundação Privada;

Presidente e Vogal do Conselho Fiscal dos CTT;

Presidente dos Conselhos Fiscais da EMEF, S.A. e da CP Carga –, S.A., de julho de 2010 a 16 de agosto de 2011;

Presidente da Comissão Ética da CP – Comboios de Portugal, EPE;

Presidente do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva da, Fernave S.A.;

Administradora Financeira do Conselho de Administração da REFER, EP;

Presidente do C.A. da GIL – S.A.;

Administradora Financeira da CP – Caminhos de Ferro Portugueses, EP;

Administradora Financeira do Metropolitano de Lisboa, EP.

Handwritten notes and signatures in the top right corner, including the letters "JSL" and several illegible scribbles.

Cargos Governamentais

Chefe do Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento do XIV Governo Constitucional, de abril de 2000 a julho de 2001, Prof. Fernando Pacheco;

Chefe do Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e das Finanças do XII Governo Constitucional, de dezembro de 1993 a junho de 1994 e Chefe do Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e do Comércio do XII Governo Constitucional, de 1991 a 1993, Prof. António de Sousa;

Chefe do Gabinete do Secretário de Estado da Indústria do XI Governo Constitucional, de 1988 a 1989, Prof. António de Sousa.

Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral

António Manuel Simões da Silva

Data de nascimento: 30 de dezembro de 1949

Habilitações académicas

Engenharia Eletrotécnica e Telecomunicações pelo Instituto Superior de Engenharia de Lisboa (1976/1980)

Formação profissional em Sistemas IBM 360, 370 e superiores

Formação em T.A.P. no Instituto Nacional de Administração Publica (1984)

Formação em AOS/VS na Data General (1987)

Atividades Profissionais Principais

1974- 1980

Técnico do Instituto Nacional de Investigação Industrial (Min. Industria)

1980-1988

Coordenador do Centro de Informática do Instituto Português de Qualidade

Vogal da Comissão de Informatização do Ministério da Industria e Comércio

Coordenador da equipa de informatização da D.G. Q. Ambiente

1988-1990

Diretor de I.T. do Grupo Invesmédia – Revista Sábado, jornal RECORD e jornal O LIBERAL

1990-1993

Diretor de Organização e Informática do Grupo FNAC

1993-1994

Consultor do Grupo Compta – empresa Connexo Redes e Comunicação S.A.

1994-2000

Administrador da Edisport S.A. – Jornal Record

2000-

Administrador do Grupo Cofina Media S.A.

Secretário da Mesa da Assembleia Geral

Rita Maria Góis de Carvalho (síntese curricular: vide mandato anterior)

M
JSL
A

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente (Administradora Delegada)

Maria Teresa Prata Macias Marques

Data de Nascimento: 14 de maio de 1958

Habilitações Académicas

1981-1986

Gestão de Recursos Humanos e Psicologia do Trabalho – ISLA – ESOCT (Escola Superior de Organização Científica do Trabalho); Licenciatura em Gestão de Recursos Humanos;

1990-1991

Pós-Graduação em Direito Comunitário – Faculdade de Direito de Lisboa.

Atividade Profissional

Atualmente e desde 19 de janeiro de 2015:

LUSA
Presidente e CEO

Atividade Profissional Anterior

Desde 2012

US – Global Management Consulting (USGMC)
Criou a empresa de consultadoria “US- Global Management Consulting, Lda”;

Esta atividade encontra-se suspensa, desde 1 de Janeiro de 2015 e enquanto se mantiver a exercer um cargo de Gestor Público.

RTP
2008 a 2011

Vogal do Conselho de Administração com responsabilidade direta nas áreas de Recursos Humanos, Jurídica, Relações Internacionais, Auditoria Interna, Compras e Logística, Património, Museus e Provedores (Rádio e Televisão);

EBU – European Broadcasting Union (Geneve, Suíça)
Em 2011 foi eleita membro da Comissão Executiva da EBU, composta por 10 elementos e em representação de mais de 100 organizações e associações de broadcasting.

Universidade Católica, Lisboa
Membro do Conselho Consultivo da Faculdade de Ciências Humanas.

Resumo de experiência profissional anterior

Iniciou a sua carreira na área de Recursos Humanos (RH) em 1978.

Handwritten initials and signatures in the top right corner, including "JSL" and "A".

1978 a 1986

Renault Portuguesa
Técnica de RH.

1986/1987

DEC – Digital Equipment Company
Técnica de RH.

1987 a 1990

Dun&Bradstreet Information Services (DBIS) Portugal
Diretora de RH.

1990 a 1992

Citibank Portugal
Vice-presidente para as áreas de Recursos Humanos e Relações Públicas.

1993 a 1995

Dun&Bradstreet Information Services e Dun&Bradstreet Corporation – USA

DBIS

Responsável por liderar os projetos de Recursos Humanos dos Países da América Latina: Argentina, Brasil, Chile, México, Peru e Venezuela.

D&B Corporation (DBIS, AC Nielsen, IMS, D&B Software)

Responsável pela implementação das políticas de ética e valores definida pela D&B Corporation, para todos os países de língua portuguesa e castelhana.

Consultora de RH para o projeto de reestruturação e sinergias das áreas financeiras.

Responsável pelo projeto de reestruturação e sinergias nas áreas de RH: França, Itália, Reino Unido, Alemanha, Benelux, Países Nórdicos e Ibéria.

1996 a 2001

Roche Farmacêutica Portugal
Diretora de RH

2002

EPAL
Diretora de RH.

2003 a 2007

CADIn – Centro de Apoio ao Desenvolvimento Infantil
Membro do Conselho de Administração e Vice Presidente da Comissão Executiva.

Handwritten signatures and initials in the top right corner, including a signature that appears to be 'JSL' and another that looks like 'JSL' with a flourish.

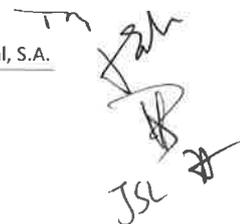
2007

Genzyme
Consultora Independente da equipa de gestão em Portugal.

Desde 2012

Atividade Profissional em regime de voluntariado.

PWN – Professional Women Network
Responsável pelo Programa de Mentoring em Portugal.



Vice-Presidente (não executivo)

João Manuel Pintado Silveira Lobo

Data de Nascimento 9 de março de 1961

Experiência profissional

2011 - ...

Consultor independente em Estratégia e Planeamento Estratégico

2007 – 2010

Grupo Sonae Capital

Administrador Sonae Turismo, SGPS – C.O.O.

Responsabilidade executiva pelos negócios de Hotelaria e Gestão de Resorts, Health and Fitness e Diversões

2005-2006

CASAMIA-Distrinter, S.A.

Presidente do CA e C.E.O.

2003-2005

Grupo SONAE

Presidente da Direção, Público-Comunicação Social (Sonaecom)

Responsabilidade executiva pelo negócio de media da Sonaecom (jornal Público e Rádio Nova)

Membro Comissão Executiva, Global HR&OD (Sonae Indústria)

Responsabilidade executiva pela coordenação corporativa das áreas de RH (Portugal, Espanha, França, Alemanha, UK, Canadá, Brasil e África do Sul) e de Desenvolvimento Organizacional.

2002 (Out)

Agência de Inovação

2003 (Abr)

Presidente do Conselho de Administração

Responsável executivo com duplo reporte aos Ministros da Economia e da Ciência

2000-2002

Nova Forum – Instituto de Formação de Executivos da FE-UNL

Administrador Executivo

Completando, ao mesmo tempo, o 1º ano de doutoramento

(DBA) na Universidade de Cranfield, Inglaterra



1995-1999

Grupo SONAE

Administrador, pelouro Comercial (Modelo Continente)

Diretor Comercial Alimentar (Modelo Continente)

Responsável executivo pela área comercial/compras Alimentar e Não Alimentar, após ter sido Diretor Comercial Alimentar

Diretor Planeamento e Controle de Gestão (Sonae, SGPS)

Responsável corporativo pelo Planeamento e Controle Estratégicos

1994

TELECEL

Diretor Nacional de Vendas Diretas

Responsável pelas equipas de vendas diretas de PME's, Grandes Contas e Lojas de Retalho próprio

1992-1993 Grupo SONAE

Diretor de Desenvolvimento Alimentar (Modelo Continente)

Diretor de Supermercado (Modelo Continente)

1988-1991

SAPROGAL [ConAgra, USA], Lisboa

Diretor-geral da Divisão Avícola

Responsável executivo pelo negócio de avicultura do grupo Conagra em Portugal

1985-1987

METROPOLITANO de LISBOA

Adjunto do Diretor Financeiro para o Controle de Gestão

1984-1985

Manufacturers Hanover Trust Co., Lisboa

Membro da equipa responsável pela abertura do banco em Lisboa

Responsável pelo Reporting Internacional e Institucional do Banco

Experiência docente

2004-... Porto Business School, Formação Executivos & MBA Executivo (Estratégia)

1999-2002 e 2012-... NOVA School of Business and Economics, Professor Convidado, Estratégia

1999-... NOVA Executivos, Formação de Executivos (Estratégia)

TM
JSL
R
JSL

1992-1994 Escola Superior de Atividades Imobiliárias, Professor Convidado, Marketing

Formação académica

2001-2002 CRANFIELD, Inglaterra – Programa de Doutoramento (DBA), 1º ano

1991-1992 INSEAD, Fontainebleau - Master of Business Administration (MBA)

1979-1984 INSTITUTO SUPERIOR DE ECONOMIA, Licenciatura em Economia

Línguas Francês, Inglês e Espanhol: lidos, escritos e falados correntemente

Outras experiências

2006-... COTEC, membro do Grupo de Trabalho CoHitec

Membro da equipa de triagem e desenvolvimento de projetos do programa CoHiTec (desenvolvimento de planos de negócio assentes na propriedade intelectual de cientistas portugueses)

Membro do júri do Prémio COTEC da Rede de PME's Inovadoras

2002(O)-2003 (M) Agência Portuguesa para o Investimento, Administrador Não-Executivo

1999- ... Várias empresas, Administrador Não-Executivo

1988-1992 Metropolitano de Lisboa, Consultor financeiro

1979-1984 CIAL, Centro de Línguas, Professor de língua e cultura portuguesa

Vogal do Conselho de Administração

Luís Paulo Mah Silva

Data de Nascimento: 21 de setembro de 1970

Habilitações Académicas

Outubro 1997 – julho 2004

LONDON SCHOOL OF ECONOMICS
Londres, Reino Unido
PhD em Estudos de Desenvolvimento
Department of International Development (DID)

Título da Tese: Strategic Actions and Public Policy Choices: Leadership and Institutional Change in South Korea, 1960s-1990s

Especialização em Economia Política do Desenvolvimento (com ênfase nos sectores financeiro, industrial e comercial em economias emergentes asiáticas), o papel do Estado e liderança política no processo de reformas económicas, as relações entre Estado e Grupos Económicos domésticos e multinacionais na Ásia-Pacífico.

Setembro 1994 – agosto 1996

YONSEI UNIVERSITY
Seul, Coreia do Sul
Master em Ciência Política
Graduate School of International Studies (GSIS)

Setembro 1989 – setembro 1993

UNIVERSIDADE NOVA de LISBOA
Lisboa, Portugal
Licenciatura em Comunicação Social
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH)

Formação Complementar

2/6 julho 2013

ISEG SUMMER SCHOOL
Africa in International Relations

2/6 junho 2008

HARVARD KENNEDY SCHOOL of GOVERNMENT
Executive Education
Leadership for the 21st Century: Chaos, Conflict and Courage

1/10 dezembro 2004

DIGNITY INTERNATIONAL
Global Programme on Economic, Social and Cultural Rights

TH
JSL
A

Atividade Profissional

Desde setembro 2014

UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA (UCP)

Lisboa, Portugal

Professor Auxiliar Convidado no Mestrado em Estudos Asiáticos (MEA), Faculdade de Ciências Humanas (FCH)

(Cadeira 1.º Semestre: A Emergência da Ásia e o Impacto Global)

Desde fevereiro 2014

SCHOOL OF ECONOMICS AND MANAGEMENT (ISEG) Lisboa, Portugal

Professor Auxiliar Convidado no Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional (MDCI)

(Cadeira 2.º Semestre: Economia da Ásia-Pacífico e Políticas Europeias de Cooperação)

Desde março 2010

SCHOOL OF ECONOMICS AND MANAGEMENT (ISEG)

Lisboa, Portugal

Investigador Pós-Doutoramento no Centro de Estudos sobre África, Ásia e América Latina (CESA)

(Projecto: State-Business Relations in Changing Africa)

Atividade Profissional Anterior

Fevereiro 2007 – dezembro 2010

OBJETIVO 2015 - CAMPANHA DO MILÉNIO DAS NAÇÕES UNIDAS (UNMC)

Lisboa, Portugal

Diretor

Como diretor da UNMC Portugal, tinha como funções:

Desenvolvimento de parcerias com atores da sociedade civil, instituições públicas e privadas para fortalecer as atividades da campanha de promoção e apoio dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM);

Trabalhar de perto com a sociedade civil portuguesa e internacional (Chamada Global Para a Ação Contra a Pobreza - GCAP) para estratégias e atividades conjuntas de lobby e advocacy;

Representação da campanha nacional em reuniões nacionais e internacionais sobre desenvolvimento global e os ODM;

Coordenação do planeamento estratégico e financeiro da campanha nacional.

Março 2004 – dezembro 2006

OIKOS – Cooperação e Desenvolvimento

Lisboa, Portugal

Junho 2006 – dezembro 2006

Coordenador da Campanha Pobreza Zero

Como Coordenador nacional da Coligação Portuguesa para a Chamada Global para a Ação Contra a Pobreza – GCAP), as principais atividades eram:

Handwritten initials and marks in the top right corner, including "JSL" and several stylized signatures or initials.

Organização das atividades de lobby e advocacy da campanha nacional;

Desenvolvimento e fortalecimento de parcerias com outras organizações da sociedade civil, instituições públicas e privadas de apoio à campanha;

Representação da campanha nacional em encontros com a coligação global;

Março 2004 – junho 2006

Coordenador do Projeto “Finança Ética para o Desenvolvimento”

Coordenador de um projeto em conjunto com duas outras ONGs estrangeiras, Ucodep (Itália) e SETEM (Espanha), destinado a promover e mobilizar a poupança e o investimento ético em Portugal, Espanha e Itália como forma de ajudar o desenvolvimento na África Subsariana, América Latina e Ásia. As principais atividades eram:

Criação e desenvolvimento de parcerias com atores nos sectores da Economia Social, Financeiro e Empresarial para sensibilização sobre microfinança e investimento responsável das empresas;

Produção de trabalhos de investigação e artigos de opinião sobre responsabilidade social das empresas, banca ética, microfinança, investimento responsável das empresas e luta contra a pobreza;

Organização de seminários e conferências sobre banca ética, microfinança, empreendedorismo social e investimento socialmente responsável.

Janeiro 2005 – janeiro 2006

PLATAFORMA DAS ONGDs

Lisboa, Portugal

Membro da Direção e Delegado para a Área de ED ou Educação para o Desenvolvimento”

Como Delegado para a Área de ED era responsável pela dinamização e promoção de questões relacionadas com a Educação para o Desenvolvimento (ED) na sociedade portuguesa e representação das ONGs portuguesas nos fora internacionais dedicados à temática ED.

Agosto 2002

BOND-British Overseas NGOs for Development

Londres, Reino Unido

Consultor

Relatório Tackling Poverty in Asia preparado pela British Overseas NGOs for Development (BOND) e lançado durante a cimeira ASEM em Copenhaga em setembro de 2002. Este relatório analisou as políticas de desenvolvimento entre a Europa e a Ásia, o diálogo inter-regional sob a alçada da ASEM e os fluxos comerciais entre as duas regiões dentro de uma perspetiva do desenvolvimento.

Outubro 1996 – dezembro 1999

LUSA-Agência da Notícias

Macau, China

Editor

Outubro – dezembro 1999

Jornalista, Macau 1999

Jornalista do serviço especial em inglês na internet lançado pela Lusa e destinado a cobrir os acontecimentos políticos, económicos e sociais durante o processo de entrega do território à República Popular da China.

177
Juh
B
JSE #

Outubro 1996 – julho 1998

Editor, Lusa News

Editor do serviço diário lançado pela Lusa e disponível online com o objetivo de fornecer em língua inglesa notícias sobre países de língua oficial Portuguesa.

Março 1993 – outubro 1997

Semanário “O Independente”

Lisboa, Portugal

Jornalista

Setembro 1996 – outubro 1997

Correspondente em Macau

Outubro 1994 – setembro 1996

Correspondente em Seul

Março 1993 – janeiro 1994

Caderno Económico “O Dinheiro”

Março 1994 – junho 1994

Rádio Comercial

Lisboa, Portugal

Jornalista

Produção de um programa semanal dedicado às pequenas e médias empresas (PMEs).

Setembro 1992 – junho 1993

Rádio Televisão Portuguesa (RTP)

Lisboa, Portugal

Assistente de Produção

Produção de um programa semanal dedicado ao público infantil para a televisão pública.

Bolsas

2010 – 2016

Fundação Ciência e Tecnologia (FCT)

Lisboa, Portugal

Bolsa de Pós-Doutoramento

Janeiro 2013

Korea Institute for International Economic Policy (KIEP)

Seul, Coreia do Sul

KIEP Visiting Fellowship

Outubro 2011 – dezembro 2011

Korea Foundation

Seul, Coreia do Sul

Korea Foundation Field Research Fellowship

Setembro 1998 – setembro 2002

17
FSL
JSL

Fundação Ciência e Tecnologia (FCT)
Lisboa, Portugal
Bolsa de Doutoramento

Janeiro 1997 – junho 1997

Korea Foundation
Seul, Coreia do Sul
Korea Language Training Fellowship

Setembro 1995 - junho 1996

Graduate School of International Studies (GSIS)
Yonsei University
Seul, Coreia do Sul
MA Fellowship

Publicações

Artigos em Revistas Académicas com Revisão de Pares:

RI: Relações Internacionais 38 (junho 2013), pgs.45-56
A emergência do modelo de desenvolvimento chinês

R:I Relações Internacionais 14 (junho 2007), pgs.67-73
Um Novo Paradigma Europeu na Cooperação para o Desenvolvimento

Política Internacional 25 (Pri.-Ver. 2002), pgs.231-247
Entre a cooperação e o conflito: a questão de Taiwan nas relações sino-americanas

Recensão de Livros

R:I Relações Internacionais 44 (janeiro 2015)
Repensar as Origens da Emergência Económica da Europa Moderna
"A Grande Divergência: A China, a Europa e a Construção da Economia Mundial Moderna de Kenneth Pomeranz, Lisboa: Edições 70 (2013)

R:I Relações Internacionais 41 (março 2014)
Em Busca das Fundações Intelectuais do Renascimento Asiático
"From the Ruins of Empire: The Revolt Against the West and the Remaking of Asia" de Pankaj Mishra, Londres: Allen Lane (2012)

R:I Relações Internacionais 12 (dezembro 2006)
Tragam o Estado de Volta
"A Construção de Estados: Governação e Ordem Mundial no Séc.XXI" de Francis Fukuyama, Lisboa: Gradiva (2006)

R:I Relações Internacionais 11 (setembro 2006)
O Banco de Wolfensohn
"The World's Bankers: A Story of Failed States, Financial Crises and the Wealth and Poverty of Nations", de Sebastian Mallaby, London: Yale University Press (2005)"

Documentos de Trabalho (Working Papers)

Documento de Trabalho CESA 131/2014

Building a Korean-Portuguese Business Partnership for Sub-Saharan Africa: Opportunities and Challenges in Mozambique

Documento de Trabalho CESA 130/2014

Reshaping EU Development Policy: Collective Choices and the New Global Order

Cahiers Emile Durkheim 15 (Fevereiro 2014, Sciences Po Bordeaux)

The Marketplace of Aid in Africa: Choice in Critical Transitions (com Raquel Freitas)

CIES Working Paper Nº 132/2012

European Responses to Asia's Enhanced Role as an Aid Donor (com Raquel Freitas)

Documento de Trabalho CESA 112/2012

The Possibilities for enhancing ownership of development in Africa: the role of regional integration in the external relations of Africa (com Raquel Freitas)

Documento de Trabalho CESA 97/2011

Lessons from Korea to Africa: Leaders, Politics and Developmental States

Documento de Trabalho CESA 89/2011

Das Limitações do PIB como indicador às necessidades de medição dos níveis de Desenvolvimento (com Bruno Damásio)

Capítulos em Livros

Cidadania Social em Xequê? (com Luís Bernardo) Em Cidadania(s) em Portugal, editado por Marina Costa Lobo, Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos (2013)

A Crise Económico-Financeira of 2008 e o Retorno da Ásia: A Vingança do Estado?" Em Estudos Orientais: Volume Comemorativo do primeiro decénio do Instituto de Estudos Orientais (2002-2012), editado por Eva-Maria Kenmitz, Lisboa: Universidade Católica Portuguesa (2012)

Docência & organização de seminários, painéis e conferências

Maio 28/30.2014

Membro da Comissão Organizadora da Conferência Internacional Espaço Lusófono (1974-2014): Trajetórias Económicas e Políticas CESA-Centro de Estudos sobre África, Ásia e América Latina (Lisboa, Portugal)

Out.15/22.2013

Seminários A Emergência da Coreia

Mestrado de Desenvolvimento e Cooperação Internacional
Instituto Superior de Economia e Gestão (Lisboa, Portugal)

Set.4/7. 2013

Painel 24: Beyond Neopatrimonialism, State Capture and Crony Capitalism: State-Business Ties in Emerging Economies (com Daniel Bach e Caroline Dufy de Sciences Po Bordeaux)
ECPR-European Consortium for Political Research General Conference 2013 (Bordéus, França)

Handwritten initials and signatures in the top right corner, including "JM", "JSC", and "B".

Jan.30.2013

Seminário Korean-Portuguese Business Partnerships in Mozambique
KIEP-Korea Institute for International Economic Policy (Seul, Coreia do Sul)

Dez.10/19.2012

Ciclo de Conferências A Emergência da Coreia do Sul
CCCM-Centro Científico e Cultural de Macau (Lisboa, Portugal)

Nov.21.2012

Seminário A Crise e a Agenda do Desenvolvimento
Curso de Economia Internacional
Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa (Lisboa, Portugal)

Out.10.2012

Seminário O Retorno da Ásia: Desafios e Oportunidades
Curso de Economia Internacional
Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa (Lisboa, Portugal)

Out.2.2012

Seminário A Economia da Ásia: Desenvolvimento e Globalização XIX Cursos Internacionais de Verão de Cascais- Um Olhar para o Oriente (Cascais, Portugal)

Jun.14/16.2012

Painel 42: Partnering Regions: Africa's internal and external strategic regions (com Raquel Freitas do CIES-ISCTE)
8ª Conferência Ibérica de Estudos Africanos (Madrid, Espanha)

Set.19/22.2011

Painel 40: From realism to constructivism and backwards: can emerging powers challenge the governance/normative emphasis of Europe in its development policy? (com Raquel Freitas do CIES-ISCTE)
Conferência EADI/DSA - Rethinking Development in an Age of Scarcity and Uncertainty: New Values, Voices and Alliances for Increased Resilience, York University (York, Reino Unido)

Mai.9.2011

Seminário "A Emergência da Ásia. Desafios e Oportunidades"
Mestrado de Desenvolvimento e Cooperação Internacional
Instituto Superior de Economia e Gestão (Lisboa, Portugal)

Mai.6.2011

Seminário Ativismo e Desenvolvimento Global
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação
Universidade de Coimbra (Coimbra, Portugal)

Mar.25.2011

Seminário Que Futuro para a Ajuda Pública para o Desenvolvimento?



Doutoramento em Estudos de Desenvolvimento
Instituto Superior de Economia e Gestão (Lisboa, Portugal)

Fev.23.2010

Seminário Japão, China e o Extremo Oriente
Instituto de Estudos Políticos
Universidade Católica Portuguesa (Lisboa, Portugal)

Mai.14.2009

Seminário A Emergência da Ásia-Pacífico no Século XXI
Faculdade de Letras
Universidade de Lisboa (Lisboa, Portugal)

Atividades públicas

Desde julho 2012

Membro da Direção da organização não-governamental para o desenvolvimento TESE. Esta ONG tem 10 anos de existência e desenvolve projetos na área da inovação social em Portugal, Guiné-Bissau, Angola, São Tomé e Príncipe e Moçambique

2010-2013

Fundador e Membro da Direção da organização Transparência e Integridade, representante portuguesa da Transparency International na luta contra a corrupção

Jun.24.2009

Representante português no II AVINA Global Workshop Latin America in the World – The World in Latin America (Tallberg, Suécia)

Nov.28.2008

Representante português no I AVINA Global Workshop Latin America in the World, The World in Latin America, organizado pela Fundação latino-americana AVINA e destinada a desenvolver oportunidades de parceria entre organizações públicas e privadas europeias e latino-americanas (Berlim, Alemanha)

Jun.2006-Mar.2008

Representante português em vários encontros da Network Effect, uma iniciativa do British Council em várias cidades europeias destinada a juntar jovens líderes europeus como forma de encorajar a procura de soluções sociais, políticas e empresariais para os desafios apresentados pela crescente diversidade social das cidades europeias.

Abril 2005

Representante em nome da Fundação Luso-Americana no Encontro Anual da Bellagio Fórum for Sustainable Development (BFSD) em Paris. O BFSD é um fórum internacional que reúne fundações e outras instituições filantrópicas com o objetivo de alcançar o equilíbrio ambiental, estabilidade económica e progresso social no mundo. Tem atualmente 28 membros de 12 países da Europa, América do Norte e do Sul.

TM
JSL
A

Abril 1998

Representante Português na Asia Europe Conference 1998 intitulada Societies in Transition: Asia and Europe at a Moment of Change organizada pelo British Council durante a segunda cimeira ASEM em Londres, Reino Unido

Publicações (em inglês)

Janeiro 2014

Mozambique at a Critical Juncture: The Political Economy of Natural Resources Wealth
Economia Exterior (Espanha)

Março 2013

Lisbon diplomats and Global Bazaars
Global Brief Winter 2013 (Canadá)

Junho 2008

Can China Help Pushing for a Green Revolution in Africa? (com Sylvia Croese)
China Monitor
Centre for Chinese Studies, Stellenbosch University
(Stellenbosch, África do Sul)

Julho 2006

Too Much Focus on Debt, Too Little on Basic Social Services
The Reality of Aid 2006: An Independent Review of Poverty Reduction and Development Assistance
(Quezon, Filipinas)

Publicações (em português)

Mai.25.2013

A morte do neoliberalismo?
Público (Portugal), o jornal diário de referência no país

Jan.12.2013

A Ásia à luz das velas
(com Enrique Martínez Gálan do Banco Asiático de Desenvolvimento)
Expresso (Portugal), o jornal semanário de referência no país

Dez.19.2012

Tempo de Recentrar o debate sobre o Estado Social
(com Luís Bernardo da Humboldt Universitat zu Berlin)
Público (Portugal)

Nov.1.2012

Quem se preocupa com a pobreza infantil?
(com Luís Bernardo)
Público (Portugal)

Handwritten initials and signatures in the top right corner, including "m", "tw", "JE", and a signature.

Set.8.2012

Internacionalização não deve negar as leis da física
(com Enrique Martínez Galán)
Expresso (Portugal)

Desde Abr.2012

Blogue "O Retorno da Ásia" (língua portuguesa)
(com Enrique Martínez Galán)
<http://oretornodaasia.wordpress.com/>

Jan.22.2012

A Ásia e o Retorno do Estado
Público (Portugal)

Jul.16.2011

Ásia não pode assustar Portugal
(com Constantino Xavier da SAIS-John Hopkins Univ.)
Expresso (Portugal)

Dez.7.2009

Um Acordo para todos
(com Francisco Ferreira da Quercus, sobre a Cimeira das Alterações Climáticas em Copenhaga)
Diário Económico (Portugal)

Jul.20.2009

Acabou o Tempo das Promessas
Público (Portugal)

Dez.3.2008

Objetivos do Milénio e Direitos Humanos, a mesma meta
(com Pedro Krupenski da Amnistia Internacional)
Público (Portugal)

Abr.28.2008

Mais Educação, Menos Exclusão
(com Margarida Alvim da Campanha Global pela Educação)
Público (Portugal)

Dez.29.2007

Compromissos entre Ricos e Pobres
Expresso (Portugal)

Ag.11.2007

Portugal e Cooperação Internacional (com João José Fernandes da Oikos e João Meneses da TESE)
Público (Portugal)

Vogal do Conselho de Administração

José Carlos Barbosa Lourenço (síntese curricular: vide mandato anterior)

Vogal do Conselho de Administração

Rogério Paulo de Saldanha Pereira Vieira (síntese curricular: vide mandato anterior)

CONSELHO FISCAL

Presidente do Conselho Fiscal

Rui Filipe de Moura Gomes (síntese curricular: vide mandato anterior)

Vogal do Conselho Fiscal

Ana Cristina Dinis da Silva Fanha Vicente Soares

Data de Nascimento: 26 de fevereiro de 1964

Habilitações Académicas

Bacharelato em Contabilidade

Licenciatura em Gestão pelo ISCTE

MBA e Mestrado pelo Indeg

Atividade Profissional

Vogal do Conselho de Administração do Público Comunicação S.A.

Vogal do Conselho de Administração da SIRS

Vogal do Conselho de Administração da Urbanos Press

Sócio da sociedade Unipress

Vice-Presidente da Comissão Diretiva da ACEPI

Outras Funções Profissionais

Integrei o Público em 2000, como Diretora Financeira tendo integrado a equipa de gestão do Público em 2009

Como experiências profissionais anteriores destaco as seguintes empresas na função de Diretora de Planeamento e Controlo:

1999-2000: Hidroelétrica de Cahora-Bassa

1997-1999: Siderurgia Nacional

Até 1997: ELF OIL Portugal e Companhia Seguros Bonança

Vogal e ROC Efetivo

Susana Catarina Iglésias Couto Rodrigues de Jesus (síntese curricular: vide mandato anterior)

Handwritten marks and signatures in the top right corner, including the letters 'JSC' and 'A'.

ANEXO II

DECLARAÇÕES DE INDEPENDÊNCIA DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

DECLARAÇÃO DE INDEPENDÊNCIA

(artigo 51.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro)

Eu, Maria Teresa Prata Macias Marques, declaro que não intervenho nas decisões que envolvam os meus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por mim realizadas, conforme determina o artigo 51.º do Decreto-Lei n.º 133/2013 ou em outra legislação aplicável.

Lisboa, 11 de março de 2015

Maria Teresa Prata Macias Marques

DECLARAÇÃO DE INDEPENDÊNCIA

(artigo 51.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro)

Eu, João Manuel Pintado Silveira Lobo, declaro que não intervenho nas decisões que envolvam os meus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por mim realizadas, conforme determina o artigo 51.º do Decreto-Lei n.º 133/2013 ou em outra legislação aplicável.

Lisboa, 11 de março de 2015



DECLARAÇÃO DE INDEPENDÊNCIA

(artigo 51.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro)

Eu, Luís Paulo Mah Silva, declaro que não intervenho nas decisões que envolvam os meus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por mim realizadas, conforme determina o artigo 51.º do Decreto-Lei n.º 133/2013 ou em outra legislação aplicável.

Lisboa, 11 de março de 2015



DECLARAÇÃO DE INDEPENDÊNCIA

(artigo 51.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro)

Eu, José Carlos Barbosa Lourenço, declaro que não intervenho nas decisões que envolvam os meus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por mim realizadas, conforme determina o artigo 51.º do Decreto-Lei n.º 133/2013 ou em outra legislação aplicável.

Lisboa, 11 de março de 2015



DECLARAÇÃO DE INDEPENDÊNCIA

(artigo 51.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro)

Eu, Rogério Paulo de Saldanha Pereira Vieira, declaro que não intervenho nas decisões que envolvam os meus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por mim realizadas, conforme determina o artigo 51.º do Decreto-Lei n.º 133/2013 ou em outra legislação aplicável.

Lisboa, 11 de março de 2015



Handwritten marks:
m
Jan
P
JSL
A

ANEXO III

DECLARAÇÕES DE PARTICIPAÇÕES PATRIMONIAIS DOS MEMBROS DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO

TM
JSC
A

Exmo. Senhor
Inspetor-Geral de Finanças
Rua Angelina Vidal, n.º 41
1199-005 LISBOA

Data: 29 de janeiro de 2015

Assunto: Deveres de informação decorrentes do disposto no nº 9 do art.º 22º do DL n.º 71/2007, de 27 de março, alterado e republicado pelo DL nº 8/2012, de 18 de janeiro, e no nº 1 do art.º 52º do DL n.º 133/2013, de 3 de outubro.

IDENTIFICAÇÃO DO GESTOR PÚBLICO

Nome: Maria Teresa Prata Macias Marques
NIF: 120304953
Morada: Rua Mareantes, 96 - 1.º B
Código Postal: 2750-426 Cascais
E-mail: tmarques@lusa.pt
Telefone: 964849189

NOMEAÇÃO/ELEIÇÃO

Empresa/Entidade(*): Lusa-Agência de Notícias de Portugal, S.A.
Tipo (Empresa Pública, Empresa Municipal, Instituto, outro-identificar): Empresa do Setor Empresarial do Estado
NIF: 503935107
Morada da Sede: Rua Dr. João Couto, Lote C
Código Postal: 1500-236 Lisboa
E-mail: tmarques@lusa.pt
Telefone: 217116616
Fax: 217116617

Cargo para que foi nomeado/eleito: Presidente do Conselho de Administração
Data de início do mandato (dd/mm/aaaa): 19.01.2015
Data prevista de termo do mandato (dd/mm/aaaa): 31.12.2017

(*) Deve enviar à IGF uma declaração por cada nomeação/eleição.

Tendo sido nomeado/eleito para o cargo referido, na empresa/entidade acima indicada, declaro:

1. Em cumprimento do disposto no nº 1 do art.º 52º do DL 133/2013, de 3 de outubro, e no nº 9 do art.º 22º, do DL nº 71/2007, 27 de março, que **não detenho** participações e interesses patrimoniais, direta ou indiretamente, na empresa/entidade onde exerço funções.

2. De acordo com o nº 9 do art.º 22º, do DL nº 71/2007, 27 de março, que **não detenho** participações e interesses patrimoniais, direta ou indiretamente, em qualquer outra empresa/entidade.
3. Nos termos do preceituado no nº 1 do art.º 52º do DL 133/2013, de 3 de outubro, que **não mantenho** quaisquer relações com os fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, da empresa onde exerço funções, suscetíveis de gerar conflitos de interesse.



Maria Teresa Prata Macias Marques
Lusa-Agência de Notícias de Portugal, S.A.



ANEXO

[NOMEAÇÃO/ELEIÇÃO]

Exmo. Senhor
Inspetor-Geral de Finanças
Rua Angelina Vidal, n.º 41
1199-005 LISBOA

Data: 11/03/2015

Assunto: Deveres de informação decorrentes do disposto no nº 9 do art.º 22º do DL n.º 71/2007, de 27 de março, alterado e republicado pelo DL nº 8/2012, de 18 de janeiro, e no nº 1 do art.º 52º do DL n.º 133/2013, de 3 de outubro.

IDENTIFICAÇÃO DO GESTOR PÚBLICO

Nome:	JOÃO MANUEL PINTADO SILVEIRA LOBO
NIF:	124 326 994
Morada:	RUA DACIANO COSTA, N.º 6 - 1.º B
Código Postal:	1600-267 LISBOA
E-mail:	jsilobo@199mail.com
Telefone:	93 333 81 88

NOMEAÇÃO/ELEIÇÃO

Empresa/Entidade(*):	I.USA - AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DE PORTUGAL, S.A.
Tipo (Empresa Pública, Empresa Municipal, Instituto, outro-identificar):	EMPRESA DO SECTOR EMPRESARIAL DO ESTADO
NIF:	503 935 107
Morada da Sede:	R. DR. JOÃO COUTO, LOTE C
Código Postal:	1500-236 LISBOA
E-mail:	
Telefone:	21 711 66 16
Fax:	21 711 66 17

Cargo para que foi nomeado/eleito:	VICE-PRESIDENTE (NÃO EXECUTIVO)
Data de início do mandato (dd/mm/aaaa):	19/03/2015
Data prevista de termo do mandato (dd/mm/aaaa):	31/12/2017

(*) Deve enviar à IGF uma declaração por cada nomeação/eleição.

Tendo sido nomeado/eleito para o cargo referido, na empresa/entidade acima indicada, declaro:

1. Em cumprimento do disposto no nº 1 do art.º 52º do DL 133/2013, de 3 de outubro, e no nº 9 do art.º 22º, do DL nº 71/2007, 27 de março, que **não detenho** participações e

iof, INSPECÇÃO GERAL DE FINANÇAS
Recebido em 12/3/2015
Telles

interesses patrimoniais, direta ou indiretamente, na empresa/entidade onde exerço funções.

ou

NÃO DETENHO

Em cumprimento do disposto no nº 1 do art.º 52º do DL 133/2013, de 3 de outubro, e no nº 9 do art.º 22º, do DL nº 71/2007, 27 de março, que **detenho** as seguintes participações e interesses patrimoniais, direta ou indiretamente, na empresa/entidade onde exerço funções.

[identificar]

2. De acordo com o nº 9 do art.º 22º, do DL nº 71/2007, 27 de março, que **não detenho** participações e interesses patrimoniais, direta ou indiretamente, em qualquer outra empresa/entidade.

ou

De acordo com o nº 9 do art.º 22º, do DL nº 71/2007, 27 de março, que **detenho** as seguintes participações e interesses patrimoniais (noulras empresas/entidades):

[identificar, indicando a(s) empresa(s)/entidade(s) e respetivo(s) e-mail, morada com Código Postal, contacto telefónico, fax e NIF].

DISTRINTE R, UNIPESSOAL LDA
RUA VASCO DA GAMA, 1087
4435-883 BAGUIM DO MONTE

NIF: 503 707 635

PI: 93 333 6188

E-mail: ja lobo 01@gmail.com

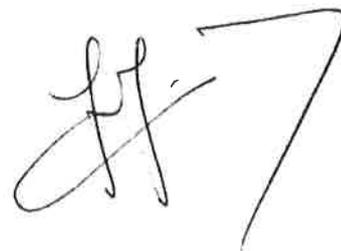
3. Nos termos do preceituado no nº 1 do art.º 52º do DL 133/2013, de 3 de outubro, que **não mantenho** quaisquer relações com os fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, da empresa onde exerço funções, suscetíveis de gerar conflitos de interesse.

ou

NÃO MANTENHO

Nos termos do preceituado no nº 1 do art.º 52º do DL 133/2013, de 3 de outubro, que **mantenho** as seguintes relações:

[identificar]



TM
JSL
B
J

ANEXO

[NOMEAÇÃO/ELEIÇÃO]

Exmo. Senhor
 Inspetor-Geral de Finanças
 Rua Angelina Vidal, n.º 41
 1199-005 LISBOA

Data:

Assunto: Deveres de informação decorrentes do disposto no nº 9 do art.º 22º do DL n.º 71/2007, de 27 de março, alterado e republicado pelo DL nº 8/2012, de 18 de janeiro, e no nº 1 do art.º 52º do DL n.º 133/2013, de 3 de outubro.

IDENTIFICAÇÃO DO GESTOR PÚBLICO

Nome:	LUÍS MAH SILVA
NIF:	200931776
Morada:	RUA DA PAZ 58-1º
Código Postal:	1200-323
E-mail:	luís.mah@gmail.com
Telefone:	919670642

NOMEAÇÃO/ELEIÇÃO

Empresa/Entidade(*):	LUSA - AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DE PORTUGAL, S.A.
Tipo (Empresa Pública, Empresa Municipal, Instituto, outro-identificar):	EMPRESA PÚBLICA
NIF:	503935107
Morada da Sede:	RUA DR. JOÃO COELHO, LOTE C
Código Postal:	1503-809 LISBOA
E-mail:	luís.mah@gmail.com
Telefone:	21 711 6500
Fax:	21 711 6617

Cargo para que foi nomeado/eleito:	VOGAL (NÃO EXECUTIVO) CONSELHO ADMINISTR.
Data de início do mandato (dd/mm/aaaa):	19/01/2015
Data prevista de termo do mandato (dd/mm/aaaa):	31/12/2017

(*) Deve enviar à IGF uma declaração por cada nomeação/eleição.

Tendo sido nomeado/eleito para o cargo referido, na empresa/entidade acima indicada, declaro:

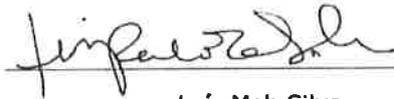
1. Em cumprimento do disposto no nº 1 do art.º 52º do DL 133/2013, de 3 de outubro, e no nº 9 do art.º 22º, do DL nº 71/2007, de 27 de março, que **não detenho** participações e

interesses patrimoniais, direta ou indiretamente, na empresa/entidade onde exerce funções.

Tn
TW
JSL
A

2. De acordo com o nº 9 do art.º 22º, do DL nº 71/2007, 27 de março, que **não detenho** participações e interesses patrimoniais, direta ou indiretamente, em qualquer outra empresa/entidade.

3. Nos termos do preceituado no nº 1 do art.º 52º do DL 133/2013, de 3 de outubro, que **não mantenho** quaisquer relações com os fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, da empresa onde exerce funções, suscetíveis de gerar conflitos de interesse.



Luís Mah Silva

Lusa-Agência de Notícias de Portugal, S.A.

ANEXO

[NOMEAÇÃO/ELEIÇÃO]

Exmo. Senhor
Inspetor-Geral de Finanças
Rua Angelina Vidal, n.º 41
1199-005 LISBOA

TM
JSC
R

Data:

Assunto: Deveres de informação decorrentes do disposto no nº 9 do art.º 22º do DL n.º 71/2007, de 27 de março, alterado e republicado pelo DL nº 8/2012, de 18 de janeiro, e no nº 1 do art.º 52º do DL n.º 133/2013, de 3 de outubro.

IDENTIFICAÇÃO DO GESTOR PÚBLICO

Nome: José Carlos Barbosa Lourenço
NIF: 198828080
Morada: Rua Joaquim Ereira, n.º39, 4.º Esquerdo
Código Postal: 2750-392 Cascais
E-mail: jlourenco@globalmediagroup.pt
Telefone: 919 003 600

NOMEAÇÃO/ELEIÇÃO

Empresa/Entidade(*): Lusa - Agência de Notícias de Portugal, S.A.
Tipo (Empresa Pública, Empresa Municipal, Instituto, outro-identificar): Empresa do sector Empresarial do Estado
NIF: 503935107
Morada da Sede: Rua Doutor João Couto, Lote C
Código Postal: 1500 - 236 Lisboa
E-mail: cpaulino@lusa.pt
Telefone:217116616
Fax:217116617

Cargo para que foi nomeado/eleito: Vogal do Conselho de Administração
Data de início do mandato (dd/mm/aaaa): 19/01/2015
Data prevista de termo do mandato (dd/mm/aaaa): 31/12/2017

(*) Deve enviar à IGF uma declaração por cada nomeação/eleição.

Tendo sido nomeado/eleito para o cargo referido, na empresa/entidade acima indicada, declaro:

1. Em cumprimento do disposto no nº 1 do art.º 52º do DL 133/2013, de 3 de outubro, e no nº 9 do art.º 22º, do DL nº 71/2007, 27 de março, que **não detenho** participações e

interesses patrimoniais, direta ou indiretamente, na empresa/entidade onde exerce funções.

2. De acordo com o nº 9 do art.º 22º, do DL nº 71/2007, 27 de março, que **não detenho** participações e interesses patrimoniais, direta ou indiretamente, em qualquer outra empresa/entidade.
3. Nos termos do preceituado no nº 1 do art.º 52º do DL 133/2013, de 3 de outubro, que **mantenho** as seguintes relações:
 - Administrador Executivo da Controllinveste Conteúdos, Sa., cliente da Lusa



José Carlos Barbosa Lourenço

Lusa - Agência de Notícias de Portugal, S.A.

Tn JSL
JSL
J

ANEXO

[NOMEAÇÃO/ELEIÇÃO]

recobido em 6/3/2015
 INSPEÇÃO GERAL DE FINANÇAS
 Rua Angelina Vidal, 41
 1199-005 LISBOA
 Pessoa Colectiva N.º 600 019 608

Exmo. Senhor
 Inspetor-Geral de Finanças
 Rua Angelina Vidal, n.º 41
 1199-005 LISBOA

Data: 06/02/2015

Assunto: Deveres de informação decorrentes do disposto no nº 9 do art.º 22º do DL n.º 71/2007, de 27 de março, alterado e republicado pelo DL nº 8/2012, de 18 de janeiro, e no nº 1 do art.º 52º do DL n.º 133/2013, de 3 de outubro.

IDENTIFICAÇÃO DO GESTOR PÚBLICO

Nome: ROGÉRIO PAULO DE CARVALHO PEREIRA VIEIRA
NIF: 162 003 749
Morada: R. XAVIER DE ARAÚJO, N.º 11 - NÚCLEO 8 - 5.ª A
Código Postal: 1600-226 LISBOA
E-mail: pscardanha@imfnsa.pt
Telefone: 917 775 247

NOMEAÇÃO/ELEIÇÃO

Empresa/Entidade(*): MISA - AGÊNCIA DE MÚNICÍPIOS DE PORTUGAL, SA
Tipo (Empresa Pública, Empresa Municipal, Instituto, outro-identificar): EMPRESA DO SECTOR EMPRESARIAL DO ESTADO
NIF: 503 935 107
Morada da Sede: R. DA. JOÃO COELHO, LOTE C
Código Postal: 1703-809 LISBOA
E-mail:
Telefone: 217 11 66 12
Fax: 217 11 66 12

Cargo para que foi nomeado/eleito: VOZAL NÃO EXECUTIVO DO CONSELHO ADMINISTRATIVO
Data de início do mandato (dd/mm/aaaa): 19/01/2015
Data prevista de termo do mandato (dd/mm/aaaa): 31/12/2017

(*) Deve enviar à IGF uma declaração por cada nomeação/eleição.

Tendo sido nomeado/eleito para o cargo referido, na empresa/entidade acima indicada, declaro:

1. Em cumprimento do disposto no nº 1 do art.º 52º do DL 133/2013, de 3 de outubro, e no nº 9 do art.º 22º, do DL nº 71/2007, 27 de março, que **não detenho** participações e

interesses patrimoniais, direta ou indiretamente, na empresa/entidade onde exerce funções.

Ou

Em cumprimento do disposto no nº 1 do art.º 52º do DL 133/2013, de 3 de outubro, e no nº 9 do art.º 22º, do DL nº 71/2007, 27 de março, que **detenho** as seguintes participações e interesses patrimoniais, direta ou indiretamente, na empresa/entidade onde exerce funções.

[identificar]

2. De acordo com o nº 9 do art.º 22º, do DL nº 71/2007, 27 de março, que **não detenho** participações e interesses patrimoniais, direta ou indiretamente, em qualquer outra empresa/entidade.

Ou

De acordo com o nº 9 do art.º 22º, do DL nº 71/2007, 27 de março, que **detenho** as seguintes participações e interesses patrimoniais (noulras empresas/entidades):

[identificar, indicando a(s) empresa(s)/entidade(s) e respetivo(s) e-mail, morada com Código Postal, contacto telefónico, fax e NIF].

3. Nos termos do preceituado no nº 1 do art.º 52º do DL 133/2013, de 3 de outubro, que **não mantenho** quaisquer relações com os fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, da empresa onde exerce funções, suscetíveis de gerar conflitos de interesse.

Ou

Nos termos do preceituado no nº 1 do art.º 52º do DL 133/2013, de 3 de outubro, que **mantenho** as seguintes relações:

[identificar]

ALÉM DE NÃO SER SUSCETÍVEL DE GERAR CONFLITO DE INTERESSE, INFORMO QUE FUI ELEITO PARA MEMBRO NÃO EXECUTIVO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA UTA NA UTA PROPOSTA PELO ACIONISTA ESTADO, POR INDICAÇÃO DA ACIONISTA PRIVADA IMPRESA-SG&S, SA, ONDE EXERÇO FUNÇÕES DE CFO - CHIEF FINANCIAL OFFICER.

A IMPRESA DETÉM, DIRETA E INDIRETAMENTE, A TOTALIDADE DO CAPITAL DAS EMPRESAS SIC, SA, IMPRESA PUBLISHING, SA E MEDIAPRESS, LDA (ONDE EXERÇO FUNÇÕES DE ADMINISTRADOR FINANCEIRO) QUE SÃO CLIENTES DA UTA.

MAIS INFORMO QUE ESTAS EMPRESAS NÃO PROSEGUEM ATIVIDADE CONCORRENTE COM A DA UTA.



TUR
JSL
TR
B